

CECÍLIA HAURESKO

**FUMO E ÉXODO RURAL - TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-
ESPACIAIS NAS COMUNIDADES RURAIS DE AGRICULTORES
UCRAÍNO-BRASILEIROS EM PRUDENTÓPOLIS - PR**

**CURITIBA
2001**

CECILIA HAURESKO

**FUMO E ÉXODO RURAL - TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS
NAS COMUNIDADES RURAIS DE AGRICULTORES UCRAÍNO-BRASILEIROS
EM PRUDENTÓPOLIS - PR**

Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Mestre em
Geografia, Curso de Pós-Graduação em
Geografia, Setor de Ciências da Terra, Uni-
versidade Federal do Paraná.

Orientador: Wolf Dietrich Sahr

CURITIBA

2001

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador o grande professor e amigo Wolf Dietrich Sahr que acompanhou este trabalho desde o seu início, discutindo comigo cada capítulo, indicando novas referências e auxiliando a trilhar este caminho com força e entusiasmo.

À família, que está sempre ao meu lado: ao meu pai Tadeu (*in memorian*) pela vida, mesmo hoje sem a sua presença; a minha mãe Rafaela, sempre mãe; a meus irmãos e irmãs Marleny, Alceu, Julia, Nelson e Elza que me incentivaram nessa luta.

Às famílias de agricultores ucraíno-brasileiras e aos imigrantes ucranianos entrevistados, que foram de extrema importância e colaboraram tão prontamente para a realização da pesquisa.

O suporte financeiro recebido sob forma de bolsa/CAPES, muito importante para viabilizar o trabalho de pesquisa.

À Prefeitura Municipal de Prudentópolis, ao Escritório da EMATER do município de Prudentópolis, por ter contribuído na realização da pesquisa fornecendo materiais bastante úteis.

A todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização da pesquisa fica aqui o meu *muito obrigado*.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	iii
LISTA DE GRÁFICOS	iv
LISTA DE TABELAS	v
RESUMO.....	vi
ABSTRACT	vi
1 INTRODUÇÃO	1
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	7
2.1. REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A AGRICULTURA BRASILEIRA	11
2.1.1. As Tipologias na Agricultura do Brasil	12
2.1.2. A Agricultura de Subsistência e a Grande Propriedade Capitalista no Brasil	16
2.1.3. A Agricultura Camponesa	19
2.1.4. A Nova Forma de Reprodução.....	22
2.2. A ESTRUTURAÇÃO DA AGRICULTURA	25
2.2.1. Teoria da Estruturação	25
2.2.2. Estrutura, Sistema e Ação.....	26
2.2.3. Os Três Campos da Estrutura.....	27
2.2.4. A Auto-regulação Reflexiva.....	29
2.2.5. Cognoscitividade dos Agricultores.....	32
2.2.6. Sistemas de Significação.....	33
2.2.7. Sistemas de Dominação.....	34
2.2.8. Sistemas de Legitimação.....	36
2.2.9. Integração Social e Integração Sistêmica.....	38
3. O MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS COMO PALCO DO CAMPESINATO.....	40
3.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO.....	40
3.2. BREVE INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS....	43
3.3. AS CONDIÇÕES ECOLÓGICAS DO MUNICÍPIO COMO RECURSOS NATURAIS ALOCATIVOS.....	47
3.3.1. O Relevo e a Geologia.....	47
3.3.2. A rede Hidrográfica.....	50
3.3.3. Os Solos.....	52
3.3.4. As Condições Climáticas.....	53
3.3.5. A Vegetação.....	55
3.3.6. Os Recursos Naturais Como Recursos Alocativos.....	57
3.4. O SISTEMA PRODUTIVO DO CAMPESINATO DE PRUDENTÓPOLIS.....	58
3.4.1. Infra-Estrutura e Situação Econômica como Recursos Sociais Alocativos no Município.....	58
3.4.2. A Agricultura de Prudentópolis entre Integração Social e Integração Sistêmica...	60
3.5. OS SISTEMAS SÓCIO-CULTURAIS DO CAMPESINATO DE PRUDENTÓPOLIS	67
3.5.1. O “Subsistema” “Caboclo”.....	68
3.5.2. O Subsistema “ucraniano”da Ucrânia.....	69
3.5.3. Ação do Estado Brasileiro no Processo de Migração.....	73
3.5.4. As Interações entre Colonos Ucranianos e Caboclos.....	74
3.6. A VINDA DE INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS PARA PRUDENTÓPOLIS.....	76
3.7. A EVOLUÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO UCRAÍNO-BRASILEIRO	77
3.8. A PARTICIPAÇÃO DO COMÉRCIO NO CAMPESINATO.....	80
4. METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA.....	82

5. ESTRUTURA SÓCIO-ESPACIAL DAS COMUNIDADES RURAIS UCRAÍNO-BRASILEIRAS.....	84
5.1. AS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS.....	84
5.2. OS TIPOS DE COMUNIDADE E SEU PovoAMENTO.....	85
5.3. A COMUNIDADE E A VIZINHANÇA.....	86
5.4. AS COMUNIDADES NÚCLEO DO MUNICÍPIO E O SISTEMA HIERÁRQUICO.....	88
5.5. A INTEGRAÇÃO SOCIAL NAS COMUNIDADES RURAIS.....	91
5.6. A LÍNGUA UCRANIANA NAS COMUNIDADES RURAIS.....	93
5.7. A RELIGIÃO DO RITO UCRANIANO CATÓLICO E AS ATIVIDADES DAS FAMÍLIAS.....	96
6. A VIDA DAS COMUNIDADES PESQUISADAS – OS RESULTADOS EMPÍRICOS	100
6.1. AS COMUNIDADES ESTUDADAS.....	100
6.1.1. LINHA ESPERANÇA	102
6.1.2. LINHA PARANÁ	104
6.1.3. LINHA IVAÍ (2 ^a Seção).....	105
6.1.4. LINHA SANTOS ANDRADE.....	107
6.1.5. LINHA PARANÁ FAXINAL.....	108
6.2. APRESENTAÇÃO DE 5 FAMÍLIAS.....	110
6.2.1. Rosalina e Pedro – a vida com restrições.....	110
6.2.2. Mateus e Ana – uma história de sucesso com forte monetarização.....	113
6.2.3. Marquiano e Gertrudes – agricultura marginal com forte monetarização.....	116
6.2.4. Uma propriedade familiar dividida – entre o campo e a cidade.....	119
6.2.5. Mário e Maria – uma propriedade familiar exclusiva.....	121
7. A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DAS FAMÍLIAS PESQUISADAS.....	124
7.1. A TERRA E OS TERRENOS COM BASE NOS AGRICULTORES PESQUISADOS	124
7.2. AS MORADIAS E OS MEIOS DE TRANSPORTE.....	132
7.3. A PRODUÇÃO AGRÍCOLA.....	135
7.4. O SISTEMA SOCIAL.....	139
7.5. SISTEMAS DE SIGNIFICAÇÃO: IDENTIDADE, EDUCAÇÃO E MEIOS DE COMUNICAÇÃO.....	144
7.6. SISTEMAS DE SIGNIFICAÇÃO: A RELIGIÃO E A CULTURA.....	146
CONCLUSAO	153
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	160
ANEXOS	165

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – MODELO DA ESTRUTURAÇÃO (segundo Anthony Giddens).....	30
FIGURA 02 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PRUDENTOPOLIS NO ES- TADO DO PARANÁ.....	41
FIGURA 03 - MUNICIPIO DE PRUDENTOPOLIS E OS MUNICIPIOS LIMI- TROFES.....	42
FIGURA 04 – MAPA DE DECLIVIDADE.....	49
FIGURA 05 – MAPA DA REDE HIDROGRÁFICA.....	50
FIGURA 06 – MAPA DO USO POTENCIAL DO SOLO.....	54
FIGURA 07 – MAPA DE POVOAMENTO.....	102
FIGURA 08 – EXEMPLO DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DAS PROPRIEDA- DES DAS FAMÍLIAS UCRAÍNO-BRASILEIRAS	126

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – QUANTIDADE DE TERRA QUE AS FAMÍLIAS POSSUEM.....	128
GRÁFICO 02 – TOPOGRAFIA DO TERRENO UTILIZADO PELAS FAMÍLIAS	128
GRÁFICO 03 – SISTEMA DE UTILIZAÇÃO DA TERRA PELAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS.....	129
GRAFICO 04 – ACESSO À TERRA PELOS AGRICULTORES UCRAÍNO- BRASILEIROS.....	131

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – PERFIL DA REALIDADE AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO - 1985/1999 (PRINCIPAIS PRODUTOS).....	62
TABELA 02 – A DISTRIBUIÇÃO DE TERRENOS NAS FAMÍLIAS PESQUISADAS.....	125
TABELA 03 – O SISTEMA DE DOMINAÇÃO E A ESTRUTURAÇÃO DA VIDA DOS CAMPONESES	136
TABELA 04 – QUAIS OS BENEFÍCIOS ALCANÇADOS COM A PRODUÇÃO DO FUMO	137
TABELA 05 – QUAIS AS DESVANTAGENS EM PRODUZIR O FUMO	138
TABELA 06 – ESTRUTURA SOCIAL DAS FAMÍLIAS DE UCRAÍNO-BRASILEIROS	140
TABELA 07 – ESTRUTURA DE SIGNIFICAÇÃO: IDENTIDADE, GRAU DE INSTRUÇÃO, MEIOS DE COMUNICAÇÃO	145
TABELA 08 – ESTRUTURAÇÃO DE SIGNIFICAÇÃO E AS FAMÍLIAS DE UCRAÍNOS-BRASILEIROS	147

Resumo

Esta pesquisa visa entender as transformações econômicas, sociais e culturais das comunidades ucraíno-brasileiras no município de Prudentópolis (Paraná), sob influência da produção integrada de fumo. Procura-se identificar, como e em que forma a modernização da agricultura transforma os padrões sócio-culturais dos camponeses analisando as diferenças das suas integrações sistêmicas ao sistema ucraíno-brasileiro e ao sistema moderno. O ponto crucial nesta pesquisa é a função da integração social entre os agricultores de descendência ucraniana, outros agricultores e os agentes de transformação modernizadora, como as companhias internacionais e nacionais da indústria fumageira e membros da família migrados para os centros urbanos. Depois de uma discussão sobre a inserção da agricultura de pequeno porte no setor agrário do Brasil e uma interpretação dessa agricultura com base na teoria da estruturação (A. Giddens), segue uma análise da cultura camponesa do município de Prudentópolis, uma apresentação de 5 comunidades do município (Linha Esperança, Linha Ivaí, Linha Paraná, Linha Paraná Faxinal e Linha Santos Andrade), uma descrição qualitativa da vivência de 5 famílias e uma avaliação estatística com base em 26 propriedades. Finalmente, o trabalho discute a problemática da transformação da vida social na área rural de Prudentópolis baseando-se na dialética entre integração sistêmica e integração social.

Palavras-chave: Paraná, Prudentópolis, produção camponesa, agricultura integrada, fumo, ucraíno-brasileiros.

Abstract

This research focuses on the economic, social and cultural transformations of Ukraino-Brazilian communities in the township of Prudentópolis (State of Paraná) under the influence of an integrated agricultural production of tobacco. It intends to understand how and in which way the modernization process in the agricultural field transforms the socio-cultural patterns of small farmers by analyzing differences between its systemic integration both into the Ukraino-Brazilian and the modern system. The social integration process is of fundamental importance for the understanding of the functional relations between Ukrainian-descendent farmers, farmers of other cultural origin and agents of the modernization processes, like the international and national tobacco companies and family members who have migrated to urban centers. After contextualizing small farmer production within the scenario of Brazilian agriculture and an interpretation of small farmer agriculture based on the structuration approach by A. GIDDENS, the specific agricultural situation of Prudentópolis will be presented, followed by a description of 5 selected communities (Linha Esperança, Linha Ivaí, Linha Paraná, Linha Paraná Faxinal and Linha Santos Andrade), a qualitative description of 5 farmers' families and a statistical evaluation of 26 properties. Finally, the research discusses the transformation of rural social life in Prudentópolis via the theoretical understanding of the dialectics between systemic and social integration.

Key-words: Paraná, Prudentópolis, small farmer production, integrated agriculture, tobacco, Ukrainian Brazilians.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira possui distintas formas de produção. Existem aquelas que são geralmente reconhecidas como economicamente viáveis, como é o caso da agricultura de grande porte (fazendas, empreendimentos agro-industriais) e da agricultura modernizada de médio porte. Por outro lado, a agricultura de subsistência e/ou camponesa são tidas como economicamente inviáveis.

A camponesa é uma agricultura, dirigida por famílias que produzem em pequenas quantidades de terra. Sua finalidade é principalmente a produção para o próprio consumo (subsistência) e o excedente para comercializar. Entretanto, este tipo de agricultura precisa ser encarado não como uma agricultura que estagnou, mas como uma expressão social que, além de ser um sistema específico de produção, possui uma estruturação social e cultural particular, principalmente porque é familiar e, por esta razão, depende muito de fatores não-econômicos¹.

A formação sócio-econômica da agricultura familiar no Brasil inclui as culturas dos indígenas brasileiros, dos caboclos, agricultores familiares modernos e os camponeses; estes dois últimos representados principalmente por descendentes de europeus que vieram para o Brasil no final do século XIX.

Já desde a descoberta da América por Colombo, houve uma sobreposição de espaços geográficos e econômicos distintos na sociedade brasileira. As etapas que se sucederam foram sendo moldadas para espaços simultâneos, os quais desenvolveram relações entre eles, através de alianças e conflitos entre as diferentes formas sociais de produção.

¹ Vários trabalhos lançados recentemente abordam essa temática, como TEDESCO (1999) e GODOI (1999), desenvolvidos na UNICAMP e, todos os clássicos que tratam da agricultura familiar.

Assim, se sucederam na história configurações de espaços, onde podemos localizar o primeiro como indígena, o segundo mercantil e o terceiro e último, o moderno-capitalista. É entre o espaço de produção nos moldes primitivos e o moderno que se insere o presente estudo, procurando entender as transformações e adaptações dos colonos descendentes de imigrantes ucranianos na cidade de Prudentópolis-PR.

No final do século XVIII e início do século XIX o Estado do Paraná, e de forma mais abrangente a região meridional do Brasil, era povoada basicamente por indígenas (WESTPHALEN, 1968). Dentro do território paranaense, no século XVIII, apenas duas atividades eram consideradas mais importantes, a pecuária e posteriormente a colheita da erva-mate (WACHOWICZ, 1985). A agricultura viria a ser importante no Estado do Paraná, na visão oficial, somente no século XIX. Até então, ao lado das culturas de exportação e seus subsistemas desviava-se a atenção da produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno. Com a carestia dos produtos importados para o abastecimento do Estado reconhece-se a importância da agricultura familiar, tida até então como economicamente inviável, para abastecer o mercado interno.

A demanda por colonos surgia por duas razões. Primeiro, estabeleceu-se uma política de povoamento da região sul para assegurar as fronteiras e igualmente introduzir inovações agro-tecnológicas que poderiam promover um novo surto econômico na agricultura extensiva, que estava em decadência na época. Segundo, surgiu por causa das transformações do mercado de trabalho (a transição do trabalho escravo para o trabalho livre) e pela demanda de trabalhadores nas grandes fazendas de café, em São Paulo. No Paraná, as correntes migratórias entraram a partir de 1829, mas o fluxo maior ocorreu posteriormente, nos anos

sessenta (1860), primeiro nos arredores de Curitiba, e a partir dos anos 80 também no Segundo Planalto Paranaense (WACHOWICZ, 1985).

De forma igual, no final do século XIX vieram para o Estado do Paraná imigrantes poloneses e ucranianos, que foram instalados em áreas que não interessavam aos grandes proprietários. Dentre estas áreas está o município de Prudentópolis-PR, localizado a leste da região dos campos naturais chamados Campos Gerais de Ponta Grossa e a oeste dos Campos de Guarapuava, aproveitados pela atividade pecuária. Aqui foram estabelecidos os imigrantes vindos da parte ocidental da Ucrânia, mais especificamente da Galícia.

Os imigrantes ucranianos estabelecidos longe dos centros urbanos, encontraram no município somente uma população cabocla, vivendo dispersamente nas matas de araucárias e sobrevivendo de uma agricultura semi-extensiva.

Com o estabelecimento da colônia, os ucranianos foram sendo distribuídos no município, às margens de “linhas” que eram então abertas (estradas), formando comunidades que ainda se encontram assim dispostas. Nestas comunidades, há até hoje a predominância de ucraíno-brasileiros, fato que dá ao município características europeias, visíveis na fisionomia das pessoas, no sotaque, nas moradias, na religiosidade e certamente no seu jeito de ser.

O grupo étnico dos ucranianos mantém seu gênero de vida na base de uma estrutura bastante coerente, apoiado principalmente por congregações religiosas (Padres da OSBM - Ordem de São Basílio Magno, Irmãs de Maria Imaculada e o Instituto das Catequistas do Sagrado Coração de Jesus) e na sua vida comunitária. Essa coerência existe de forma mais intensa nas comunidades distanciadas dos centros urbanos.

Recentemente, as transformações econômicas da região, ocasionadas pela produção fumageira, começaram a afetar a estrutura social das unidades de produção familiar de agricultores ucraniano-brasileiros, culminando num processo de desculturização (SANTOS 1996, p.61) ou adesão aos padrões culturais "brasileiros" em geral (VOGT, 1997). Em virtude dessas considerações, o objetivo central desta pesquisa é verificar de que forma se dá (ou se mantém) a estruturação das famílias de agricultores ucraniano-brasileiros diante dessas mudanças.

Com base na Teoria de Estruturação de GIDDENS (1989), que parte do pressuposto de que uma sociedade depende de formas estruturais, mas que esta se transforma constantemente pelas ações e pela vivência dos seus membros, torna-se necessário analisarmos a forma de inserção das famílias ucraniano-brasileiras, na sociedade brasileira em geral.

A estruturação das famílias de agricultores ucraniano-brasileiros acontece devido à sua inserção num sistema social com propriedades estruturais próprias, as colônias. Essas propriedades estruturais adaptam-se ou confrontam-se numa forma mais abrangente com a integração sistêmica na sociedade brasileira em geral. As mudanças sociais resultantes de políticas de modernização agrícola afetam profundamente o fundamento social das unidades de produção familiar dos ucraniano-brasileiros. Entram em choque dois tipos de integração sistêmica, a integração da comunidade étnica local com a da integração à modernização nacional.

Interessante é verificar como estes choques acontecem nas famílias de ucranianos que ainda preservam e reproduzem valores, normas de conduta moral, hábitos herdados de seus ancestrais. Mesmo tendo assimilado valores modernos e subutilizado parcialmente a herança cultural ucraniana, as famílias ainda respondem

criativamente à sobreposição do novo estilo de vida. O moderno é defendido principalmente pelos filhos mais jovens.

Segundo VOGT (1997), a Região Sul do Brasil é hoje responsável pela produção de 90% de todo o tabaco cultivado no território brasileiro. Este cultivo de fumo tem sido praticado em pequenas explorações agrícolas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Esta produção integrada provocou claramente uma mudança profunda na vida das famílias e comunidades rurais.

Inicia-se este estudo das famílias ucraíno-brasileiras com a aproximação teórica sobre as tipologias agrárias estabelecidas no atual cenário da agricultura brasileira. São apresentadas especificidades que caracterizam cada tipo em particular, e os relacionamentos entre eles. Comenta-se a transformação da forma social de produção dos colonos que historicamente foi marginalizada no sistema sócio-econômico brasileiro, mas realmente foi ela que integrou o Paraná ao contexto da economia-mundo.

Na seqüência dá-se enfoque às contradições da agricultura brasileira de exportação frente a agricultura de subsistência e o sistema de campesinato no Brasil desde o século XVI até o XIX, discorrendo sobre os caminhos tomados pelo sistema de campesinato para reproduzir-se como tal. A seguir far-se-á a apresentação da teoria da estruturação que forneceu as principais diretrizes para este estudo, possibilitando o entendimento do sistema de produção familiar como uma interligação entre o social, o religioso e a reprodução econômica, apoiado também nas reflexões teóricas de GEERTZ (1978).

No terceiro capítulo são apresentados dados gerais sobre o município de Prudentópolis. A explicação extensa das condições políticas, sociais e naturais serve

para entender em que condições a reestruturação e transformação das comunidades ucraniano-brasileiras acontece.

A pesquisa empírica segue nos capítulos quarto até o sétimo, onde é apresentada a real estruturação das famílias ucraniano-brasileiras. Transporta-se neste capítulo, as formulações teóricas à situação vivida pelas famílias de agricultores ucraniano-brasileiros de Prudentópolis. Isso significa uma compreensão das particularidades da agricultura familiar no contexto brasileiro. Depois de uma breve introdução à metodologia da pesquisa serão apresentadas as comunidades da área rural de Prudentópolis com um enfoque em cinco Linhas (Linha Esperança, Linha Ivai, Linha Paraná, Linha Paraná Faxinal e Linha Santos Andrade). Depois segue uma descrição densa da situação particular de 5 propriedades selecionadas. Uma avaliação quantitativa em 26 propriedades serve para entender melhor o fundamento entre integração sistêmica e integração social na agricultura familiar dos agricultores ucraniano-brasileiros e as consequências sócio-culturais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A agricultura brasileira consiste basicamente das seguintes formas sociais de produção: grandes/médios estabelecimentos, trabalho familiar/trabalho assalariado, unidade privada/coletiva (LAMARCHE 1993) Cada uma dessas formas sociais de produção traz uma determinada estrutura, transformada por ações individuais ou de grupos.

A algumas décadas atrás (pós 70) as constantes transformações decorrentes da política de modernização agrícola condicionaram o campesinato tradicional a modificar-se na tentativa de desfrutar dos privilégios ou, pelo menos de parte dos possíveis privilégios proporcionados pela tecnologia, o que acabou acarretando mudanças sociais e culturais na forma de produção camponesa.

Embora a função de garantir a sobrevivência seja um dos fundamentos do modelo camponês, é impossível reduzi-lo a isso. Há nesse modelo, profundamente ancorada, a necessidade de conservação e de crescimento do patrimônio familiar (LAMARCHE, 1993, p. 311). E para que esse patrimônio se mantenha ou seja ampliado o produtor busca diversificar as atividades, até mesmo inserindo-se em atividades não agrícolas. Cabe ainda ressaltar, como afirma LAMARCHE (1993), que “toda a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa”. Neste sentido, ABRAMOVAY (1998, p. 02) alerta que, por exemplo, a agricultura familiar altamente integrada ao mercado e capaz de incorporar os principais avanços técnicos não pode ser, nem de longe, caracterizada como camponesa. Também SILVA (1999, p. 181) diferencia as empresas familiares que utilizam trabalho familiar e assalariado, camponeses e semi-assalariados e, igualmente, as pesquisas de LAMARCHE (1993, p. 67-71) introduzem uma tipologia

entre os modelos da agricultura camponesa, com lógicas produtivas familiares, mas pouco dependentes, e os modelos da agricultura familiar moderna ou ainda da empresa familiar.

No caso do Brasil, o camponês imigrante vindo da Europa Central, denominado “colono”, redobra seus esforços para permanecer como proprietário de terras, por mais exíguas que elas sejam, para não cair na proletarização. É uma luta ainda bastante visível, porém o camponês não pode ser visto apenas sob o ângulo da produção agrícola. As famílias dos camponeses se apresentam não apenas como produtoras de alimentos agrícolas, mas vivem, na realidade, inseridas num sistema, numa teia aonde encontram-se intrinsecamente conectados os padrões culturais e sociais específicos. São *modelos de* no raciocínio de GEERTZ (1978, p. 107), à medida que formam um tipo de sistema coletivo específico e complexo de produção, que é reproduzido econômica, social e culturalmente pelos próprios membros enquanto os mantém como agentes na comunidade em que vivem. Somente com a reprodução de práticas sociais relativas a este sistema é que o sistema de produção familiar se reproduz e sobrevive.

Segundo a teoria da estruturação de GIDDENS (1989), as atividades cotidianas dos agricultores ucraniano-brasileiros são estruturadas e monitoradas com a junção direta de elementos sociais e culturais com a reprodução econômica. No sistema de produção familiar há intenção de dar continuidade aos padrões que regem esse sistema, mesmo mediante a incorporação de inovações nas atividades que foram feitas ainda pelos membros de gerações passadas (tataravôs, bisavôs, avós), ou em outros lugares por outras famílias da comunidade étnica.

Uma propriedade familiar é, portanto, um sistema complexo inserido numa complexidade maior de uma rede de famílias que fazem parte de uma comunidade.

Mesmo numa propriedade aparentemente individualizada, os bens ainda pertencem aos membros familiares que moram em comunidades rurais mais distantes. Muitas vezes, são propriedades de múltiplos proprietários, os quais não sabem exatamente qual a parte que lhes cabe ou a quem será destinada após a legalização, o inventário. Essas integrações de teias familiares são observadas em diferentes comunidades, como mostram TEDESCO (1999, p. 115), GODOI (1999), ou no contexto do Caribe, SAHR (1998, p. 40).

De acordo com CHAYANOV (1981), as unidades familiares precisam ser analisadas como um sistema específico e que se constituem de relações de poder entre os membros da família, dada a hierarquia que permanece devido a valores culturais presentes, onde os mais novos devem obedecer aos mais velhos.

A produção agrícola visa em primeiro momento a alimentação da família e a reprodução social e econômica da mesma. Na família, o trabalho é coletivo e o lucro da produção é convertido em benefícios para a família como um todo. É mais uma característica que marca a agricultura das famílias de ucraíno-brasileiros. Dessa forma, mais comum na atualidade é o agricultor que cada vez mais busca incrementar a sua renda por meio de práticas inovadoras. Na realidade, as unidades camponesas familiares sempre cultivaram culturas para o autoabastecimento de suas famílias e comercializavam o excedente. Segundo (WANDERLEY 1996, p.02) o campesinato brasileiro tem características particulares – em relação ao conceito clássico de camponês – que são resultado do enfrentamento de situações próprias da História social do País e que servem hoje de fundamento a este patrimônio sócio-cultural” com que deve adaptar-se às exigências e condicionamentos da sociedade brasileira moderna. Por consequência, seguramente nos equivocaremos se tratarmos de conceber as economias camponesas como exclusivamente orientadas

para a subsistência. No caso do campesinato brasileiro, grandes exemplos disso são as feiras antigas dos escravos em frente às igrejas ou as comercializações adicionais dos colonos nos centros urbanos do Paraná (MARTINS, 1995).

Hoje, o conjunto de atividades se amplia até para o trabalho em outros setores, como mostra a pesquisa de SCHNEIDER (1999), apontando as relações de trabalhadores nas fábricas de calçados gaúchos (RS), no contexto da pluriatividade.

Cumpre observar a unidade familiar em movimento, que vai implementando suas atividades na tentativa de melhorar cada vez mais o padrão de vida da família, ditado por uma força externa, que é o sistema econômico, que cria a cada dia novas “necessidades”. A partir das necessidades que surgem diariamente a família torna-se impotente para suprir as necessidades de seus membros. O avanço tecnológico e a formação de agricultores por agentes de Estado ou Empresas rompem com a tradicional forma de cooperação e de equilíbrio no quadro familiar.

No Brasil existem diferentes formas sociais de produção agrícola. OLIVEIRA (1997, p. 63), diferencia-as conforme a forma de acesso à terra, como proprietários, parceiros, rendeiros ou posseiros, enfocando a questão produtiva. RIBEIRO (1997), diferencia culturalmente os caboclos, sertanejos, caipiras, matutos e imigrantes europeus. Vários estudos sobre essas diversidades já foram feitos, cada qual enfocando diferentemente essas formas sociais de produção, como por exemplo o estudo antropológico sobre o campesinato sergipano (WOORTMANN, 1997), estudos de uma comunidade de posseiros do Piauí (GODOI, 1999), de agricultores de descendência italiana no Rio Grande do Sul (TEDESCO, 1999) ou de agricultores do Paraná Central (BRANDENBURG, 1999).

As famílias de agricultores ucraíno-brasileiros desde 1980 produzem para o capital agroindustrial. Sua “integração” à agroindústria fumageira é parcial, haja visto

que produzem não apenas o fumo, mas também outras culturas que são indispensáveis para a reprodução da família. Todavia, o fumo ainda que produto agrícola tem para o agricultor (termo com o qual o pesquisado melhor se identifica) uma conotação diferente da produção de subsistência, porque é um trabalho para “fora” do seu absoluto alcance. As culturas do milho e do feijão por exemplo, mantém o espaço da liberdade sócio-produtiva, o que não acontece com a produção do fumo.

Como o alvo deste estudo são as famílias de fumicultores ucraíno-brasileiros do município de Prudentópolis (Paraná), pretende-se direcionar o trabalho seguindo a tríade: agricultura, configuração social e elemento cultural, os quais formam a base para uma análise qualitativa das propriedades familiares. A realidade das famílias aqui é mostrada sem ater-se ao elemento econômico. Pelo contrário mostra-se de que forma os fatores econômico, social e cultural interagem no processo de **estruturação dessas famílias**.

Distante de querer mostrar quantitativamente a realidade das famílias de lavradores ucraíno-brasileiros, o presente trabalho tem como ponto fundamental a verificação das mudanças sociais e estruturais causadas pela integração à indústria fumageira e, enfim, pelos elementos modernos introduzidos nas comunidades rurais. Diante de tal fato utiliza-se a sociológica teoria de estruturação de Anthony Giddens que possibilita um entendimento mais consistente de uma propriedade familiar.

2.1. REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A AGRICULTURA BRASILEIRA

No Brasil existem fatores diferenciais no sistema agrícola, com variáveis nos padrões de produção agrícola e nos sistemas sociais. Eles precisam ser

detalhadamente estudados para que se faça um consistente entendimento da evolução dessas formas sociais de produção.

Torna-se necessário, nesse sentido, identificarmos como se criam espaços sociais interligados com o sistema produtivo dos agricultores, apresentando os principais sistemas de produção agrícola do Brasil afim de, também, contextualizar a cultura camponesa dos Ucraíno-Brasileiros em Prudentópolis.

2.1.1. As tipologias na agricultura do Brasil

De acordo com a tipologia estabelecida por SILVA (1999, p. 214), os tipos de produtores rurais encontrados no Brasil apresentam um leque bastante diversificado e podem ser agrupados da seguinte forma:

- a) Os *grandes proprietários e capitalistas agrários* têm como principais características a propriedade real dos meios de produção, uma divisão do trabalho aonde são separados os trabalhadores do empreendedor e os proprietários se orientam pela taxa de lucro. Caso o lucro não alcance o resultado desejado, o proprietário tem a possibilidade de mudar de atividade para alcançar a margem de lucro esperada, caracterizando, assim uma certa mobilidade do seu capital.
- b) As *empresas familiares* representam unidades que, apesar de manterem alguns traços de uma unidade de produção familiar, possuem elementos que a definem como empresa comercial. As principais características desse sistema são a participação da mão-de-obra temporária com pelo menos um assalariado permanente, enquanto o responsável quase não participa das atividades diretas; também, a ocupação dos membros da família se concentra em algumas tarefas

especializadas, como no manejo de máquinas. A taxa de lucro não é o mais importante no funcionamento dessas empresas, mais importante é o nível de rendimento total do proprietário, ou seja, existe um cálculo econômico orientado para maximizar a renda líquida. A mobilidade do capital é pequena e o comportamento empresarial do “dono” não é o de um “patrão” típico, chegando até mesmo a realizar algumas tarefas lado a lado com seus empregados. Nesse sistema na contratação de empregados prevalecem relações não-formalistas legalmente e o nível de rentabilidade das unidades produtivas não é suficiente para garantir que a mão-de-obra contratada seja remunerada de acordo com a legislação vigente.

- c) Os *produtores camponeses* distinguem-se dos anteriores pela posse de pequenas áreas e pelo trabalho basicamente familiar, podendo ser complementado por assalariados temporários. Nesse grupo a mobilidade do capital é mínima. Praticamente são “obrigados” a produzir todo o ano os mesmos produtos da região, pois não dispõem de alternativas para o uso de seus equipamentos e tampouco podem alcançar outros mercados, além dos comerciantes locais.

Dentre essas tipologias segundo WANDERLEY (1996 p.12), a última tipologia citada no texto acima, mesmo tendo perdido a significação e a importância que tinha nas sociedades tradicionais, continua a se reproduzir nas sociedades atuais integradas ao mundo moderno. Segundo a autora na sociedades modernas multiplicaram-se outras formas de agricultura familiar não camponesa. São aquelas em que, sob o impacto das transformações de caráter mais geral – importância da cidade e da cultura urbana, centralidade do mercado, mais recentemente, globalização da economia etc. – tentam adaptar-se à este novo contexto de

reprodução, transformando-se interna e externamente em um agente da agricultura moderna. O período pós 70, aponta para a natureza das mudanças que efetivamente se realizaram nas décadas seguintes, e cujo eixo é dado pela perda crescente de autonomia tradicional, consequência da integração e subordinação à sociedade englobante e pelo esvaziamento da sociedades locais, provocado pelo êxodo rural.

Outros autores, como OLIVEIRA (1997) e MARTINS (1995), baseiam-se entretanto no ponto de vista da teoria crítica, no critério da possessão e do acesso à terra. Consequentemente, OLIVEIRA (1997, p. 63) destaca o próprio papel do produtor como proprietário, parceiro, vendeiro ou posseiro, avaliando o grau de dependência do sistema capitalista. LAMARCHE (1993) utiliza ambos os critérios: o fator empresarial, como o modelo de empresa e a empresa familiar e o grau de dependência dessas unidades de produção. No âmbito da produção o investimento é constante nos meios de produção visando melhorá-la, e a dependência para satisfação dos seus níveis de consumo. Grandes consumidores são também grandes compradores.

Além dessas classificações, administrativa e sociológica, existe empiricamente uma variedade de formas sociais de produção, agregados, camaradas, posseiros, meeiros, foreiros, caboclos, caipiras e sertanejos. São as diversas denominações de agricultores que perambulam de um sistema para o outro por não ter a propriedade ou ao menos a posse da terra. Esses “grupos sociais (...) expressam certas condições de produção que resultam de épocas históricas e contextos diferentes. Mais do que denominações essas categorias qualificam certos tipos de personagem social, que além de estarem vinculados a certas relações

sociais de produção, são de origens sociais distintas" (BRANDENBURG, 1999, p. 92).

A pesquisa em questão destaca dois tipos culturais da produção agrícola: o caboclo e o colono. A formação dos caboclos é pouco estudada nas regiões do Sul, apesar do forte impacto que eles tiveram na história. Temos como exemplo a atuação deles na Guerra do Contestado (QUEIROZ, 1981) e a presença ainda na atualidade (BRANDENBURG, 1999, p. 98). Em geral tratam de uma agricultura mista, com elementos de extração (mate, madeira, pinhão), de plantação (milho, feijão e outros) e da criação de pequeno porte (galinhas, cabritos, vacas). Muitas vezes, essa agricultura é verificada nas comunidades dos faxinais, que são terras de uso comum em conjunto com as moradias (GEHLEN, 1998, p.60).

O colono é também praticante da agricultura de subsistência à maneira do caboclo, mas responsável pela organização fundamentada em comunidades étnicas e já desde a sua instalação no sistema brasileiro faz parte de um campesinato organizado. Ele passa a ser um proprietário, o que não representa apenas poder (ser proprietário não é apenas ser), mas significa ter formas a seguir e reproduzir num sistema que já tratava a terra como "mercadoria que adquire preço, que pode ser comprada e vendida, ou pode ser alugada" (MARTINS, 1986, p.160). É certamente a partir deste momento que os caboclos ficaram excluídos do sistema organizado e passaram a ser chamados de intrusos, posseiros.

Os colonos, com a política de colonização do governo, tornaram-se proprietários das terras onde foram estabelecidos em terrenos relativamente pequenos. Essas terras foram doadas² aos primeiros imigrantes, ainda que a Lei de

² Segundo depoimentos de imigrantes ucranianos, somente as primeiras famílias que foram estabelecidas no município de Prudentópolis receberam as terras gratuitamente.

Terras de 1850 não permitisse mais a doação. Naturalmente, essas terras não eram terras de interesse, e portanto não provocariam restrições nos grandes proprietários, ao serem doadas. “No Sul do Brasil, no caso do Paraná, os pequenos agricultores familiares denominados colonos se organizam em forma de comunidades, constituindo núcleos de povoamento no meio rural” (BRANDENBURG, 1998, p. 98).

Desde o início da imigração organizada, perceberam-se adaptações do sistema colono ao sistema caboclo. Assim, os colonos passaram a produzir o feijão e o milho (por exemplo os russo-alemães BALHANA, et al, 1969, p. 177) ou o estabelecimento de faxinais nas colônias polonesas e ucranianas. Observa-se também uma certa “Acabocização cultural” (WAIBEL, 1979, p. 225).

2.1.2. A agricultura de subsistência e a grande propriedade capitalista no Brasil

Somente a partir dos anos 80 foram feitos estudos mais detalhados sobre a agricultura brasileira camponesa. Até então observa-se uma grande falta de informações. Essa falta de informações sobre a agricultura familiar no Brasil pode ser atribuída à força de um paradigma teórico que associa essa agricultura ao atraso tecnológico (ABRAMOVAY, 1992). O campo passa a ser um espaço negligenciado, não oferecendo o lucro e a infra-estrutura que a cidade oferece a sua população. Criou-se um emblema negativo para o campo, o qual fortalece e faz permanecer as concepções de que a vida no campo e do camponês são heranças do passado.

Todavia no Brasil, as constantes lutas por pequenos pedaços de terras já foram e até hoje são motivos de violentos conflitos. A presença histórica no Brasil de grandes latifúndios, trabalho escravo e monoculturas de exportação fizeram com que os pequenos espaços de produção fossem localizados sempre às margens dos

latifúndios, habitados por populações pobres que não tinham possibilidades de atuar no mercado competitivo, restando a elas a oferta da mão-de-obra.

Segundo MOURA (1988, p. 10), a situação vivenciada pelos trabalhadores rurais, inclusive pelos camponeses, é marcada pela subordinação. É no campo que o pequeno agricultor sofre a exploração, seja através da expropriação do que ele produz sob forma de tributos entregues ao dono da terra, seja através da depreciação dos preços no mercado, ou via roubo de terras pelo grande proprietário. Essa tendência é própria do sistema capitalista que ocorre através da reprodução do seu capital e se faz indispensável para o fortalecimento do referido sistema.

Com a expansão do capitalismo no campo, este se transformou em um cenário com atores diferentes. Os grandes empreendimentos como fazendas e a agricultura modernizada, trabalhadores familiares rurais e os camponeses. Os agricultores autônomos os quais sobreviviam do trabalho familiar são muitas vezes expropriados e transformados em proletários rurais. Conforme MARTINS (1986, p. 152) o princípio básico da expansão do capitalismo aparece quando "os trabalhadores se transformam em trabalhadores livres, isto é, libertos de toda propriedade que não seja a propriedade da sua força de trabalho, da sua capacidade de trabalhar". A terra perde o seu papel fundamental para o trabalhador.

Para a agricultura de subsistência, ao contrário da grande propriedade e do capital agro-industrial, o acesso à terra é o cerne da produção, é um recurso alocativo que o agricultor possui. Ele faz uso para retirar dela por meio do cultivo, os alimentos e melhorias para a sua família. Quando esta terra e a sua produção não são suficientes, apela para outros tipos de atividades para ocupar a força de trabalho excedente, aumentando dessa forma a qualidade de vida dos camponeses. Por isso,

a pluriatividade, e em conseqüência a “diminuição da importância” da terra, são características do agricultor moderno (SCHNEIDER, 1999).

Observa-se que há uma grande distância entre os interesses do capitalista e do pequeno agricultor rural. O capitalista concebe a terra exclusivamente como fonte de renda, seja em trabalho, produto ou dinheiro, porém, a sua família não depende diretamente dela para viver. Já na agricultura de subsistência a terra representa não apenas uma fonte de renda para o trabalhador, mas tem também um significado simbólico no seu mundo vivido como herança de ancestrais, fruto de seu árduo trabalho, base de seu sustento e de sua família.

Apesar da sua importância social, à produção de pequeno porte não é dada a necessária atenção. Historicamente, já foi tratada de forma indevida, fadada ao desaparecimento. O pensamento de Chayanov sobre o campesinato contraria as concepções marxistas quando em sua teoria do comportamento camponês diz que “*al nivel nacional debia considerarse a la economía campesina como un sistema económico por derecho propio, y no como una forma de capitalismo incipiente representada por producion de bienes en pequeña escala como aseguraban los marxistas*” (KERBLAY, 1979, p.134).

Chayanov afirma que as motivações camponesas são diferentes das capitalistas. Os camponeses tratam de satisfazer as necessidades da família. O autor demonstra que os conceitos de economia clássica prevalecentes não se aplicam a uma família camponesa que depende só do trabalho dos membros da sua família. Neste tipo de agricultura os rendimentos decrescentes do valor do trabalho marginal não obstaculizam a atividade dos camponeses enquanto satisfazem as necessidades de sua família (KERBLAY, 1979).

Chayanov vê a teoria econômica da sociedade capitalista moderna como um sistema complicado de categorias econômicas, inseparavelmente conectadas entre si como preço, capital, salário, lucro, renda que determinam reciprocamente e são funcionalmente interdependentes. A produção camponesa tem características bem diferentes, é chamada economia natural. “Em uma economia natural a economia humana está dominada pelo requerimento da satisfação das necessidades de uma só unidade produtiva que ao mesmo tempo é uma unidade de consumo. Em consequência o pressuposto é aqui qualitativo em alto grau, a quantidade só pode ser calculada aqui considerando a extensão de cada necessidade singular” (KERBLAY, 1979, p.134).

Consequentemente, a agricultura camponesa representa uma forte ligação entre vivência social e cultural e sistema econômico, baseado na forte função da terra.

2.1.3. A Agricultura Camponesa

Segundo WANDERLEY (1996), o tipo ideal da sociedade camponesa define-se por quatro principais características:

- 1) autonomia relativa em relação à sociedade como um todo;
- 2) importância estrutural do grupo doméstico;
- 3) sistema econômico de autarquia relativa;
- 4) sociedade de interconhecimento, isto é, uma coletividade na qual cada um conhece todos os outros e até todos os aspectos da personalidade dos outros.

A família é o núcleo social da produção camponesa. O sistema de produção familiar faz que não exista a separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores. A família é ao mesmo tempo proprietária e a principal fonte de trabalho da unidade de produção. Segundo LIMA, et al (1995, p.31) “para a família, a unidade de produção se constitui em patrimônio e em local de trabalho”. Nestas unidades de produção cada membro da família participa também do processo de decisão e é co-responsável pelo conjunto do funcionamento do sistema família-unidade de produção.

Mesmo não existindo uma divisão formal e hierárquica rígida do trabalho, ocorre uma certa repartição de tarefas, funções e responsabilidades. O pai e/ou mãe são responsáveis pelo conjunto do sistema ainda que essa hierarquia hoje já sofra algumas modificações. Normalmente, o pai e os filhos em idade adulta, denominada por Tepicht, citado por WANDERLEY (1996) de “força plena”, são responsáveis pela produção e os negócios. A mãe domina a casa, o pequeno jardim e o quintal. Os filhos pequenos, os idosos são responsáveis sobretudo pela ordem na casa e pelos animais menores. Não se pode perder de vista que numa família existem necessidades individuais e coletivas. Trabalhando em família significa consequentemente que as necessidades *coletivas* tendem a serem supridas com maior urgência, porque garantem também o bem-estar do indivíduo. Quebrar essa regra pode induzir um processo de desestruturação geral da unidade.

A intensidade do trabalho cresce à proporção do crescimento da família. A substituição da produção pela venda do trabalho tem consequências também no quadro sociológico e cultural. Enquanto a unidade familiar ditava antigamente as necessidades, a externalização do trabalho e o contato cultural com os outros trabalhadores modificam as aspirações dos membros da família, como a liberdade

na decisão, a motivação para o consumo, lazer etc. Organismos “tradicionais” como a igreja, os grupos de idosos etc., perdem influência. Quando desenvolve-se um desequilíbrio entre a força plena e as forças adicionais, como acontece, por exemplo, com o êxodo rural de jovens adultos, necessita-se para a subsistência, de novas atividades para ganhos adicionais. O agricultor assim, sujeita-se ao sobretrabalho, ações que CHAYANOV (1981) chama de “auto-exploração”. Em alguns casos, esse sobretrabalho com seus ganhos adicionais, acontece por conta de dívidas adquiridas. Nesta forma, desenvolve-se um ciclo vicioso que não permite mais restrições no conjunto econômico da família, mas envolve o sistema capitalista. Muitas vezes essas dívidas só podem ser superadas por outras dívidas. É natural que isso venha a ocorrer quando o agricultor possui apenas mão-de-obra marginal e intransferível, ou seja crianças pequenas. Por isso, as famílias tentam não mandar seus filhos maiores para fora da unidade produtiva familiar, porém nem sempre isso é possível.

ABRAMOVAY (1998, p 91) diz o seguinte:

Enquanto as necessidades básicas da família não forem atingidas, haverá disposição a um grande sacrifício em trabalho, embora com retorno econômico muito baixo. Uma vez alcançadas essas necessidades elementares, a estimativa feita em torno da utilidade de bens adicionais cai e aumenta a aversão à penosidade do trabalho.

Neste momento, rompe-se a lógica da unidade camponesa com a intrusão de relações sociais externas. O trabalho adicional torna-se uma alternativa para alguns agricultores ucraíno-brasileiros e, assim, degrada a produção em casa. O mercado de trabalho é capaz de alterar significativamente a racionalidade da unidade

produtiva familiar nessa forma. Nele, as necessidades básicas podem ser alcançadas através da venda da força de trabalho. A substituição da produção pela venda do trabalho tem consequências também no quadro sociológico e cultural.

2.1.4. A Nova Forma de Reprodução da Agricultura Camponesa

Com a revolução industrial e a “modernização agrícola” no Brasil, e com a abertura de estradas para facilitar o acesso de insumos e o escoamento da colheita, instalava-se a “agricultura moderna”. Ficou estigmatizada a agricultura familiar, rotulada como “produção de baixa renda” e “pequena produção” etc. Pressiona-se o agricultor de um sistema específico e tradicionalmente adaptado, a modernizar-se. Ser moderno é consumir produtos químicos, ter implementos agrícolas, usar crédito, profissionalizar o trabalho. Como considerável parcela de agricultores familiares não possuíam recursos para adquirir adubos industrializados, agrotóxicos, fungicidas, inseticidas, etc., o lavrador familiar de uma forma ou de outra precisava se submeter às indústrias para obter estes produtos, e aos bancos para financiar a sua produção.

Por volta dos anos 70 e 80 a unidade produtiva camponesa, devido a impossibilidade de capitalizar-se, com a própria forma social de produção, busca via contrato com a indústria fumageira a “modernização”. Na avaliação política e econômica, este sistema não era viável. Surgem nesta época os complexos agro-industriais, estabelecendo uma produção declarada “integrada”, que integra trabalhadores e capitalistas e da mesma forma desintegra o sistema de produção familiar. Neste caso, os trabalhadores são os próprios camponeses que passam a produzir matéria-prima para a indústria, utilizando produtos químicos em quantidades e “qualidades” recomendados pela indústria e taxados com preços

bastante altos. Este tipo de produção iniciou-se principalmente com suínos e o fumo. Pode ser avaliado como uma tentativa do sistema capitalista de incorporar agricultores independentes a uma forma de semi-dependência.

Segundo SILVA (1993, p. 169), a formação dos complexos agroindustriais nos anos 70 se deu a partir da integração intersetorial de três elementos básicos: as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura moderna propriamente dita e as agroindústrias processadoras, todas beneficiadas por fortes incentivos de políticas governamentais (fundos de financiamento, programas de apoio a certos produtos agrícolas, crédito para aquisição de máquinas, equipamentos e insumos modernos etc.). Essa integração atingiu seu ponto culminante no início dos anos 80.

De acordo com SILVA (1993, p. 183) cresceu a desigualdade nessa época no campo, mas diminuiu também a pobreza. Cresceu a renda média dos extratos inferiores, apesar de ter havido um crescimento ainda maior de renda dos extratos superiores. No decorrer dos anos 80, o quadro mostrou-se muito mais perverso. Continuou a crescer a desigualdade na distribuição da renda, com o agravante de que os pobres se tornaram mais pobres esta vez, porém, muitos permaneceram no campo.

Isto mostra uma reação forte à situação, pois mesmo com inúmeros problemas que afetavam a pequena propriedade agrícola, muitas propriedades resistiram e não caíram na proletarização durante o processo da modernização. Isso se deve à capacidade de adaptação ou de resistência dos pequenos estabelecimentos agrícolas o que é normalmente atribuído às qualidades intrínsecas deste tipo de organização social e produção, tais como o uso da força de trabalho familiar e a prevalência do valor família na orientação da conduta dos membros do grupo doméstico.

Constata-se que boa parte das pequenas e médias unidades produtivas não são mais capazes de garantir a reprodução social de todos os membros do grupo doméstico. A tendência ao trabalho externo, sobretudo dos jovens, é uma das evidências do caráter pluriativo de um número considerável de famílias dos agricultores familiares que responde a este fato. “Cada vez mais torna-se necessário buscar parte dos meios de sobrevivência em outras fontes” (CARNEIRO, 1998, p.65).

Essas tendências embasam a hipótese, sustentada por muitos autores, da decomposição das relações familiares de produção, que sobreviveram anacronicamente no sistema capitalista industrial. Defende-se a existência de um processo paulatino a individualização da força de trabalho. Mas a migração da força excedente do campo para a cidade representa também uma alternativa de manter a propriedade familiar no campo. A integração à indústria do fumo é uma outra alternativa da qual a família dispõe.

Essa alternativa (produção do fumo) desestrutura não necessariamente a família na sua composição, pelo contrário, apoia-se em muitos casos nas forças adicionais, como crianças e velhos, mas ela perturba o sistema integrado de decisões familiares. Quem manda agora no contexto da família é a própria empresa fornecedora de insumos que igualmente garante o pagamento da colheita. No entanto, a agroindústria é uma das novas formas de reprodução na agricultura familiar de uma parte crescentemente menor e seletiva de agricultores familiares que se integram nos anos 70 e numa 2^a fase no pós-80.

2.2. A ESTRUTURAÇÃO DA AGRICULTURA

A discussão sobre o campesinato brasileiro mostrou que as modificações deste ficam basicamente pautadas no relacionamento com o sistema capitalista em geral. Mesmo assim, a produção camponesa representa também um espaço socialmente estruturado.

Tradicionalmente, a agricultura familiar camponesa é vista como a mais densa interligação entre o sistema social e cultural e a sua reprodução econômica. Isto necessita de uma abordagem ampla de análise que consiga incorporar todos estes elementos. Na teoria da estruturação, desenvolvida nos anos 80 sob liderança de A.GIDDENS, acha-se uma abordagem suficientemente diferenciada para pensar elementos sociais e econômicos num conjunto equilibrado.

2.2.1. Teoria da Estruturação

Com o termo “estruturação”, GIDDENS (1989) quis enfatizar o fluxo dinâmico da vida social, numa correlação entre indivíduo e sociedade. A teoria da estruturação vem mostrar que é através de uma série de atividades e práticas que exercemos reproduzimos as instituições sociais.

De acordo com GIDDENS (2000, p. 62) “a sociedade pode ser entendida como um complexo de práticas recorrentes que criam instituições. Tais práticas dependem dos hábitos e modos de vida adotados pelos indivíduos. Não só eles as utilizam em sua atividade, como também essas práticas de vida constituem a própria atividade.”

2.2.2. Estrutura, Sistema e Ação

De acordo com GIDDENS (1989, p.13), *estrutura* são regras e recursos recursivamente implicados na reprodução de sistemas sociais. A *estrutura* existe somente como traços de memória, na base orgânica da cognoscitividade humana e exemplificada na ação. GIDDENS (1989, p.19) afirma que “os mais importantes aspectos da estrutura são as regras e os meios recursivamente envolvidos em instituições”. As instituições são, por definição, os aspectos mais duradouros da vida social. Os sistemas sociais em que a estrutura está recursivamente implicada compreendem as atividades localizadas de agentes humanos, reproduzidas através do tempo e do espaço. Assim, a própria “estrutura” como conjunto de regras e recursos está fora do tempo e do espaço, enquanto as suas atividades criam sistemas sociais no tempo e no espaço. O poder em sistemas sociais pressupõe relações regularizadas de autonomia e dependência entre atores ou coletividades em contexto de interação social. Mas todas as formas de dependência oferecem alguns recursos por meio dos quais aqueles que são subordinados podem influenciar as atividades de seus superiores. E é isso que GIDDENS (1989, p.12) chama de “*Dialética de Controle*”.

O *sistema* é a padronização das ações e relações sociais ao longo do tempo-espacó, entendidas como práticas reproduzidas. Os sistemas sociais devem ser considerados amplamente variáveis em termos do grau de “sistemidade”.

Segundo GIDDENS (1989, p.02), na sociologia interpretativa é concedida primazia à *Ação* e ao Significado na explicação da conduta humana. A ação humana ocorre como uma *durée*, um fluxo contínuo de conduta, à semelhança da cognição.

Assim, a ação intencional não se compõe de um agregado ou série de intenções e atos, mas de um processo reflexivo de Agir.

As propriedades estruturais das sociedades são propriedades reais, mas não necessariamente possuem existência física. São reais porque dependem das nossas ações rotineiras, mas de outro lado influenciam o modo de agir e de pensar dos membros da sociedade. Entretanto, são muito diferentes das qualidades físicas do mundo exterior e começam só a partir da reprodução social. Através da estrutura, a vida social recebe sua forma e só se produz e reproduz no que as pessoas fazem. “A estrutura manifesta-se principalmente naquilo que fazemos de modo regular e institucionalizado” (GIDDENS, 2000, p. 63).

2.2.3. Os Três Campos da Estruturação

A estrutura de uma sociedade, segundo GIDDENS (1989), compõe-se de complexos de regras e recursos que são subdivididos em três grupos de ativações (ver figura 1). Eles aparecem em processos de significação, dominação e legitimação. Estes três complexos têm apenas um sentido abstrato e teórico; são concretizados no sistema de vida das pessoas num contexto concreto de espaço e tempo (SAHR, 1996, p.214).

1. A estrutura da significação é a totalidade semiótica de uma sociedade. Abrange todos os elementos do conhecimento sobre cultura, economia e sociedade, inclusive a língua. Esta estrutura se desenvolve em esquemas interpretativos através das interações da comunicação.

2. A estrutura da dominação consiste em recursos que são utilizados num sistema de poder. Ela apresenta-se em dois tipos diferentes. Os recursos autoritários determinam as relações sociais (por exemplo: relação entre o governo e povo, relação entre pai e mãe e filhos). Os recursos alocativos são os meios materiais, principalmente econômicos, como os lugares de trabalho, os meios de produção, a terra produtiva, etc. A utilização destes recursos acontece através das interações sociais relacionadas à execução do poder.
3. A estrutura da legitimação é um complexo que compõe-se de regras, leis e normas que são constantemente atualizadas na sociedade. Aí inclui-se o sistema de valores predominante, seja a legislação tradicional e oficial ou tradições diárias, utilizados em processos de avaliação e sanção.

Estes 3 complexos se modificam à medida que cada pessoa dinamiza-se e incorpora-os ao seu sistema social. Os princípios tradicionais são desta forma incorporados às novas dinâmicas de trabalho. Eles são assim, agentes da manutenção e modificação do sistema da agricultura camponesa ao mesmo tempo.

No caso do camponês, as modificações do seu sistema produtivo passam pelos três componentes. Modificações na composição das plantas, como a plantação de um novo produto de mercado, modificam o relacionamento com a terra e dão um outro significado a ela. Eles também integram o agricultor de uma forma diferente ao sistema econômico e obrigam-no a seguir outras normas de comportamento.

2.2.4 A Auto-Regulação Reflexiva

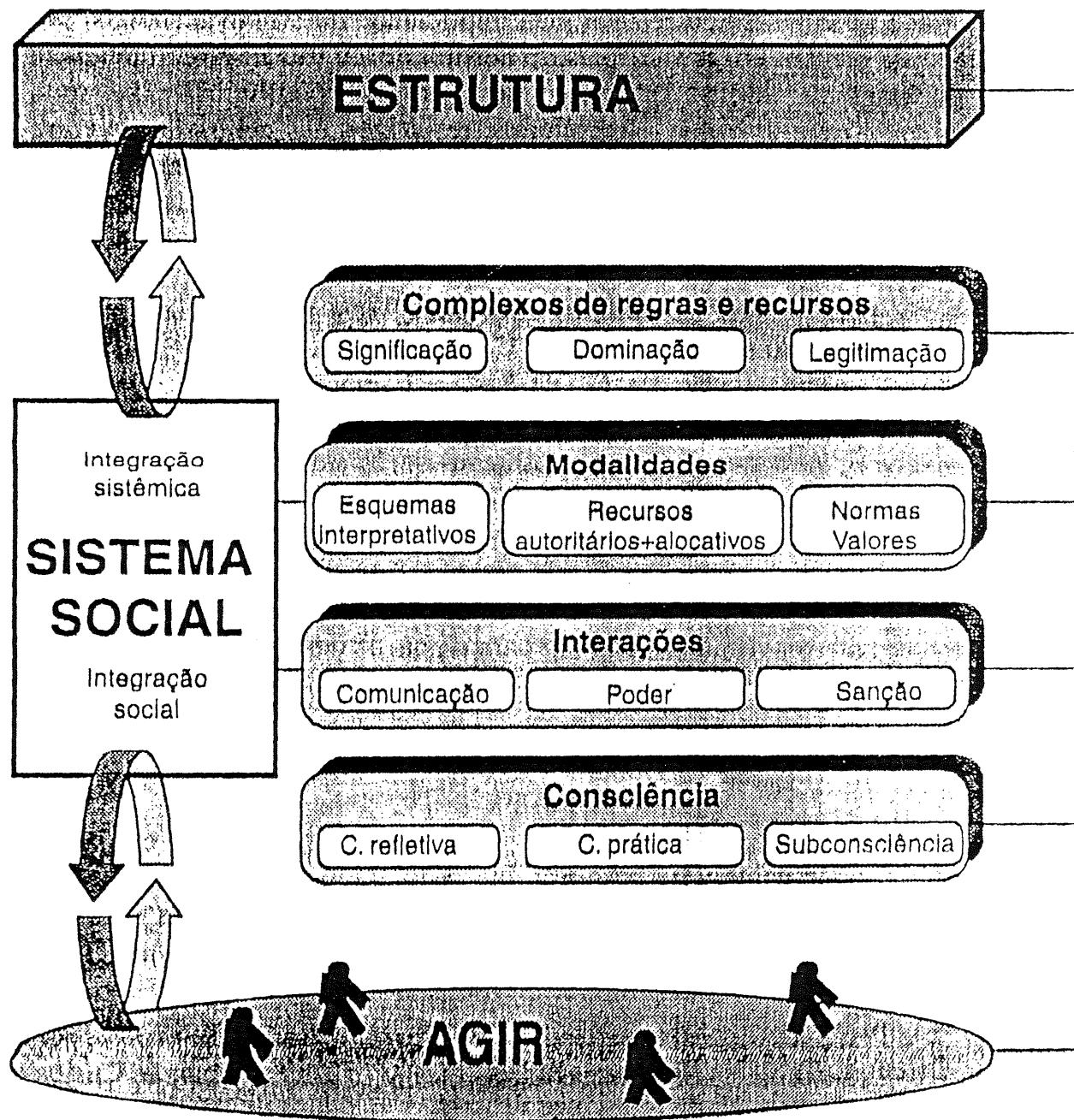
À medida que os pequenos produtores rurais vão se aculturando, acontece na verdade uma *auto-regulação reflexiva*, que segundo GIDDENS (1989, p.301), são “laços causais que tem um efeito de *feedback* na reprodução do sistema, quando esse *feedback* é substancialmente influenciado pelo conhecimento que os agentes têm dos mecanismos de reprodução do sistema e empregam-no para controlar”. Assim sendo, os agricultores são por exemplo influenciados pela cultura moderna trazida pelos seus filhos dos grandes centros urbanos, pelos meios de comunicação, pela vizinhança etc. Apesar da resistência ao mais tradicional, incorporam hábitos antes alheios e reconstruem dessa forma a própria conduta no contexto da sociedade em que vivem. Isso pode também ser chamado de “*Modemização Reflexiva*” (GIDDENS, 1991). Essa modernização tem como consequência um novo entendimento do “tradicional”.

GIDDENS (1991, p.44) argumenta que:

Nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espacial da comunidade. Ela é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes. A tradição não é inteiramente estática, porque ela tem que ser reinventada a cada nova geração conforme esta assume sua herança cultural dos precedentes.

Segundo GIDDENS (1991, p.42), a reflexividade é uma característica definidora de toda ação humana. Todos os seres humanos rotineiramente se

FIGURA 01 – MODELO DA ESTRUTURAÇÃO (segundo A. GIDDENS).



mantém em contato com as bases estruturais apoiando-se neles, mas também modificando-as – isto é a monitoração reflexiva da ação. A reflexividade na vida social consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz da informação renovada sobre as próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter.

Em quase todas as culturas, as práticas sociais são rotineiramente alteradas. “Estamos em grande parte num mundo que é inteiramente constituído através de conhecimento reflexivamente aplicado, mas onde, ao mesmo tempo não podemos estar seguros de que qualquer elemento dado deste conhecimento não será revisado” (GIDDENS, 1991, p.46).

De acordo com a teoria da estruturação, o momento da produção das ações é também um momento de reprodução dos contextos da vida social, mesmo durante as mais violentas convulsões ou as mais radicais formas de mudança social. “A estrutura não tem existência independente do conhecimento que os agentes possuem a respeito do que fazem em sua atividade cotidiana” (GIDDENS, 1989, p. 21). Os agentes humanos sempre sabem o que estão fazendo no nível “da consciência discursiva”. São capazes de dizer verbalmente dentro do sistema estrutural, quais as suas condições sociais incluindo as de sua própria ação. Entretanto, o que eles fazem pode ser-lhes inteiramente desconhecido sob outras descrições, e talvez conheçam muito pouco sobre as consequências ramificadas das atividades em que estão empenhados.

A vida “tradicional” é submetida a essa condição. Inovações no seu contexto, por exemplo numa pequena propriedade, não destroem necessariamente este sistema, mas reconfiguram-no através das ações dos agentes sociais envolvidos.

Uma tradição, consequentemente, não morre simplesmente, mas é contextualizada diferentemente.

2.2.5 A Cognoscitividade do Agricultor

Os pequenos agricultores ordenam as práticas sociais orientados pela “cognoscitividade”. GIDDENS (1989, p.301), define cognoscitividade como “tudo que os atores sabem (crêem) acerca das circunstâncias de sua ação e da de outros, apoiados na produção e reprodução dessa ação, incluindo o conhecimento tácito quanto o discursivamente disponível”.

Assim pode-se dizer que o pequeno produtor rural, que exerceu inicialmente a economia de subsistência, resolveu buscar formas alternativas de trabalho agrícola, após ter sido levado a pensar que suas práticas agrícolas já não correspondiam aos seus anseios sociais e materiais, visando o melhoramento das condições da família. Esta avaliação representa uma monitoração do fluxo contínuo da sua vida social. GIDDENS (1989) também afirma que ser um ser humano é ser um agente intencional, apresentando razões para suas atividades. O homem também está apto, se solicitado, a elaborar discursivamente essas razões. As ações intencionais não se compõem de um agregado ou série de intenções, razões e motivos isolados, mas ocorrem como uma *durée*, um fluxo contínuo de conduta, à semelhança da cognição.

Esta apreciação do agricultor camponês como agente evita visões analíticas que aparecem, por exemplo, entre autores das classificações apresentadas acima, que deixaram para o camponês só o papel social de ser vítima de uma evolução capitalista ou tecnológica.

2.2.6 Sistemas de Significação

Sistemas de significação têm um papel importante na vida humana. E CASSIRER (1998) fala do homem como símbolo, apontando que cada realidade é só perceptível para o homem através de *homo* símbolos. Na vida camponesa, os modelos de significação têm um papel fundamental na organização das comunidades (BRANDENBURG, 1998; TEDESCO, 1999 e outros). Entre eles dominam fatores da religião e da língua, como igualmente do folclore e até da comida.

Os padrões simbólicos diferem para cada grupo social, mas dão significado, isto é, dão uma forma conceitual objetiva à realidade social e psicológica. Assim, conformam o indivíduo ao modelo, mas ao mesmo tempo transformam o modelo.

Dentro da estrutura de significação, a religião é uma propriedade estrutural. O *focus* na religião, neste trabalho justifica-se pela impossibilidade de estudar a estruturação de famílias ucraíno-brasileiras e suas práticas cotidianas sem tomar por base os sistemas religiosos.

Quando nos referimos às atividades religiosas sabemos que induzem ânimo e motivação. Para GEERTZ (1978, p.21), a religião é sociologicamente interessante não porque ela descreve a ordem social, mas porque ela a modela (a ordem social) tal como fazem o ambiente, o poder político, a riqueza, a obrigação jurídica, etc.

Mas não é só a religião que define a vida do camponês simbolicamente. No Paraná, como no Sul do Brasil, em geral, muitas comunidades de imigrantes (como as dos caboclos) mantêm as suas tradições como danças, jogos, artesanato etc. Estes sistemas sígnicos valorizam o “enraizamento” através da vida comunitária (do país de origem). Muitas vezes, o orgulho deste passado, junto com a memória da

difícil integração no nosso país, apresenta-se como outra fonte de motivação e entendimento.

2.2.7. Sistema de dominação

Segundo GIDDENS (1989, p.25), a dominação tem de ser reconhecida como inerente na ação humana. A dominação depende da mobilização de dois tipos de recursos. Os *recursos alocativos* que constituem-se de recursos materiais, incluindo o ambiente natural e os artefatos físicos como:

- 1) *o meio natural do pequeno agricultor*, onde ele vive e se reproduz através do domínio sobre a natureza. Este aspecto envolve basicamente a caracterização do meio natural que é um dos fatores determinantes dos rendimentos alcançados nas diferentes produções;
- 2) *o relevo*, como importante elemento para justificar o sistema agrícola utilizado pelo pequeno agricultor, a capacidade de uso e a aptidão do relevo para a produção agrícola;
- 3) *o terreno*, como base material da produção na atividade agrícola que se exprime também em termos de superfície. Em quantidade é um recurso importante para o incremento da renda agrícola, porém, precisa estar associado com a qualidade do solo;
- 4) *qualidade do solo*, que age como mantenedora da possibilidade de aumento da produtividade e que, caso contrário, vai reforçar as dificuldades de progredir do agricultor;
- 5) *as plantas*, o sistema agrícola conforme é praticado necessita da liberação da cobertura vegetal para a realização da cultura agrícola, porém, por outro lado, as

- plantas se apresentam como uma verdadeira criação do homem naquele espaço, tendo em vista a necessidade de suprir de alimento a família e os animais;
- 6) os *animais*, da mesma forma, são destinados ao consumo ou como instrumento de trabalho na produção agrícola;
- 7) a *tecnologia* que modifica a paisagem rural, impôs limitação à certas possibilidades de circulação, trabalho e reprodução sócio-cultural do pequeno agricultor, mas fornece as ferramentas, máquinas, insumos etc., que possibilitam ao homem a manutenção da unidade produtiva;
- 8) o *acesso ao mercado* que com raríssimas exceções toda a agricultura é, hoje em dia, agricultura de mercado. A condição do agricultor é a de dividir seus esforços entre a economia de subsistência e o mercado. Seu acesso ao mercado dá-se via:
- a)comercialização: a ligação do agricultor ao comércio se faz por intermédio do mercado local, onde ele transfere os produtos agrícolas alimentícios (feijão, milho) e do mercado de exportação (fumo);
- b) acesso ao crédito: o agricultor só consegue o crédito quando inserido na economia de mercado e torna-se usuário de produtos industrializados. O crédito pode aumentar a sua capacidade de produção, como também pode endividar o agricultor.
- 8) *capital*, que faz alavancar a sua unidade produtiva, adquirindo implementos agrícolas (arados, carroças, cavalos), construindo galpões para armazenar sua produção etc.;
- 9) *força de trabalho*, um dos pilares da unidade produtiva familiar, dado que é fornecida pela própria família;

- 10) *propriedade privada da terra*, o que garante ao agricultor uma relativa autonomia de produção agrícola e o identifica como agricultor;
- 11) *moradia* (casa própria), fundamental para a manutenção do agricultor no campo.
Um elemento responsável pela fixação do agricultor ou colono ao campo.

Ainda como segunda divisão dos recursos de dominação, estão os recursos autoritários. Segundo GIDDENS (1989), os recursos autoritários são recursos não-materiais que geram poder e são resultado do domínio de alguns atores sobre os outros. Os recursos autoritários do pequeno agricultor são marcados pela:

- 1) *dependência do sistema econômico*, porque para reproduzir-se como tal o agricultor apela para créditos, empréstimos, compra de insumos, venda de produtos etc.,
- 2) *inserção no sistema político*, o pequeno agricultor não tem muita influência na formação das políticas, mas na rejeição delas.
- 3) *estrutura familiar*, é culturalmente definida (divisão de papéis entre pai, mãe e filhos. Família extensa (maior entre caboclos) e a família nuclear ou de 3 gerações (entre os colonos).
- 4) *estrutura de poder da igreja*, como a maioria dos agricultores está submetida à igreja. O catolicismo é a religião predominante nas famílias dos agricultores brasileiros. O padre, como intermediário na vida do agricultor, guia para a fé, leciona a doutrina religiosa, aconselha seus membros à obediência e a prática dos mandamentos da igreja e auxilia os membros em problemas pessoais e serve como órgão de controle social.

2.2.8. Sistemas de legitimação

A sociedade humana existe sob a forma de uma ordem baseada num conjunto de regras, normas, valores e sanções, numa estrutura da legitimação. Eles ditam os modos de como os indivíduos devem agir em situações específicas além dos sistemas sígnicos e de dominação. Muitas vezes essa estrutura se reproduz através da consciência prática sem se aperceber da existência dela na execução das ações.

Muitas *normas* e *valores* aprendidos tornam-se parte do subconsciente, de maneira que formam a base de reações virtualmente automáticas. BERTRAND (1973, p.54) argumenta que muitas normas são interiorizadas ao ponto de fazerem parte da constituição do próprio ser. Mesmo inconscientemente, formam a base para a consciência e a transgressão delas pode resultar em profundos sentimentos de culpa e de vergonha. Isso não quer dizer que cada indivíduo de um grupo ou de uma sociedade possua os mesmos valores e normas, ou que os valores compartilhados sejam mantidos com a mesma intensidade. Na realidade, o oposto é mais observável. A prova disto é que muitos indivíduos sofrem mais com o comportamento não-conformista do que da sujeição às normas.

Segundo BERTRAND (1973), as idéias em relação às quais os objetos ou os comportamentos são bons, maus, desejáveis, etc., são chamados *valores* e as regras que dirigem a ação objetivando a realização dos valores são chamadas *normas*. O valor então é uma idéia mantida pelo grupo de indivíduos e indicativa de preferências numa dada situação. E a norma é uma idéia que pode ser posta na forma de preceito indicativo do que deve ser feito sob certas circunstâncias.

Espera-se que as pessoas se comportem de acordo com os *valores* mantidos pelos grupos a que pertencem. Os agricultores ucraíno-brasileiros de Prudentópolis, por exemplo, consideram de grande importância que o gado que não

Ihes pertence não ande dentro de suas roças. Eles compartilham da expectativa de que cada agricultor construa cercas e mantenha os seus animais dentro delas. Tais preferências efetivamente levadas em conta constituem valores, e a expectativa quanto ao que deve ser feito é normativa. Cada grupo de pessoas, seja uma vizinhança ou uma nação, possui um conjunto de valores dominantes ou supremos dentro de cujos limites é influenciado ou controlado o comportamento dos seus membros.

Sobre as *regras* HAGUETTE (1995, p.39) diz que não é verdade que são as regras que criam e sustentam a vida em grupo, mas sim é o processo social de vida grupal que cria e mantém as regras.

Desta forma, os valores e normas estão subjugados também aos processos da estruturação. As modificações, por exemplo, através do processo de modernização no campo, tem como consequência mudanças de valores, que transformam as regras da reprodução social. Ao mesmo tempo, entretanto, era o próprio processo de modernização que se impunha como valor de mudança, iniciando a transformação das regras – por exemplo do mercado capitalista.

2.2.9. Integração Social e Integração Sistêmica

Todos os contatos entre membros de diferentes comunidades ou sociedades, não importa sua extensão, envolvem contextos de co-presença, ou seja, contextos veiculadores da interação (GIDDENS 1989, p.115). Essa interação resulta na *Integração social* que é “a reciprocidade entre atores em circunstâncias de co-presença, entendida como continuidades ou disjunções de encontros. A integração social opõe-se à sistemática que se caracteriza pela reciprocidade entre atores ou

coletividades no tempo e no espaço ampliado, fora de condições de co-presença (GIDDENS 1989, p.303). Cada agente trabalha no nível das duas integrações simultaneamente.

O camponês tenta manter o sistema do campesinato com seus meios culturais, seus recursos alocativos e autoritários, as suas regras, normas e valores. Isto acontece através do conjunto das ações dos atores numa integração social. A integração social serve para fortalecer os laços dentro da comunidade.

O sistema capitalista tem as suas próprias regras de integração sistêmica (economia monetária, individualização e comercialização da força do trabalho, monetarização dos insumos) que interfere diretamente na integração social das pessoas, quebrando a integração sistêmica do campesinato tradicional. Quando a integração social é muito forte, a comunidade consegue conciliar os dois sistemas e cria, desta forma, uma inovadora integração sistêmica, uma agricultura camponesa moderna.

3. O MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS COMO PALCO SOCIAL DO CAMPESINATO

O município de Prudentópolis localizado na região sudeste do Estado do Paraná (figura 02), no seu Segundo Planalto, deve a sua história geográfica, até hoje, à inserção e integração sistêmica brasileira de dois tipos de campesinatos na sociedade: o caboclo e o colono. Apesar do fato desta pesquisa focalizar mais a integração social dos colonos em Prudentópolis, principalmente da etnia ucraniana da Galícia, não se deve perder de vista, que esta formação social e a manutenção e transformação dos seus recursos culturais e sociais está embutida num processo de relacionamento com outras parcelas da sociedade, como fazendeiros, colonizadores, comerciantes, outros grupos camponeses (caboclos) e com a política nacional e os seus dirigentes.

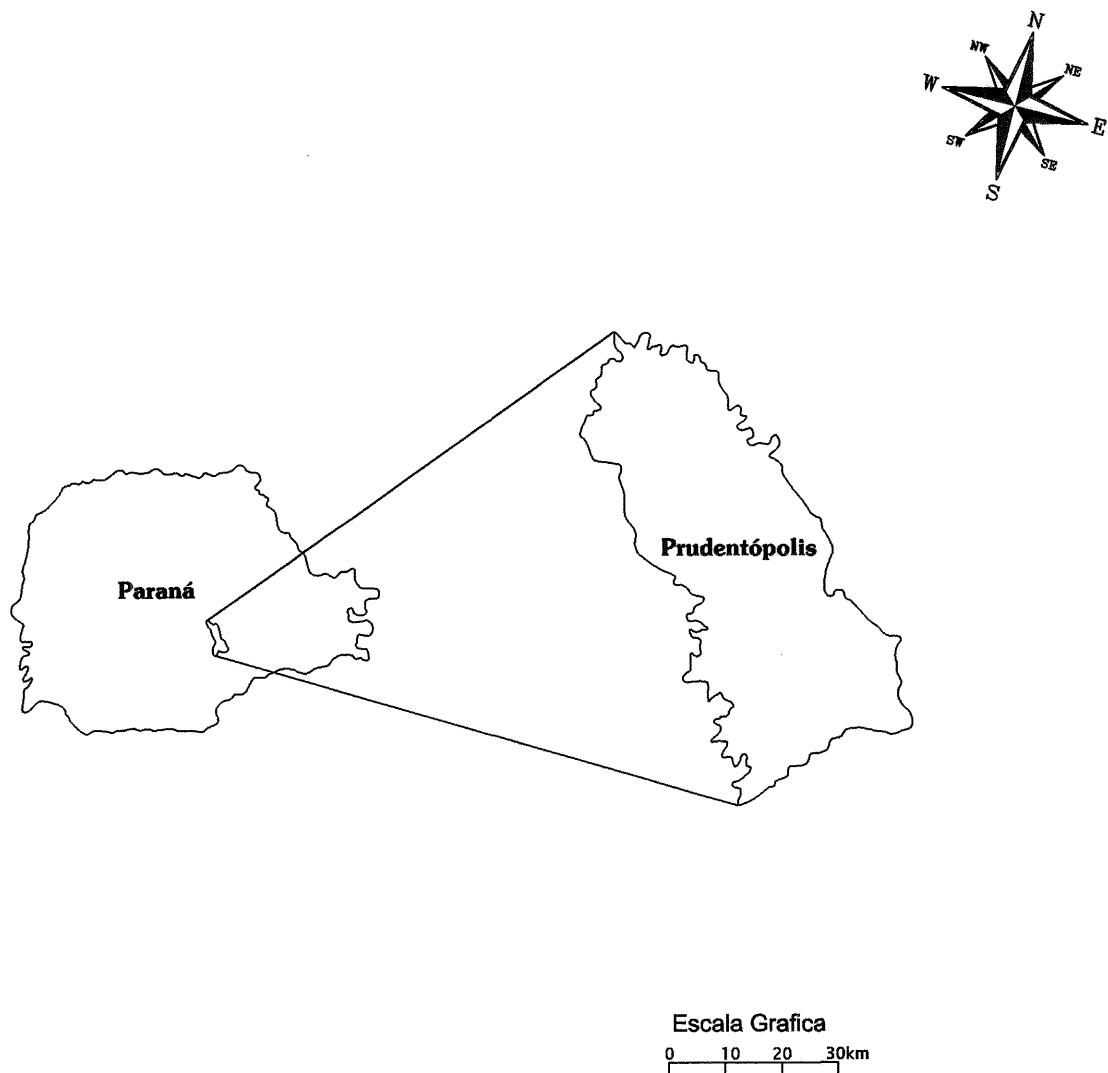
Na seqüência, segue um breve relato da situação histórica e atual do município e como se estrutura a vida dos camponeses-colonos neste contexto.

3.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO

O Município de Prudentópolis está localizado no Sudeste do Estado do Paraná ao pé do Terceiro Planalto e limita-se com os seguintes municípios (ver figura 03): ao Sul com o município de Inácio Martins, a Oeste com os municípios de Guarapuava e Turvo, ao Norte com o município de Cândido de Abreu, todos no Terceiro Planalto, e a Leste com os municípios de Ivaí e Guamiranga, do Segundo Planalto.

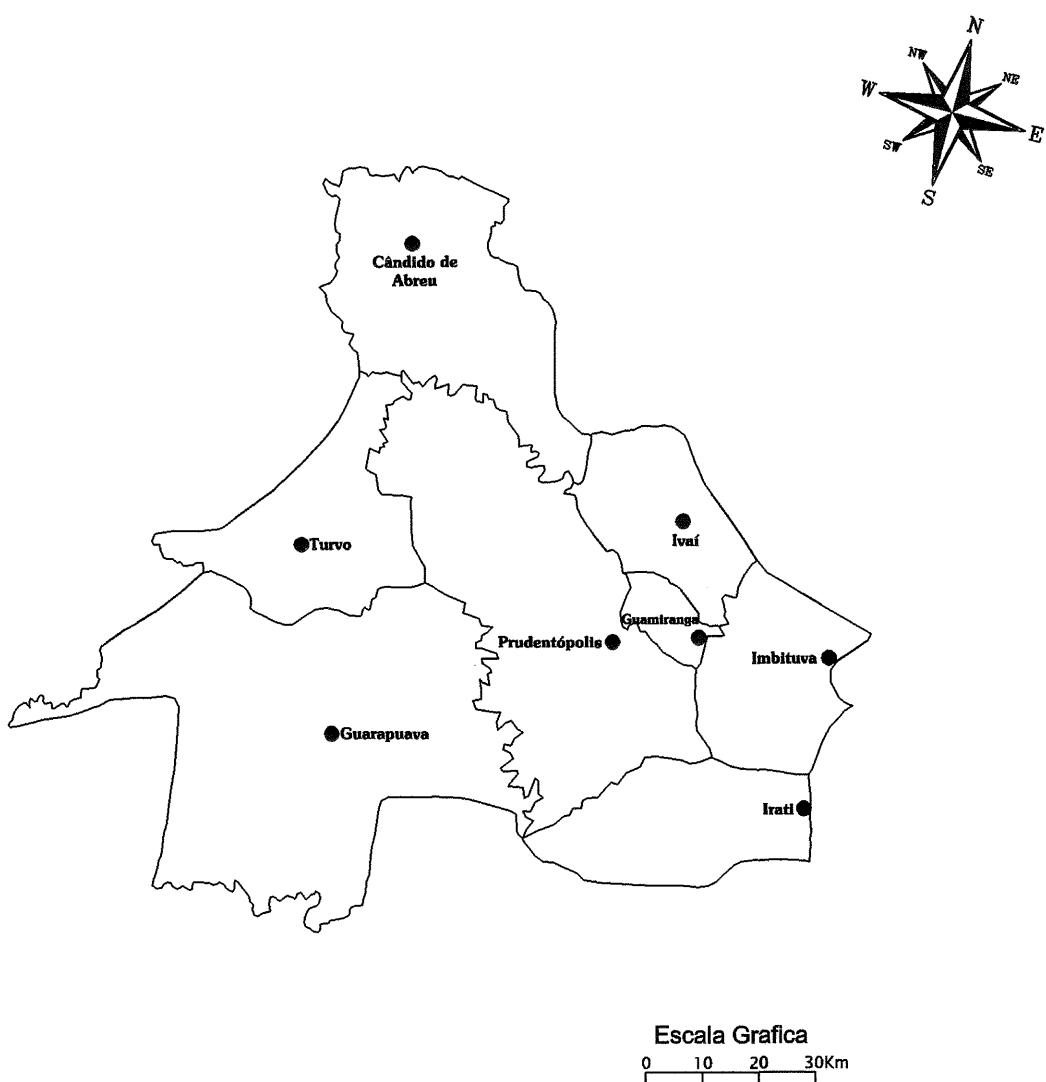
Segundo a Divisão Territorial do Brasil de 1990 do Conselho Nacional de

FIGURA 02 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS NO ESTADO DO PARANÁ



FONTE: Prefeitura Municipal de Prudentópolis
Org. Cecilia Hauresko

FIGURA 03 - MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS E OS MUNICÍPIOS LIMÍTROFES



FONTE: Mapa Paraná Político 2001
Org. Cecilia Hauresko

Geografia (CNG), Prudentópolis pertence a Microrregião de nº 031, que está inserida na Região Sudeste Paranaense (Mesoregião nº 09). Faz parte também da Associação dos Municípios do Centro Sul do Paraná - AMCESPAR. O território do município é o terceiro maior do Estado do Paraná, com uma superfície de 2.461,58 km² e sua população total, segundo o Censo do IBGE de 1995/1996 era de 46.403 habitantes, 63,4% de população rural e 36,6% de população urbana, perfazendo uma densidade demográfica de 19,8 hab/km² naquele ano (FAMEPAR 1996).

3.2. BREVE INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS

Segundo GOMES (1974, p.23), o atual vizinho município de Guarapuava estendia-se desde o Rio dos Patos na divisa com o Município de Imbituva até o Rio Paraná, nas fronteiras de Argentina e Paraguai. Antes de tornar-se município era habitado por um número reduzido de pessoas, principalmente de indígenas e caboclos. Somente em 1882, quando as terras passaram a ser valorizadas por conta da construção da estrada de rodagem e da linha telegráfica, teve início um afluxo considerável de pessoas para esta região (FERREIRA, 1996 p. 549). A região do município de Prudentópolis denominava-se São João, nome de um dos principais rios do município.

Numa pequena área localizada além do Rio dos Patos, o então descendente de bandeirantes paulistas Firmo Mendes de Queiroz estabeleceu-se com sua família nas proximidades da linha telegráfica, ainda em traçado, e iniciou uma pequena cultura agrícola. A falta de mão-de-obra impossibilitou o cultivo de grandes áreas de terra. Com o passar do tempo sua casa tornou-se ponto de pouso de viajantes, resultado da constante afluência de trabalhadores da estrada de rodagem. Ali, ele

estabeleceu uma pequena casa comercial, centro de operações dos moradores da mata.

Vendo que aquele ponto se fazia centro de convergência de sertanistas, o Padre Stumbo, pároco de Guarapuava, em conversa com Firmino, incitou-o a erigir uma capela consagrada a São João Batista, porque assim formar-se-ia um povoado e seria uma forma de assegurar o desenvolvimento do comércio.

Em 1884, iniciaram-se os trabalhos em prol da construção da capela, exatamente onde hoje fica a Praça Firmino Mendes de Queiroz. Neste mesmo ano, o Barão de Capanema, que dirigia a construção da linha telegráfica e a construção da Estrada de Rodagem, foi informado por Firmino de Queiroz que pretendia doar essas terras para uma povoação, a qual iria dar o nome de São João de Capanema, em sua homenagem. Dentro de pouco tempo este lugar foi se transformando, com a chegada de famílias de diversas procedências à “vilinha” como se tornou conhecida na região (FERREIRA, 1996, p.549).

Em fins de 1894, o Governo Federal resolveu colonizar a região de São João de Capanema cujas terras o Governo do Estado lhe havia concedido para esse fim. O diretor da Colônia Cândido Ferreira de Abreu, em homenagem ao então Presidente da República Dr. Prudente de Moraes, resolveu denominá-la de Prudentópolis.

Em 1895, o atual município de Prudentópolis já apresentava-se como uma povoação próspera, com suas ruas já traçadas, casas construídas apesar de precariamente. A vilinha foi ficando movimentada pela contínua chegada de famílias de ucranianos e poloneses, que seriam distribuídas ao longo de linhas abertas ao norte e ao oeste da sede. Estas linhas eram uma forma de organizar o espaço da colonização. Eram linhas onde se delimitavam terrenos de geralmente 10 alqueires,

interrompidos por núcleos maiores, nos cruzamentos. As primeiras linhas abertas para estabelecer colonos europeus foram: Linha Abril, São João e Rio dos Patos. Com a imigração vieram padres poloneses e mais tarde os padres ucranianos a pedido dos próprios imigrantes (KOTZELOUSKI, 1996, p. 105).

A Lei n.º 615, de 5 de março de 1906 criou o município de Prudentópolis e pelo Decreto n.º 242, de junho foi marcada a eleição municipal para o dia 8 de julho. Em 12 de agosto do mesmo ano, instalou-se o município de Prudentópolis. Em 1909 foi o distrito judiciário elevado a Termo, organizando-se assim: Primeiro Prefeito Municipal: Coronel José Durski; primeiro Presidente da Câmara municipal: Coronel João Pedro Martins e seus assessores: Miguel Roth, Guilherme Kloffleisch, João Lech (natural da Austria) e José Saiewecz (GOMES, 1974, p.25).

Os primeiros colonistas, como são aqui chamados, que para cá foram trazidos depararam-se com algumas casas construídas com tábuas quebradas e cercadas de mata nativa. Onde hoje fica a matriz de São João Batista havia, segundo depoimentos dos imigrantes, uma pobre capela construída com pedaços de madeira quebrada, assistida pelo pároco de Guarapuava uma ou duas vezes ao ano (KOTZELOUSKI, 1996, p. 108).

Nessa época, o produto regional mais valorizado no mercado era a erva-mate. Prudentópolis exportava acima de meio milhão de arrobas por ano (KOTZELOUSKI, 1996, p. 108). Essa atividade era originalmente ligada à atividade dos caboclos, mas foi rapidamente integrada pelos próprios colonos (MIRANDA e URBAN, 1998). O pinhão, os peixes e animais silvestres foram o primeiro alimento dos imigrantes até o desbravamento das matas. Posteriormente, passaram ao plantio de centeio, trigo morisco, batata inglesa etc., e a maneira dos nativos o feijão preto, a mandioca. A banana também foi, segundo depoimentos dos imigrantes,

bastante cultivada pelos imigrantes. Assim, a sua agricultura representa uma verdadeira mistura entre a plantação européia e a brasileira.

Hoje, Prudentópolis é um município que apresenta diferenciações profundas no modo de utilização e organização do espaço agrícola, que se traduzem em uma paisagem variada e rica em contrastes interessantes. Variadas formas paisagísticas básicas podem ser encontradas no município: a pequena propriedade que apresenta-se com uma diversidade de culturas agrícolas, as quedas d'água resultado do relevo bastante acentuado, a arquitetura das igrejas, as casas (já em número reduzido) construídas em estilos eslavos, a fumicultura e a produção de milho, feijão e soja produtos comercializados em maior escala.

Nas áreas caracterizadas por pequenas propriedades, o “habitat” se apresenta com elementos típicos: as sedes caracterizam-se pelas casinhas de estilos europeus entremeadas com casas modernas. O habitat característico das colônias é o disperso, isolando-se as casas entre os pomares com orientação apenas pelas estradas. A presença de uma ou de outra grande propriedade é logo percebida pelo aparecimento de vastos campos recobertos uniformemente por uma só cultura, geralmente da soja. Acrescenta-se, ainda em alguns lugares, faxinais com casas irregularmente dispersas num pasto natural arborizado, normalmente cercado, onde suínos, cabritos e gado podem transitar livremente (PREFEITURA MUNICIPAL, 2001, p.39). Desta forma, a paisagem do município de Prudentópolis traduz-se em uma paisagem agrária que lembra um verdadeiro mosaico das várias formas de produção agrícola. Nas atividades rurais inclui-se a produção do mel, que traz o apelido de “capital do mel” à cidade.

Hoje, o município de Prudentópolis recebe outros cognomes como “capital da oração” ou “Vaticano II”, pela materialização da intensa religiosidade do povo

prudentopolitano. Da população total do município, aproximadamente 75% são descendentes de ucranianos, cujos padrões culturais, religiosos e sociais são ainda mantidos no estilo original. Suas casas pintadas em cores claras, suas igrejas no estilo bizantino, seu modo de vida em famílias nucleares, sua religiosidade na crença greco-católica, as fisionomias herdadas etc., tudo foi transposto além mar, da Ucrânia até Prudentópolis, formando aqui uma “Pequena Ucrânia”.

3.3. AS CONDIÇÕES ECOLÓGICAS DO MUNICÍPIO COMO RECURSOS NATURAIS ALOCATIVOS

Para cada agricultor o acesso aos recursos naturais é de maior importância. O seu terreno, como recurso alocativo, entra no conjunto da sua produção de várias formas: com a situação do relevo (plano ou acidentado), a qualidade dos solos, a disponibilidade dos recursos hídricos, as condições climáticas e a inserção na paisagem vegetacional. Sociologicamente, estes recursos não existem por si, mas através do uso que o agricultor faz deles nas suas ações de produção ou conservação.

3.3.1. O Relevo e a Geologia

O relevo do município, embutido no Segundo Planalto no pé da Serra da Esperança, compreende duas zonas distintas. Na sua maior parte, pertence à região ondulada do mesozóico (MAACK, 1981, p. 83) que está caracterizada como “zona montanhosa com mesetas e linhas de espigões formadas por diques de diabásio” (FAMEPAR, 1996, p.5). Esta área compõe-se principalmente do Grupo geológico

“Passa Dois”, com as suas formações de *Iratí, Estrada Nova e Rio do Rasto*, todos compostos por sedimentos de argilitos, silititos, arenitos e alguns calcários intermitentes da bacia gondwânica (SALAMUNI, 1969, p. 86-100). Uma pequena parcela do município, no limite oriental, pertence à escarpa do Terceiro Planalto (Serra da Boa Esperança), constituída principalmente por rochas “trapp” de efusivos básicos e pequenos trechos de arenito Botucatu (MAACK, 1981, p. 95). Este trecho têm inúmeras quedas de água com alturas de até 200 metros (PREFEITURA MUNICIPAL, 2001, p. 27-36). No extremo sudoeste do município, o relevo mostra-se menos acidentado, devido as formações devonianas e permianas de arenitos.

Conforme mostra o mapa de declividade (veja figura 04) do município, Prudentópolis divide-se em 2 realidades distintas. Basicamente nas regiões sul, sudeste e sudoeste predominam intervalos de 0 a 10% (até 6°) que correspondem ao relevo suavemente ondulado. São unidades aptas à agricultura mecanizada e não mecanizada, bem como a pecuária e ao reflorestamento. Em algumas áreas dessas regiões predominam intervalos de 10 a 20% (até 12°). Eles correspondem a um relevo ondulado, em que as áreas são aptas à agricultura não mecanizada, à pecuária e ao reflorestamento. Existem limitações à agricultura mecanizada por se tratar de áreas sujeitas à erosão do solo e necessitam de práticas conservacionistas.

O percentual ideal para a mecanização do solo é de 0 a 6% de declividade, no entanto, este percentual não é rigorosamente aceito pelos agricultores, os quais mecanizam a lavoura sempre extrapolando o percentual de declividade recomendado.

Caminhando para a região Norte do município o relevo cada vez mais tende a acentuar os seus declives. Nestas áreas predominam intervalos de 20 a 45 % (até 24°) e > 45% (acima de 25°). Os intervalos de 20 a 45 % correspondem a um relevo

FIGURA 04 - MAPA DE DECLIVIDADE



LEGENDA

Intervalos

0 A 10%

10 A 20%

20 A 45%

< 45%

ÁREA URBANA

Escala Gráfica

0 5 10km

FONTE: IPARDES - Programa Paraná Rural - Carta temática de uso potencial do solo - Curitiba, 1995
Org. Cecilia Hauresko

fortemente ondulado, em que as áreas são impróprias para a agricultura mecanizada. São aptas à agricultura não mecanizada, mas com severas restrições em algumas áreas. As restrições também existem para a pecuária e ao reflorestamento. As áreas com intervalos maiores de 45%, como pode-se visualizar no mapa, são áreas aos pés da Serra da Esperança que separa o município de Prudentópolis dos municípios de Guarapuava e Turvo.

3.3.2. A Rede Hidrográfica

O relevo acidentado deve-se a uma rede hidrográfica densa. O município faz parte da Bacia Hidrográfica superior do Rio Ivaí. O limite meridional do município está delimitado pelo divisor de água entre o Rio dos Patos, como membro dessa Bacia, e a Bacia do Rio Iguaçu. Quase todos os rios deságuam da Serra de Boa Esperança em direção nordeste ao Rio Ivaí que representa o limite oriental do município. A cabeceira do Rio Ivaí consiste do Rio dos Patos e do Rio São João, que ambos percorrem vários saltos e corredeiras (MAACK, 1981, p. 336-347) e formam vários Cânions (PREFEITURA MUNICIPAL, 2001, p. 22-23). Outros rios de maior importância são o Rio São Francisco e o Rio Barra Grande (p. 26). (Veja figura 5).

O grande número de arroios afluentes destes rios é responsável pelas dificuldades de acesso em vários núcleos e linhas dentro das regiões cultivadas. Os rios exercem também uma forte influência na diversificação dos tipos de solos, porque criam um micro-relevo bastante ondulado e variado, base da diferenciação pedológica.

FIGURA 05 - MAPA DA REDE HIDROGRÁFICA



LEGENDA

- ~~~~ Principais Rios
- Limite
- ████ Área Urbana

FONTE: IPARDES - Programa Paraná Rural - Carta temática de uso potencial do solo - Curitiba, 1995
Org. Cecilia Hauresko

3.3.3. Os Solos

A qualidade dos solos para a agricultura é relativamente restrita, não só pelo fato das suas altas taxas de erosividade, por causa do relevo acidentado, mas também pelas suas características físicas. Trata-se, principalmente nas encostas em geral e nas áreas planas do sudeste do município, de Litólicos que representam solos pouco desenvolvidos, com uma espessura fina e uma qualidade variada de nutrientes (MOSER, 1990, pág. 107). Existem também Latossolos Vermelhos-escuros, solos profundos com mais de dois metros, com um baixo teor de fertilidade (p. 92), misturados com pequenas áreas de Cambissolos bem desenvolvidos e de boa fertilidade (p. 104) e diferentes tipos de Podzólicos, que representam geralmente solos com um baixo teor de fertilidade.

A maior parte da área do município não apresenta condições para cultivos anuais, dado que o relevo apresenta-se fortemente ondulado ou montanhoso e com pouca fertilidade do solo. Aliado a esses fatores, as precipitações pluviométricas mais intensas ocorrem na época dos tratos culturais das lavouras de verão e na colheita do feijão, acarretando perdas na produção de grãos e redução da fertilidade do solo pela erosão. Os solos, onde originalmente ocorriam campos e florestas de araucárias, tem hoje baixa fertilidade natural e alta acidez. Os solos planos e profundos da região central do município são na maioria ocupados por “faxinais” ou criatórios comunitários, de baixa exploração e de bom revestimento florestal, onde residem produtores. Estes cultivam áreas distantes, de relevo fortemente ondulado e montanhoso, com solos rasos e com baixa fertilidade.

A diferenciação do relevo e os tipos de solos geralmente com baixa fertilidade dificultam bastante a produção agrícola e uma inserção maior dos camponeses no

sistema produtivo modernizado. Os baixos teores de fertilidade só podem ser superados através de insumos, como fertilizantes, mas estes encontram uma capacidade de absorção pedológica relativamente baixa, principalmente nos Litólicos e Latossolos.

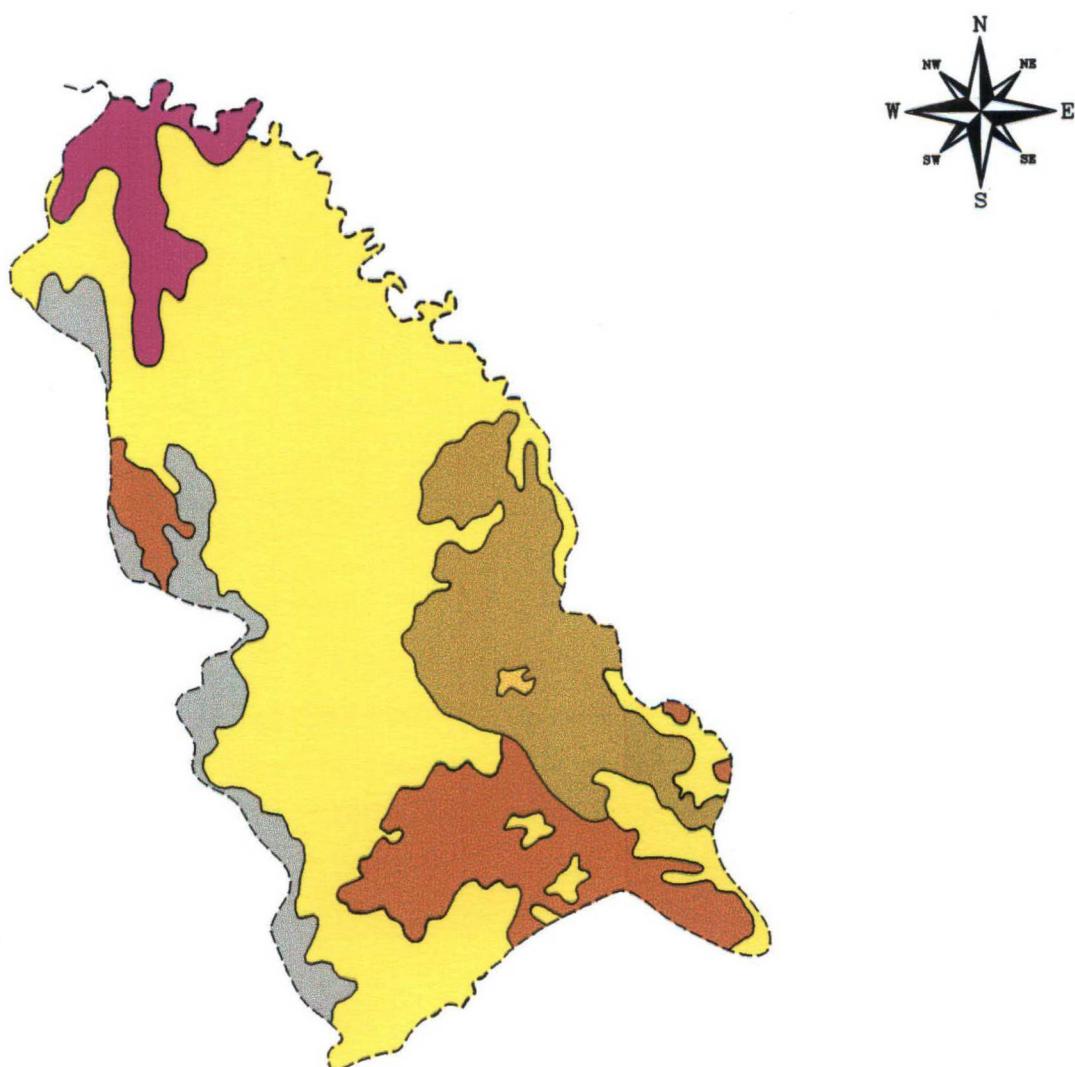
A aptidão dos solos que não depende principalmente da erosividade se apresenta menos perigosa nas áreas quase planas do paleozóico no Sudeste do município do que nas partes central e setentrional do mesozóico. Isto explica por que algumas propriedades maiores e algumas das áreas de colonização não-avançadas são encontradas no sul do município. A agricultura cabocla se retirou mais para as áreas problemáticas, no norte, de relevo fortemente ondulado (veja figura 06), dos terrenos, que não permitiram uma utilização geral dos recursos, devido a grande diferenciação dos tipos pedológicos em diferentes terrenos.

Assim, cada agricultor tinha que adaptar-se ao seu terreno individualmente, apoiando-se nos conhecimentos dos caboclos e na sua vizinhança. A transformação dos fatores naturais em recursos alocativos dependia, assim, basicamente de uma comunicação intensiva entre os dois grupos, iniciando um processo que WAIBEL (1949) chamou de caboclização.

3.3.4. As Condições Climáticas

O município participa em duas áreas climatológicas (CIGOLINI, et al. 1998, 47). O sul é caracterizado pelo tipo Cfb, clima subtropical úmido mesotérmico, sem estação seca, com verão brando e geadas severas. As médias das temperaturas variam entre 21,2° C em fevereiro e 13,3° C em julho (estação Ivaí, MAACK, 1981, p. 113). O norte do município fica sob influência do regime Cfa, clima subtropical

FIGURA 06 - MAPA DO USO POTENCIAL DO SOLO



LEGENDA

- REGULAR (fertilidade)
- REGULAR (erosão e fertilidade)
- REGULAR (erosão)
- RESTRITO (erosão)
- INAPTO (erosão)
- ÁREA URBANA

Escala Gráfica

0 5 10km

FONTE: IPARDES - Programa Paraná Rural - Carta temática de uso potencial do solo - Curitiba, 1995
Org. Cecilia Hauresko

úmido mesotérmico, onde os verões são mais quentes e o número de geadas diminui. Também elevam se as médias do mês mais quente até 22° C, mas essas do mês mais frio ficam ainda abaixo de 18° C. As chuvas caem em todos os meses do ano, sendo mais intensas nos meses de dezembro a janeiro. A intensidade da chuvas nestes meses já provocou grandes perdas nas safras de feijão, pois ocorriam justamente nos meses de colheita do feijão. Essas perdas em parte são responsáveis também pela parcial substituição da produção do feijão pela produção do fumo.

As geadas ocorrem geralmente entre os meses de junho a agosto, porém não causam grandes estragos na agricultura .

3.3.5. A Vegetação

A vegetação expressa a ação do clima em relação à latitude, à altitude e à natureza do solo. Devido a ação desses fatores, resultam determinados tipos de vegetação. De modo geral, a vegetação do município consiste de Floresta Subtropical Subperenifólia, que se caracteriza por suas espécies folhosas perderem parcialmente as folhas no inverno, pela queda da temperatura e em alguns casos pela falta de água. Normalmente apresentam 3 estratos, sendo o superior ocupado pela Araucária ou espécies folhosas de grande porte, como o pinheiro, cedro, jacarandá, peroba e imbuia, o médio, pela erva-mate, caroba, bracatinga, guabiroba, taquara e outras e o inferior por ervas, arbustos e gramíneas (PREFEITURA MUNICIPAL, 1996, p.7).

Verifica-se também em regiões, ao norte do município, um tipo de vegetação rasteira, com pastagem nativa, muito semelhante a situação de Cerrado.

Não há dados que possam precisar o percentual de desmatamento no município, mas MAACK (1981, p.265) fala das matas devastadas. A carência de informações neste sentido se verifica pela falta de projetos que busquem verificar o nível de desmatamento. Conforme informações obtidas com os técnicos do escritório municipal da EMATER, verificam-se vários problemas relacionados a preservação das reservas ambientais existentes e alocação de novas áreas com este intento.

Dentre vários problemas relacionados destacam-se a falta de preservação de matas ciliares existentes e reflorestamento das margens devastadas ao longo de todos os rios do município, o que corresponde, apesar de não ser um dado exato a aproximadamente 50% da extensão dos mesmos. Falta igualmente proteção das nascentes dos rios e riachos do município, havendo necessidade de um nível maior de consciência dos produtores, pois a maioria se encontram dentro das propriedades particulares. Também o grande número de olarias existentes na região leva a degradação de áreas com cobertura florestal, para extração do horizonte argiloso das terras, que serve de matéria-prima para a fabricação de tijolos e telhas.

Um tipo de vegetação especial representam os faxinais (CHANG, citado por NERONE, 2000, p.83). O termo faxinal em certas regiões do Paraná é geralmente usado para designar um tipo de vegetação que se desenvolve sob influência do consumo da vegetação por animais domésticos, inclui o pinheiro (*Araucária angustifolia*, erva-mate (*Ilex paraguasiensis*), imbuia (*Ocotea porosa*), o cedro (*Cedrela fissilis*), canela-imbuia (*Nectandra megapotamica*), árvores madeireiras, exceto erva-mate. Predominam também árvores frutíferas silvestres que fornecem alimento a comunidade e aos animais, como a pitangueira, guabirobeira, cerejeira, tarumãzeira, capoteira, ariticum, araçás, jaboticabeira, amora preta, amora branca, palmeira-jarivá, ingazeiro, guamirim, caiapiá e uvaia.

Esta breve descrição da vegetação mostra, que o alto grau da utilização não permite falar de uma vegetação natural no próprio sentido. Quase todas as formações mostram uma forte influência do ser humano na vegetação primária.

3.3.6. Os Recursos Naturais como Recursos Alocativos

Conforme a teoria de A. GIDDENS (1989), recursos alocativos são recursos materiais de dominação na vida cotidiana. Para o agricultor, eles representam elementos essenciais no seu sistema de produção econômica. O relevo acidentado e a vegetação das matas de araucárias possibilitaram a sobrevivência dos indígenas e caboclos em regiões afastadas dos Campos Gerais ocupados pelo tropeirismo durante o séc. XVIII e no começo do século XIX. Quando o governo paranaense viabilizou a ocupação das matas no pé da Serra pelos colonos, estes enfrentaram grandes dificuldades na viabilização dos seus recursos naturais, primeiro pelos impedimentos do relevo durante a construção das estradas em formas de linhas, segundo pela vegetação e os animais desconhecidos (por exemplo cobras) e terceiro pelo desconhecimento das técnicas e plantas agrícolas da região. Além disso, a qualidade dos solos e a declividade dos terrenos não permitiram uma utilização geral dos recursos, devido a grande diferenciação dos tipos pedológicos nos diferentes terrenos.

Segundo dados da secretaria da agricultura do município, nas áreas de relevo montanhoso e fortemente ondulado no oeste e norte predominam ainda sistemas agrícolas rudimentares. A restrição à mecanização exige sobretudo um trabalho de intensa força física que é empregada pelas famílias na produção agrícola. Desta forma, o município se divide em três regiões diferentes de

agricultura.

A área Central e no Sul, na vizinhança da sede do município é largamente tomada pela agricultura do colono. Aqui existem ainda vários faxinais, cujo potencial do solo apesar de alto não é explorado, predominando os espaços incultos e capões de matas nativas entremeadas com moradias de pessoas que deslocam-se diariamente para as atividades agrícolas situadas à distâncias consideráveis da moradia, normalmente em terras de relevo fortemente ondulado.

No Sul e Sudeste, na região paleozóica com as suas áreas mais planas, encontra-se uma agricultura de pequeno e médio porte junto com algumas propriedades maiores.

3.4. O SISTEMA PRODUTIVO DO CAMPESINATO DE PRUDENTÓPOLIS

O município de Prudentópolis é um município com uma base forte no setor primário. No meio rural residem aproximadamente 70% da população, 45.728 (IBGE, Censo 2000), mas o mesmo mostrou decréscimo da população entre 1991-1996, como vários municípios vizinhos ao Norte (IPEA, et al. 2000, p.54).

No meio rural do município de Prudentópolis reside aproximadamente 70% da população, com 6.200 estabelecimentos dos quais 5.550 são pequenos imóveis com área inferior a 50 hectares (ESCRITÓRIO MUNICIPAL DA EMATER, 2000).

3.4.1. Infra-estrutura e Situação Econômica como Recursos Sociais Alocativos no Município

A posição de Prudentópolis entre o centro regional dominante de Ponta

Grossa (a 93 km) e Guarapuava (a 65 km) através da BR 277, interligando Curitiba, Iratí e Guarapuava, garantindo um intercâmbio razoável com os centros maiores da Região do Segundo Planalto e Terceiro Planalto. Esta situação é importante para o escoamento dos produtos primários da região.

O município faz parte da mesorregião 9 do Estado do Paraná, com os dois centros urbanos de Irati e União da Vitória e representa a região com mais baixa urbanização de todo o Estado com 49,40% (1996). Ela depende principalmente da agricultura alimentar, o que representa uma das menores participações no valor adicional do Estado. Apesar disso, responde por 17,6% da produção de feijão (Iratí, Prudentópolis) e batata (São Mateus do Sul, Rebouças, Teixeira Soares, Antônio Olinto). Nessa região, o fumo é plantado em 57,2 % da área colhida no Estado (1992-94). Existem 3 cooperativas regionais, entre elas a Cooperativa Agrícola Mista de Prudentópolis (CAMP). Além das plantações, a mesorregião é importante em termos da extração de mate e madeira.

No setor industrial, domina o setor madeireiro, mas existem também fábricas papeleiras, olarias e processamento de produtos agrícolas. O atraso tecnológico da região é compensado pelo alto grau de emprego formal (IPEA, et al., 2000, p.119-120).

O próprio município de Prudentópolis está inserido neste contexto. A participação da Agropecuária no PIB municipal representa 30,57%, da Indústria 8,37% (1993), (dados da www.paranacidade.org.br). A população economicamente ativa é de 30,329 hab. 5.278 deles são ativos nos setores industrial, comercial e de serviços como funcionários, o restante são profissionais independentes e, na grande maioria agricultores. A maioria das indústrias se encontra na área de processamento de produtos extractivos como serrarias, olarias, indústrias ervateiras e cooperativa

(FAMEPAR, 1996, 14). Em termos de ICMS domina a produção madeireira e agroalimentar (p.15).

Com essa estrutura, o município tem uma estrutura sócio-econômica rural clássica, com uma forte integração entre indústria primária e produção agroalimentar. Os recursos alocativos da população se distribuem entre ligações comerciais e num mercado extrativo de emprego bastante flexível e pluriativo, com uma forte mistura entre emprego formal e informal e intensas oscilações entre empregos dentro das famílias.

3.4.2. A Agricultura de Prudentópolis entre Integração Social e Integração Sistêmica

A maior parte dos agricultores, 50% a 63%, aproximadamente, utilizam-se da força braçal como principal fator de produção e contam com poucos recursos financeiros. O principal cultivo de subsistência é o milho e o feijão; torna-se relevante citar o alto grau de consumo de milho na propriedade, com as criações de suínos, bovinos, eqüinos, sendo os dois últimos utilizados para o trabalho, principalmente para o arado, cargueiros e em carroças.

Nesta forma, a agricultura acontece através de uma produção internamente integrada, reunida com o sistema de trabalho familiar os fluxos energéticos no sistema produtivo e os significados culturais num único universo do mundo de vida. Desta forma não se trata de um simples modelo de agricultura de subsistência, mas de modo de vida que é baseado na integração social através da cultura, da ecologia e da produção integrada.

Além deste sistema integrado de produção, ocorre ainda uma inserção dos agricultores no mercado através da cultura do feijão preto, sendo a principal fonte de

renda e principal produto da dieta alimentar diária dos agricultores. A inexistência de capital para cultivar outras espécies e a ausência de solos férteis e mecanizáveis é o principal limitante à expansão da cultura. O acesso ao crédito agrícola é limitado pela pequena capacidade de endividamento e a baixa capacidade de reinvestimento. A baixa produtividade, os problemas de armazenagem e da comercialização se manifestam em menor ou maior escala em todas as culturas agrícolas e nas famílias de forma geral. Desta forma, quase todos os agricultores plantam milho para o ciclo integrado e feijão para o autoconsumo e mercado regional (ver tabela 01).

O comércio dos produtos é feito basicamente via intermediários e cerealistas que somam um considerável número no município de Prudentópolis. A aquisição dos insumos é financiada pelos vendedores a preços relativamente altos, o que acaba gerando um certo endividamento do agricultor. Nesta situação, acabam se submetendo ao capital agroindustrial, às atividades verticalizadas em fase de emergência no município, como a Sadia para agricultores capitalizados e a agroindústria fumageira para pequenos agricultores rurais.

A partir dos anos 80, os agricultores do município começaram a adotar a integração do fumo como produto meramente comercial no seu sistema. Apesar do fato de o fumo já ter sido um produto tradicional na produção caseira, agora tornou-se um veículo de modernização, transformando e até perturbando o processo da produção tradicional. As companhias fumageiras passam a adentrar a região motivadas pela infra-estrutura rodoviária que proporcionaria o escoamento do produto e também a mão-de obra, dado o grande número de pequenas propriedades familiares.

TABELA 01: PERFIL DA REALIDADE AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO - 1985/1999 (PRINCIPAIS PRODUTOS)

		Produtores (nº)	Área plantada (hectare)	Produção Total (ton)	Produção Vendida (%)
Safra 85/86	Feijão	6.200	20.500	6.560	80%
	Milho	5.600	24.000	28.800	40%
	Fumo	250	275	632	100%
Safra 87/88	Feijão	5.900	18.500		80%
	Milho	5600	23.000		40%
	Fumo	300	500		100%
Safra 90/91	Feijão	6.500	23.000	10.810	0,50%
	Milho	6.500	35.500	31.950	70%
	Fumo	300	600	1.200	100%
Safra 93/94	Feijão	6000	22.000	16.060	80%
	Milho	6.000	36.500	69.350	40%
	Fumo	680	1350	2.632	100%
Safra 95/96	Feijão	6000	23.000	19.550	
	Milho	5800	28.800	66.240	
	Fumo	812	1.708	2904	
Safra 97/98	Feijão		24.900	20.420	
	Milho		27.100	65.040	
	Fumo		2036	3805	
Safra 98/99	Feijão	7.800	27.500	1200kg/hectare	
	Milho	7.800	27.800	3000kg/hectare	
	Fumo	955	2.036	1.868 kg/hectare	

FONTE: EMATER - Escritório Municipal de Prudentópolis.

Conforme depoimentos dos agricultores pioneiros na cultura do fumo, no início aconteceram vários conflitos entre os comerciantes locais que trocavam o produto do agricultor pelo produto industrializado. Os comerciantes, então, desencorajavam-nos com relação à produção do fumo. A indústria defendia-se, alegando a independência do colono frente ao comerciante que comprava do agricultor o feijão e o milho, pois os rendimentos da fumicultura tornariam possível a colocação do produto do colono somente quando o mercado estivesse mais favorável ao produto. Mesmo assim, as dificuldades que envolviam a agricultura de alimentos fizeram com que a produção do fumo fosse crescendo rapidamente na região.

As agroindustrias, pela tipologia de Mighell e Jones citado por FERREIRA, (1995, p. 18), visando assegurar as relações estabelecidas entre agricultor e indústria, efetuam contratos de Transferência Parcial. Este “tem como papel organizar a produção agrícola para que responda adequadamente às necessidades das indústrias de transformação e do comércio varejista, sem que tenham necessidade de deter a propriedade dos fatores de produção agrícola” (FERREIRA, 1995, p.17). De acordo com Cañada citado por FERREIRA (1995, p.18), dentre as principais vantagens oferecidas pelos contratos de produção, está a redução do risco para o agricultor, tanto a nível dos preços como a nível do escoamento da produção. A garantia de compra do fumo é dada pela indústria, desde que o agricultor siga rigorosamente as recomendações feitas pelo instrutor.

Além de a agricultura familiar integrar-se à indústria como produtora da matéria-prima, passa a ser também a grande consumidora de insumos, agrotóxicos e sementes fornecidos pela própria indústria. Geralmente é a compra à prazo desses produtos que acaba gerando o endividamento do agricultor.

A integração do agricultor à agroindústria resume-se a um espaço temporal de aproximadamente 8 meses de trabalho intensivo. Consciente de que o fumicultor não consegue sobreviver somente da fumicultura, a indústria incentiva a rotação de culturas e a diversificação da produção. Interessa em primeira instância a indústria, através do esforço despendido pelo agricultor, reproduzir mão-de-obra para a geração de capital para a mesma, tendo em vista que a renda obtida com o fumo não cobre as necessidades básicas do agricultor. Entretanto, a rotação de culturas, ou seja, a produção diversificada é reprimida na época da produção do fumo, porque a dedicação à cultura do fumo é intensa durante pelo menos 8 meses do ano.

O tempo dedicado ao processo de produção do fumo é quase que total, dado que exige o acompanhamento cuidadoso desde o início do processo. As fases da produção do fumo em folha seguem as seguintes etapas:

- a) construção do canteiro, que precisa ter o formato retangular (25x2), após preparado é completamente esterilizado com Brometo de Metila. Passadas 72 horas a terra é revirada e é feita a semeação;
- b) antes de transplantar as mudas é feito o preparo do solo que consiste em lavrar, gradear, adubar e preparar as leiras nos terrenos. Em média cada agricultor destina cerca de 2 a 3 hectares de terra. A quantidade de área plantada relaciona-se com a oferta de mão-de-obra;
- c) o transplante para a lavoura definitiva dá-se quando as mudas atingem uma altura de 15 e 20 metros, o que ocorre dentro de aproximadamente 60 dias. Para que a muda permaneça imune nos primeiros dias, lava-se as raízes das mudas com um produto chamado Orthene. Após realizada a plantação os cuidados passam a ser diários com uma série de tratos para um bom desenvolvimento.

- d) os tratos são rotineiros enquanto o fumo se desenvolve. São realizados, o revolvimento do solo, aplicação de adubos e de inseticidas, capina com a enxada, capaçao que consiste na quebra do botão floral e algumas folhas;
- e) a colheita precisa ser realizada por etapas. As primeiras folhas a amadurecer são as da base e da ponta, do pé. Depois as colheitas são feitas semanalmente. Em cada apanhada são retiradas de uma a quatro folhas de cada pé.
- f) a cura ou secagem do fumo, onde se faz a presença dioturna do agricultor ao lado do forno. A secagem é feita em estufas. As estufas tem o tamanho padrão de 4,0 x 7,0 m. O aquecimento das estufas dá-se pelo emprego da lenha, retirada por 99% dos agricultores, da mata nativa. Em cada “estufada” são consumidos entre 6 e 7 m³ de lenha. A bracatinga, a guabirobeira, o eucalipto são os mais utilizados. A construção da estufa exige um terreno onde tem energia elétrica, por conta disso grande parte das estufas localizam-se nas proximidades das moradias;
- g) a classificação do fumo pelo agricultor acontece antes da venda. As folhas do fumo são separadas em classes, obedecendo a posição da folha no pé, a cor, o tamanho e a textura;
- h) e finalmente é feito o transporte nos meses de janeiro a junho, até a indústria onde o fumo passa por mais um processo de seleção, agora a qualidade é avaliada pelos técnicos da indústria. A partir daí, o agricultor não interfere mais.

Pelo exposto, fica claro que os colonos integrados são produtores familiares que, sob ordens e supervisão das industrias capitalistas, produzem o fumo. A industria busca a integração deles no sistema produtivo para obter matéria-prima sem fazer grandes investimentos e sem correr grandes riscos. Ela não precisa

comprar ou arrendar terras, construir estufas, arcar com todas as despesas com insumos, pagar salários e contribuições sociais para os trabalhadores. Além do mais, o processo de penetração de relações capitalistas no campo por via da agricultura contratual encontrou um solo propício para o desenvolvimento da produção do fumo, tendo em vista que um número, cada vez mais significativo, de agricultores passa a aceitar a fumicultura justamente pelas dificuldades que envolvem a agricultura de produtos alimentícios, como a falta de mercado, a penosidade do trabalho e principalmente os preços não compensatórios. Outra vantagem é a estabilização do processo de comercialização e uma melhora da situação sócio-econômica, principalmente daqueles que possuem pouca terra e cujo tamanho é insuficiente para o cultivo de cereais produzidos na região, principalmente para o feijão.

Pode-se encarar como consequências para o referido sistema produtivo os seguintes fatores:

- a) introdução de insumos químicos na produção do fumo e que já passam a ser utilizados na produção de feijão, milho etc., e até mesmo substituem a enxada que cortava a grama ao redor da moradia;
- b) a alta demanda na produção do fumo de força de trabalho negligencia e até abole a plantação de outros produtos, principalmente do milho;
- c) abuso da força dos trabalhadores intransferíveis, velhos e crianças. KAPUSCINSKI (1999, p. 50) mostra que num total de 69, entre crianças, adolescentes e adultos, 83% deixaram de ir a escola porque precisavam trabalhar. A carga horária realizada por crianças e adolescentes é de 10 a 12 horas/dia;
- d) a integração ao mercado, no qual os preços são incontroláveis e ditados pela companhia;

- e) perda da autonomia na produção, divisão dos recursos autoritários entre a família e a indústria.

Nesta forma, a palavra “integração” ou “produção integrada”, como o sistema da produção fumageira está comumente sendo chamado, recebe um outro significado. Agora a produção do agricultor não é mais integrada em si, mas integrada ao mercado capitalista. A integração social (e ecológica) foi substituída pela integração sistêmica moderna. Consequentemente, o tamanho dos conflitos internos do sistema camponês aumenta, iniciando a desintegração sistêmica deste sistema na sua totalidade.

3.5. OS SISTEMAS SÓCIO-CULTURAIS DO CAMPESINATO DE PRUDENTÓPOLIS

Os sistemas culturais do campesinato no Paraná, mais especificamente no município de Prudentópolis, caracterizam-se por dois momentos históricos diferentes, mas que em um dado momento se fundem. Um dos momentos é a existência de um campesinato de caboclos, o outro é o campesinato organizado pelos camponeses europeus que passaram a ser proprietários das terras que cultivavam. As duas faces do campesinato se confundem em um determinado período histórico, quando ocorre a assim chamada “cabocliação” (WAIBEL, 1979) principalmente dos ucranianos. Para entender melhor este conjunto cultural, o próximo sub-capítulo tenta apresentar alguns elementos dos dois sistemas de significação diferentes.

3.5.1. O “Subsistema” “Caboclo”

Pouco se sabe sobre as origens dos caboclos no Brasil, e especificamente das matas de araucárias no segundo planalto. Trata-se de uma população pouco registrada em tempos pacíficos, que só aparece nos grandes conflitos de terra. Mas tudo indica que este grupo cultural já existia desde a entrada dos bandeirantes no sertão paranaense do século XVII. Essas bandeiras eram grandes grupos de luso-brasileiros e indígenas, que conviveram durante vários meses e “perderam” vários componentes no Paraná que se misturaram com a população local dos Guaranis e Kaingangs (MARTINS, 1995, 203).

A introdução das fazendas de gado no século XVIII nos Campos trazia um outro grupo de pessoas para as matas, ex-peões e fugitivos do sistema oficial como quilombeiros e criminosos, que desapareceram sertão adentro, quer dizer na franja da mata de araucária (QUEIROZ, 1981, p.25). Este processo de povoamento e da mestiçagem continuou até o término das Guerras Kaingangs (MOTTA, 1994) e dos conflitos do Contestado (AURAS, 2001). Apesar destes conflitos, a cultura dos caboclos não se perdeu. Uma publicação recente de professores escolares do município de Ivaí mostra que inúmeros costumes não relacionados com os imigrantes-colonos sobreviveram até hoje (GUSE, et al, 2001). Isto inclui a tradição da dança de São Gonçalo, as festas juninas, a veneração dos santos pretos e alguns vestígios dos indígenas.

Culturalmente, o subsistema caboclo se caracteriza por uma forma de catolicismo popular, um catolicismo com pouca influência do clero, cheio de crenças superticiosas e fetichistas. Além disso, observa-se um grande conhecimento das ervas naturais medicinais. Também, a forma de produção integrada na agropecuária

e no extrativismo, mostra um alto grau de conhecimento dos circuitos ecológicos (GEHLEN, 1995).

A convivência em pequenos grupos, às vezes baseado numa família só, às vezes num conjunto de amigos, às vezes num grupo indígena miscigenado, resultam numa forma muito característica da produção comunitária, que é o chamado faxinal (CHANG, 1988).

Essa estruturação da sociedade cabocla desenvolvia um sistema altamente integrado de recursos alocativos, através de um comércio restrito aos centros da produção (vilas, fazendas), evitando uma forte hierarquização dos recursos autoritários. O desenvolvimento de um sistema alternativo de significações, como crenças e conhecimentos, partiu da miscigenação entre as culturas européias portuguesa e espanhola e dos índios “mansos” como os mamelucos. A legitimação desse sistema social partiu principalmente da esfera religiosa do catolicismo popular.

3.5.2. O Subsistema “ucraniano” da Ucrânia

Neste mundo do caboclo inseriram-se, a partir de 1895 e com o apoio oficial do governo, os chamados “colonos” da região da Galícia, os “rutenos” (ANDREAZZA, 1999, p.17). Para entender melhor essa outra cultura deve-se recorrer um pouco a história dos ucranianos da Galícia.

Os primeiros grandes grupos de ucranianos chegaram no Brasil durante os anos de 1895 e 1896 (BURKO, 1963, p.45). A esta época, as terras da Galícia estavam sob o domínio austriaco. A Galícia, como chama-se a parte ocidental da Ucrânia, pertencia desde 1370 ao reino católico-romano da Polônia. Em função disso, a sua população ortodoxa da Galícia tornou-se, com o Tratado de Brest em

1596, grego-católica. Isso significou que ela poderia manter o rito ortodoxo mas ficava subordinada à Roma. As divisões da Polônia, em 1772 e 1795, dividiram a Galícia entre o Império Austro-Húngaro, Galícia oriental e a Rússia Galícia ocidental (HRYNIUK, 1991, p.115).

Segundo BURKO (1963, p.30), a Rússia que ocupava a maior parte da Ucrânia ocidental inclusive a Galícia, iniciou uma série de perseguições em todos os aspectos da vida ucraniana, confiscando seus bens, forçando ao trabalho, deportando para a Sibéria e eliminando lideranças, visando a destruição do espírito nacional ucraniano.

Também na Galícia austriaca, a maior parte da população compunha-se de ucranianos que trabalhavam em domínios pertencentes a proprietários estrangeiros, esta vez polacos. Segundo SPONHOLZ, citado por HORBATIUK (1963, p. 02), o modo de trabalho agrícola era propositadamente mantido em estado rudimentar e arcaico nos fins do século XIX. Uma prova da situação é dada em 1888, pela morte por inanição de 50.000 galicianos.

Segundo WACHOWICZ (1981, p.33), a Galícia continuava sendo uma região essencialmente agrícola, porém num nível excessivamente baixo assim como artesanato, a indústria e o comércio estavam pouco desenvolvidos. É verdade que a abolição da servidão senhorial e o acesso do camponês à propriedade da terra desde 1848 veio melhorar sem dúvida sua situação trazendo consigo a melhoria das condições de estímulo ao trabalho (ANDREAZZA, 1999, p.27). Porém, a grande catástrofe da agricultura galiciana era a estrutura da propriedade agrícola. Uma reforma agrária já havia sido iniciada pelo governo austriaco, ainda no século XVIII, porém, a mesma só veio ampliar o número de minifúndios. Se no Reino da Polônia o minifúndio tornava-se um problema que impedia o desenvolvimento da agricultura,

na Galícia austriaca o mesmo tornou-se crucial. Em 1859, as propriedades cadastradas que possuíam menos de 2 hectares representavam 35,6% do total. O tempo entretanto não trabalhava para a melhoria da situação, pois em 1902 a porcentagem dessas propriedades verdadeiramente pulverizadas, atingia a 42,3%.

Outra calamidade, segundo WACHOWICZ (1981, p.34), era o parcelamento dos terrenos. Existiam em 1911, 19.340.341 parcelas de terrenos agrícolas cadastrados, porém, segundo a opinião corrente, eram na realidade muito mais, pois muitos não eram declarados para fugir do pagamento dos impostos. Se o número de proprietários ultrapassava um milhão, conclui-se que um proprietário tinha suas terras espalhadas em dezenas de parcelas. Estas parcelas caracterizavam-se apresentando faixas estreitas e compridas como nos primórdios medievais do país. Esta situação, asfixiadora para o campesinato era corroborada por um sistema escolar arcaico. O ensino era administrado a partir de 1848 em língua polonesa (HRYNIUK, 1991, p.74). Mesmo tendo um certo grau de escolaridade, o analfabetismo atingia 70% da população.

Segundo HRYNIUK(1991) uma pesquisa, realizada pelo escritório estatístico de Lviv, revelou que na Galícia oriental, em 1870, a população estava praticamente dominada por uma mentalidade religiosa totalmente anti-econômica. O camponês utilizava-se de uma velha religiosidade medieval como mecanismo de auto defesa contra a exploração senhorial (WACHOWICZ, 1981). Para interromper as corvéias não oficialmente existentes, passava a valorizar ao extremo os feriados religiosos do calendário cristão. Qualquer dia santificado ou importante do calendário era pretexto para se observar com o devido respeito e respectivo descanso. Ao contrário do Reino da Polônia, o atraso da industrialização galiciana impediu que a classe burguesa desempenhasse qualquer papel ativo na evolução da sociedade local.

Os intelectuais ucranianos da época estavam concentrados nos dois maiores centros urbanos da Galícia polonesa-austríaca: Kracov e Lviv. Geralmente estavam ligados aos círculos dos latifundiários conservadores. O campesinato, sem possibilidades imediatas de ascensão social, constituía dessa forma, uma grande massa amorfa, resignada com o seu destino. A única resposta que passou a encontrar para tentar maximizar a sorte foi procurar melhores ganhos através da migração sazonal para outros territórios e, posteriormente, através da migração transoceânica para a América (WACHOWICZ, 1981, p.33).

Com a condição econômica, social, religiosa, moral e política frágil e vivendo na situação de estrangeiros em seu próprio país os ucranianos sob domínio de outros povos não mediram esforços para procurar livrar-se de tal situação. Com o surgimento dos propagandistas das companhias de navegação divulgando a existência de terras muito ricas na América, especificamente na região Sul do Brasil, os ucranianos oprimidos aceitaram de imediato a proposição à jornada incerta e difícil, com a perspectiva de melhores condições de vida em outras e longínquas terras. No último quartel do século XIX, o governo brasileiro desenvolvia uma propaganda em vários países europeus visando atrair imigrantes para suprir as necessidades de mão-de-obra e colonizar as grandes áreas de terras improdutivas e fortalecer o mercado interno de produtos vindos da produção agrícola diversificada. Chegando ao Brasil, deram uma nova imagem à paisagem. Para sobreviver em meio às escuras florestas, desbravaram-nas para cultivar produtos, inicialmente para o autoconsumo. Nesse mundo, criaram paisagens alternativas no interior de um país onde a marca registrada era o latifúndio, muitas vezes improdutivo. Os ucranianos de Prudentópolis imigrados no período que vai até a primeira guerra mundial, sofreram profundas mudanças em suas condutas sociais e a transformação do

“mundo vivido” em diferentes fases de suas vidas.

Nos primeiros anos de colonização a situação social e econômica era delicada. Os ucranianos não estavam preparados para ganhar a vida trabalhando no sertão e por isso nos primeiros anos sofreu e reclamou. Mas aos poucos teve que desbravar as matas, plantar nas queimadas, pois o governo ameaçou a desapropriar chácaras não cultivadas. A administração municipal no início da colonização, assim como hoje, não deu assistência necessária ao interior. O maior incentivo veio dos sacerdotes da Ordem de São Basílio Magno (OSBM), que pregavam durante as missas e missões a obrigatoriedade do trabalho, o valor da educação e a importância da higiene pessoal e domiciliar para uma vida saudável. Assim, eles deram apoio moral e estímulo para a luta por melhores condições de reprodução econômica, social e cultural (HAURESKO, 1999, p.10).

Nesta situação, a estruturação da sociedade ucraniana (rutena) ficou culturalmente quase exclusivamente definida pelos sistemas da comunicação interna trazidos diretamente da Galícia austríaca. Aqui, eles poderiam manter sua língua, os seus costumes, até a sua religião. Todos estes recursos culturais ficaram alheios a situação brasileira (ANDREAZZA, 1999).

3.5.3. A Ação do Estado Brasileiro no Processo da Migração

Os primeiros imigrantes que chegaram ao Brasil não tiveram auxílios técnicos necessários para superar as dificuldades iniciais. Pareciam novos bandeirantes, mas sem facões, sem ferramentas para o trabalho, para o desbravamento das matas. O Governo do Brasil não encontrava-se em condições de encaminhá-los à uma vida mais fácil. Sua assistência limitava-se ao pagamento de

transportes marítimos e terrestres até o destino definitivo e pequena ajuda financeira nos primeiros dias, à distribuição quase gratuita de lotes para aqueles agricultores que se mostravam dispostos a cultivá-los (BURKO, 1963, p.52). Foi grande a repercussão negativa para a política imigratória brasileira, do fracasso dessa imigração inclusive a nível internacional (WACHOWICZ, 1988, p.148). Apesar de ter recebido pouco apoio do governo, a ação da imigração foi importante na transformação da sociedade paranaense. Conseguiram os imigrantes através da interação com os caboclos dar uma outra dinâmica à produção agrícola e à sociedade paranaense de forma geral.

3.5.4. As Interações entre Colonos Ucranianos e Caboclos

Já as tipologias acima mencionavam uma grande diferença entre a cultura cabocla e os colonos. Enquanto os colonos eram vistos como um elemento modernizador, os caboclos foram sempre responsabilizados pela pobreza e pelo atraso. A realidade, entretanto era um pouco diferente e se observou um processo de adaptação cultural dos imigrantes à cultura local, a “caboclização”. A chamada caboclização dos imigrantes aconteceu “especialmente nas áreas montanhosas de povoamento antigo e nas regiões remotas onde muitos colonos alemães, italianos, polacos, ucranianos tornaram-se verdadeiros “caboclos”, gente extremamente pobre, com muito pouca ou nenhuma educação e vivendo nas casas mais primitivas” (WAIBEL, 1949, p.225).

Segundo alguns autores, vários fatores concorreram para esse processo de caboclização. A experiência em agricultura no país de origem não poderia ser transposta para o país de destino, favorecendo a adoção de técnicas produtivas e de

trabalho locais para sobreviver. Também as condições de isolamento dos imigrantes-colonos, longe dos centros urbanos, os aproximaram dos caboclos. (GEHLEN, 1998, p.62). Além disso, havia uma convergência sócio-cultural. Ambos os camponeses ucranianos e os camponeses caboclos praticavam a agricultura para o abastecimento da família e complementarmente comercial, visando a aquisição de produtos básicos para a sobrevivência e de utilização imediata.

Segundo MARQUES (1929, p.27), os colonos ucranianos confundiam-se também com colonos de outra descendência através da cultura cabocla, quer pelos costumes em parte, quer pelos trajes que usavam, pelo chimarrão que saboreavam e o feijão e o caldo com que se alimentavam. Desta forma, o trabalho e a sociabilidade dos ucranianos que se reproduzia no sistema social brasileiro diferenciava-se quase que totalmente do contexto sócio-econômico da sociedade ucraniana.

A partir do momento que alguns camponeses ucranianos no Brasil passam a se relacionar através de casamentos com os caboclos, eles fogem dos princípios religiosos originais. Assim, surge a necessidade de reverter tal situação através do apoio de religiosos greco-católicos. E neste momento alguns imigrantes, sentindo-se impotentes para resolver tal problema, pedem a vinda dos Padres Basílianos para organizá-los melhor.

A teoria da estruturação explica com clareza essa confusão entre duas culturas. O conjunto cultural dos “caboclos e ucranianos” se produz primeiramente através da disponibilidade de recursos alocativos, como a situação ecológica (diferente da Ucrânia), o uso de novas plantas e outros animais domésticos, técnicas de desmatamento, de plantação e colheita e a forma de abrigar-se. A transmissão destes conhecimentos dos caboclos aos colonos criou com uma imensa rapidez

uma interação comunicativa. Quando as relações se intensificaram entre os dois grupos, o sistema de legitimação interna dos colonos ucranianos começava a ser ameaçado na sua integração sistêmica, o que criou uma contra-reação religiosa. Aí surgiu, além da integração social através do trabalho entre ucranianos e caboclos, uma confirmação da integração sistêmica interna de cada um destes dois sistemas culturais separando-os novamente.

3.6. A VINDA DE INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS PARA PRUDENTÓPOLIS

A necessidade de assegurar a integração sistêmica dos ucranianos, resultou na busca do apoio das instituições cléricas. O trabalho dos padres basilianos teve início no Brasil, em 1897, a pedido dos próprios ucranianos que viviam no Brasil desde 1895. Tomados pela fome, perversões morais e alcoolismo pediram a vinda de padres para organizá-los (BURKO,1984). Existia neste período, além da proximidade com o catolicismo popular dos caboclos, uma tentativa de monopólio da religião encabeçado pelos padres poloneses. Eles descartavam a necessidade da vinda de padres ucranianos alegando que a semelhança da língua ucraniana com a polonesa possibilitaria suficientemente aos ucranianos uma orientação religiosa pelos padres poloneses. Além do mais, a igreja católica do Brasil estava contrária a vinda de missionários estrangeiros, ainda mais de outro rito.

Primeiramente, eram padres da região de Lviv, que atenderam os fiéis na região ucraniana paranaense. Eles eram supervisionados pelo arcebispo de Curitiba e, depois, pelo bispo Dom Antonio Mazarotto de Ponta Grossa, ambos representantes da igreja católica romana. Só em 1958, a Igreja Católica Ucraniana no Brasil era instalada, com o seu próprio eparca (bispo do rito ucraíno-catolico).

Hoje, toda uma infra-estrutura extensa da igreja católica serve aos fiéis, com 3 mosteiros dos Padres Basilianos (Mallet, Prudentópolis, Curitiba), dois seminários teológicos e várias congregações (Irmãs Servas de Maria Imaculada, Irmãs Catequistas de Sant'ana, Irmãs de São José, as Irmãs Basilianas), SZEWCW (s.d., 76-103) e as Catequistas do Sagrado Coração de Jesus. Ela é principalmente responsável pela manutenção dos padrões "ucranianos" na vida dos colonos.

Essa evolução mostra, que a própria estrutura religiosa passou pois por um processo de interação, no qual a igreja ucraniana ganhou o seu próprio espaço com muitas dificuldades. A resistência a implantação do rito ucraniano no Brasil foi mantida por um longo período.

3.7. A EVOLUÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO UCRAÍNO-BRASILEIRO

Na região os novos imigrantes fizeram suas roças, plantando milho caboclo, trigo, cevada e centeio europeus, arroz e café brasileiros e, nas hortas próximas a morada, uma rica variedade de verduras e flores para enfeitar as moradias. Começaram, então os colonos a construir suas casas. Eram a princípio uma combinação esquisita de humildes vivendas européias com as choupanas caboclas. Mais tarde, surgiram casas brancas de madeira pintadas com cal branco, mais confortáveis. O inicio da vida dos imigrantes foi bastante dura, sem falar a língua, desconhecendo os costumes locais e no meio de estranhos. Muitas vezes, os imigrantes passaram fome, sofreram doenças e discriminação. Todas essas dificuldades resultaram na união e estabelecimento em comunidades, porque somente desta forma seria possível a sobrevivência, através da integração social. Terra existia em grande quantidade, porém era coberta por uma mata compacta.

Para desbravar essas matas, a força de uma pessoa ou de uma família não eram suficientes. Então, as pessoas estabelecidas em colônias, formavam na base da união de algumas famílias um sistema coletivo de desbravamento.

Essas colônias foram o fundamento para as posteriores comunidades de ucranianos no Brasil e a segregação espacial deste grupo étnico. Os agrupamentos se instituíam não somente pelos interesses comuns, mas também pelos sentimentos coletivos. Todos os imigrantes sentiam saudade de suas terras, todos sentiam-se estranhos no “novo mundo”, e nos corações dos imigrantes ainda moravam as tradições e os hábitos da pátria mãe que precisavam serem preservados.

Entretanto, a luta pela sobrevivência criou a necessidade de um contato com outras pessoas para relações sociais e comerciais. A ampliação de seus horizontes fizeram com que os imigrantes se adaptassem ao sistema dos outros colonos e dos caboclos. Nesta situação, a integração social superou através do contato direto as diferenciações sistêmicas. Isto transformou gradativamente também o sistema produtivo.

Praticantes inicialmente da agricultura de subsistência, os colonos passaram mais tarde à produção de feijão, milho e erva-mate também para a comercialização, integrando-se ao mercado local e regional. Apesar de permanecerem socialmente restritos à família e aos vizinhos imigrantes, por conhecerem pouco a língua portuguesa, eles foram paulatinamente adquirindo hábitos dos outros camponeses que aqui viviam. Estas mudanças sociais, neste fluxo dinâmico da vida social dos ucraíno-brasileiros, foram incitadas principalmente pela produção agrícola para o comércio, a medida que o ucraíno-brasileiro foi instigado a incorporar em suas práticas tudo aquilo que o tornasse um agente nacional, ou seja um indivíduo capaz de agir em sintonia com o sistema em que vivia. Apesar disso, os ucranianos

conseguiram numa integração sistêmica mais ampla do que a ucraniana reproduzir-se como camponeses brasileiros mas como agentes nas suas próprias comunidades étnicas, isto principalmente na base dos recursos culturais oferecidos pela estrutura religiosa.

Um dos recursos que possibilita a ação do camponês ucraniano-brasileiro e o identifica como tal é a terra. A terra é praticamente a sua fonte de subsistência e progresso material. Entretanto, o fato de possuírem pouca terra, a mesma encontra-se exaurida e produz apenas o necessário à alimentação da família. Isso cria uma situação em que não são poucos que abandonaram a economia de subsistência diversificada, para trabalhar como bóia-frias, concertos de estradas e em outras atividades não-agrícolas. As mulheres normalmente empregaram-se em casas de famílias, como mensalistas e diaristas desempenhando o trabalho doméstico. Entretanto, as famílias de ucraniano-brasileiros que permaneceram no campo procuraram outras alternativas de vida, sendo entre tantas a mais marcante, a produção do fumo, subsidiada pela indústria do cigarro a partir dos anos 80. O financiamento da produção do fumo é um dos principais atrativos para as famílias ucraniano-brasileiras que pela especificidade do sistema de produção familiar, não acumularam capital, revertendo o “lucro” da produção na maioria das vezes em alimentação e benfeitorias concretas. Esta intrusão na produção da agricultura familiar começa a questionar o processo da integração social tradicional entre os agricultores.

BRANDENBURG (1999, p.105) refere-se ao assunto afirmando o seguinte:

Os agricultores familiares, enquanto pequenos produtores que preservam uma certa “condição camponesa”, reproduzem um universo simbólico próprio de uma

vida rural sob o ponto de vista cultural. O mundo de vida rural é o mundo que os identifica entre si e os diferencia de outras categorias, à medida que seus padrões de orientação são socialmente internalizados e por isso intersubjetivamente compartilhados. É o mundo da tradição, da sabedoria popular que se orienta pelo ritmo da natureza, pela interpenetração de seus signos e que considera os limites naturais, muitas vezes, leis divinas. Mas a reprodução do mundo da vida rural, enquanto reprodução simbólica, não é imutável e impermeável aos valores da civilização urbana. A urbanização do rural na sociedade contemporânea acelera-se em função da presença dos meios de comunicação de massa, da integração ao mercado globalizado, da expansão da racionalidade instrumental que avança no sentido de transformar um mundo que lhe é adverso culturalmente.

Este conflito aparece claramente na sociedade ucraíno-brasileira com o advento tardio da modernização. As igrejas perdem apoio, principalmente entre os jovens, as famílias se diluem entre espaços urbanos e rurais e a cultura rural torna-se mais e mais “brasileira”. Hoje, já existem bastante jovens que não falam mais ucraniano, que questionam a dominação da igreja ucraniana e que lutam por uma agricultura “moderna”.

3.8. A PARTICIPAÇÃO DO COMÉRCIO NA ESTRUTURAÇÃO DO CAMPESINATO

Logo no início das atividades aqui no Brasil, quando o arranjo espacial e estrutural para o escoamento da produção era ainda precário e frágil, o colono imigrante ucraniano, já encontrava-se submetido ao comerciante mais próximo, o qual comprava a sua produção à preços bastante baixos, enquanto supervalorizava os produtos que possuía em sua “venda”.

Com a agricultura desenvolveu-se um sistema comercial, as “vendas”, o

comércio rural centralizado pelas "casas comerciais rurais". Foi o meio pelo qual os imigrantes, comercializando a sua produção, tiveram os primeiros contatos com outros colonos (SCHNEIDER, 1999, p.22). Além do mais, a necessidade de comercializar seus produtos ativou o aprendizado da língua portuguesa e começava, desta forma a transformar as estruturas culturais. Neste sentido, o comerciante é um tipo de "cultural broker"

Os donos das vendas acabaram sendo consequentemente os mais poderosos e ricos na comunidade. Hierarquicamente, situavam-se sempre acima dos demais colonos e ocupavam, assim como em Prudentópolis ainda ocupam uma posição de destaque na comunidade. Geralmente, até hoje, são eles os escolhidos à tomar frente em quaisquer organizações como: associações de agricultores, comissão de igreja, associação de pais e mestres etc.

Mas, hoje esta situação tende a mudar por duas razões. A maior freqüência de lojas externas, sejam elas em Prudentópolis, Guarapuava, Ponta Grossa ou mesmo em Curitiba, diminuíram o papel preponderante do comerciante local. Também a "integração" na produção fumageira criou novos circuitos de comércio que ficavam fora da influência do comércio local. Este desvio das circulações tradicionais de mercadorias, seja espacial ou economicamente, é parcialmente responsável pela nova estruturação da comunidade rural. Através dessa porta, entra o processo da modernização diretamente no sistema produtivo, transformando-se num novo arranjo social e até cultural.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA

A pesquisa empírica pretende entender como a transformação da sociedade prudentopolitana desenvolve-se sob influência do processo da “modernização” econômica, social e cultural no contexto nacional. Para este fim, focaliza-se a estruturação sócio-espacial de algumas comunidades rurais, dando preferência à visão da própria população. Aplica-se consequentemente a técnica da “Observação Participante”

HAGUETE (1995, p.71) afirma o seguinte:

A observação participante é um processo no qual a presença do observador numa situação social é mantida para fins de investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados, e, em participando com eles em seu ambiente natural de vida, coleta dados. Logo, o observador é parte do contexto, sendo modificado por este contexto. O papel do observador participante pode ser tanto formal como informal, encoberto ou revelado, o observador pode dispensar muito ou pouco tempo na situação da pesquisa; o papel do observador participante pode ser uma parte integral da estrutura social, ou simplesmente periférica com relação a ela.

A pesquisa foi realizada na língua ucraniana, com o intuito de fazer com que as pessoas não relutassem em responder as questões e não passassem a ver o pesquisador como um estranho. Assim, os pesquisados não sentiram-se tão invadidos e liberaram-se com facilidade. Como filha de lavradores ucraíno-brasileiros e de origem rural, com a convivência com as famílias, a participação na igreja ou em quaisquer eventos, ou seja, como parte integrante desse sistema proporcionou a

oportunidade de usufruir da informalidade para melhor obter informações desejadas em visitas às famílias, nos bate-papos, participando de festas etc.

Além de toda a pesquisa documental que foi feita antes e durante a pesquisa empírica utilizou-se também a técnica “entrevista biográfica” em virtude da sua riqueza de detalhes e autenticidade. Essa técnica dá sentido à noção de processo, visto pelos próprios atores, como sendo eles propulsores e vítimas do desse processo de modernização, dentro da teoria de estruturação. Foi possível por meio desta técnica, coletar informações importantes de pessoas que vivenciaram os diferentes períodos deste processo e viram a transformação do seu espaço, possibilitando desta forma o registro de dados que ainda não foram publicados. Cinco (5) famílias foram pesquisadas através desta técnica para melhor entender o conjunto econômico, social e cultural e as interações entre os membros da família.

Além das entrevistas biográficas e detalhadas, que dispõem de uma maior proximidade entre o pesquisador e entrevistado, foram feitas 26 entrevistas através de questionários. Este questionário abrange informações sobre a propriedade como unidade de produção, a estrutura familiar e a comunidade na qual a família está inserida. Assim a visão detalhada das 5 famílias pode ser ampliada.

O conjunto das 3 técnicas, observação participante, entrevista biográfica e questionário permitiu uma visão abrangente da estruturação das comunidades ucraíno-brasileiras no município de Prudentópolis.

5. ESTRUTURAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DAS COMUNIDADES RURAIS DE UCRAÍNO-BRASILEIROS

5.1 AS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS

As características de uma comunidade são a presença de laços ou elos que mantêm unido um grupo de pessoas. Isto inclui: 1) cultura comum 2) os recursos comuns, as formas de consumo, a terra, a estrutura social etc. 3) as normas comportamentais comuns dentro de uma estrutura social comum, sistema hierárquico familiar e o valor da igreja (BERTRAND, 1973, p.98, e também GIDDENS, 1989).

No município em estudo, o que dá idéia de comunidade ucraíno-brasileira é principalmente a escola e a igreja. A igreja na sua forma concreta é um ponto de convergência da comunidade. “*Eu sou da comunidade tal porque pertenço a tal igreja*” dizem as pessoas das comunidades.

O município de Prudentópolis soma um total de 130 comunidades rurais. Em muitas dessas comunidades encontram-se principalmente famílias ucraíno-brasileiras. Obviamente que as comunidades mais ao norte do município apresentam um número reduzido de famílias de ucraíno-brasileiros, dado que além de possuir uma população pouco densa, estas comunidades surgiram muito tempo depois do estabelecimento das linhas de colonização européia. Estas comunidades mais distanciadas abrigam principalmente os chamados “bugres”, ou caboclos, provavelmente descendentes da população original da região que se retirou com a chegada dos colonos.

Até hoje, mesmo depois da miscigenação entre europeus e nativos, existe nas comunidades de ucranianos uma relativa insegurança em relação àqueles que não são de origem européia.

5.2 TIPOS DE COMUNIDADES E SEU POVOAMENTO

Grande parte das comunidades (colônias), no município de Prudentópolis, recebe o nome de Linha pelo padrão de sua organização espacial, por exemplo Linha Esperança, Linha Paraná, Linha Piquiri, Linha Nova Galícia, Linha Ivaí. Nestas, as casas estão dispostas em filas, geralmente em ambos os lados de uma estrada e a terra agricultável está em longas e estreitas faixas estendendo-se por trás de cada casa. Em vários casos a família, além de possuir essas faixas de terras atrás da casa, possui pequenos terrenos localizados à alguns quilômetros de distância da moradia. A dificuldade para algumas famílias está no fato da perda de tempo, em decorrência da ida e vinda de um terreno para outro, ou de casa até o terreno. Algumas comunidades que podem ser chamadas “núcleos” apresentam um povoamento mais denso e são geralmente localizadas em cruzamentos importantes, fornecendo comércio e serviços básicos. Com base em WAIBEL (1949), neste tipo de comunidade a vida social pode ser mais facilmente mantida, porque a freqüência à escola e ao serviço religioso não constituem problema algum.

Entretanto várias famílias são proprietárias de terras mais distantes onde, junto às terras constroem uma outra moradia, uma espécie de “residência sazonal” o chamado “paiol”. Nestes paióis permanecem a semana toda, quando não há um dia santificado no decorrer da semana, e lá formam uma outra moradia com seu quintal e seu jardim e só retornam para a casa nos finais de semana. A casa no núcleo

normalmente é atendida pela mãe ou pela filha mais velha. As terras distanciadas da moradia são, segundo os lavradores terras mais férteis e por enquanto não necessitam da aplicação de produtos químicos. Boa parte destas terras ainda é explorada pelo sistema da "queimada".

A configuração do espaço em forma de linha, comunidades núcleos e terrenos distantes, mostra uma grande flexibilidade da população na organização dos seus recursos alocativos como a moradia, terra e infra-estrutura.

5.3 A COMUNIDADE E A VIZINHANÇA

Os recursos autoritários, ou melhor, as relações sociais, são muitas vezes baseadas num sistema de intensiva vizinhança. Embora presentes, ainda não são tão significativas as pressões e forças em geral que trabalham contra a sobrevivência do sistema social das vizinhanças rurais. Assim, a crescente aceitação de modos de vida urbanos e a perda da autonomia produtiva de alguns agricultores acontecem, mas não modificam profundamente as regras da convivência social. Nas comunidades existe um sentido claro de vizinhança, principalmente entre as famílias de agricultores. Apesar da cultura do individualismo ser tão propalada pelos meios de comunicação, com tendência a incutir a desnecessária solidariedade e ajuda mútua, no caso em estudo, a ajuda-mútua (SANTOS, 1978) entre os familiares e dentro da comunidade é de grande importância, marca que ainda diferencia o rural do urbano mesmo em países desenvolvidos.

Talvez futuramente, a tendência de depender de grupos primários, tais como a família e a vizinhança, para satisfações sociais, ceda lugar a uma nova independência, que depende de meios técnicos como o uso do automóvel, ônibus,

estradas e outros meios de comunicação. Consequentemente, o agricultor passará a ser mais seletivo nos seus relacionamentos sociais e de lazer. Conforme a teoria de estruturação, a integração social (família, vizinhança) seria gradativamente afetada pelo “desencaixe” (GIDDENS, 1989, p. 110), onde os sentimentos de ligação ou de identificação com os lugares ainda persistem, mas já se encontram sob influências muito mais distantes. Até o momento, os laços entre vizinhos ainda são fortes nas comunidades rurais, principalmente nas comunidades relativamente homogêneas, social e economicamente.

A vida social das famílias de lavradores ucraíno-brasileiros, que há décadas atrás, estava associada basicamente à comunidade em que vivia, hoje já é um pouco diferente. A visita aos vizinhos que era freqüente perdeu valor com a chegada ao meio rural dos canais de televisão, transformando consideravelmente a rotina e a organização das famílias de lavradores ucraíno-brasileiros. A televisão, segundo depoimentos de alguns entrevistados, acabou com a proximidade maior que existia entre os vizinhos, assim como acabou com o diálogo no fim de tarde dos pais com os filhos, e em algumas famílias, as orações que outrora eram feitas em conjunto e hoje não são mais. Essa observação mostra, que no contexto do trabalho, a integração social permanece ainda preservada, enquanto os sistemas de significação/comunicação já mostram os primeiros sinais de desestruturação.

No mesmo sentido, transforma-se a casa/moradia. Hoje, as casas, apesar de ainda apresentarem estilos europeus com cores fortes, são ornamentadas e mobiliadas principalmente com produtos nacionais e internacionais substituindo o trabalho artesanal da família e a produção dos móveis. Segundo GIDDENS (1989, p.110), o local e o global tornam-se inextrincavelmente entrelaçados. A casa tornou-se um espaço de aculturação. São tantos elementos externos que passaram a fazer

parte das edificações que não podemos mais vê-las como frutos única e exclusivamente da própria cultura ucraniana e da comunidade rural. Enquanto a casa permanece no conjunto geográfico (linha, núcleo), seus espaços externos e internos sofreram profundas mudanças. Por exemplo, a sala não tem, em muitas famílias, a mesma função que tinha a duas, três décadas. A época este espaço era reservado para as filhas trazerem seu namorado, para receber visitas ilustres etc. Hoje, ela está dominada pela televisão e reservada às reuniões dos próprios mercadores, o que representa uma certa “privatização” deste espaço. Só em dias excepcionais, o espaço volta à ser utilizado como espaço de vizinhança.

Em algumas residências foram também, incorporados à casa, a garagem, a churrasqueira, que quebram o estilo original das mesmas e demonstram como a modernidade chega às suas casas.

Neste caso, percebe-se uma maior mobilidade (diminuindo o papel da vizinhança) e a aculturação à cultura do Brasil em geral. A casa representa, neste contexto, as modificações no sistema social dos moradores das comunidades pesquisadas.

5.4. AS COMUNIDADES NÚCLEOS NO MUNICÍPIO E O SISTEMA HIERÁRQUICO

No município de Prudentópolis coexistem, entre outras comunidades rurais, *comunidades núcleos*. Essas comunidades possuem, em seu entorno, comunidades menores que mantém-se dependentes das comunidades núcleos por meio dos serviços de cunho social, econômico e cultural por ela oferecidos. A formação de uma comunidade-núcleo dá-se a partir do momento que algumas famílias unem as

forças financeiras para um interesse comum construindo uma igreja ou capela, passando a usufruir de uma infra-estrutura própria (venda, bar, clube etc.). A relação entre as comunidades linhas e as comunidades núcleos pode ser interpretada como uma primeira diferenciação e hierarquização sócio-espacial. A flexibilidade das pessoas no uso dessa diferenciação mostra-se no uso da igreja. Em várias comunidades uma parcela da população opta por participar da missa na própria capela, enquanto outras preferem visitar a igreja da comunidade-núcleo. Ressalta-se que, as comunidades núcleos recebem assistência do padre com freqüência e as celebrações mais importantes são realizadas apenas nessas comunidades. Para estas celebrações, as comunidades do entorno convergem para a comunidade-núcleo.

As comunidades-núcleo por centralizarem diversos serviços, exercem uma forte influência sobre as comunidades circunjacentes. Por isso a existência dessas comunidades, devido ao tamanho da área rural do município ameniza em parte a vida das famílias que dependem de serviços extra-domésticos.

Geograficamente, as comunidades-núcleo localizam-se no cruzamento de linhas que são cortadas por outras linhas, dando acesso à um maior número de comunidades. Consequentemente, o fluxo de pessoas de outras comunidades, de turistas, de estudantes aqui é maior que em outras comunidades. A Linha Esperança, por exemplo, é uma comunidade núcleo que permite o acesso pela estrada principal a várias outras partes ou comunidades do município. Até mesmo as comunidades localizadas em outras regiões do município passam por ela para chegar à cidade de Prudentópolis. Sua localização, à 14 quilômetros da cidade, possibilitou a instalação de casas de comércio, açougues (famosos pela fabricação da tradicional “lingüiça de Esperança” conhecida no município e fora dele), posto

telefônico, posto de saúde, posto de distribuição e coleta de correspondências do correio, estabelecimento de ensino de 1º e 2º graus, colégio das Irmãs Servas de Maria Imaculada. Linha Esperança possui também duas igrejas, o que é comum também em outras comunidades-núcleo, uma igreja do rito latino e outra do rito ucraíno-católico. Em todas elas, destaca-se a proeminência da igreja do rito ucraíno-católico, dado o número sempre maior de fiéis.

Cabe acrescentar que as *comunidades núcleos* são comunidades que possuem também uma área adensada dentro delas, para onde as pessoas da comunidade convergem quando necessitam de algum produto, desejam participar de uma celebração religiosa, precisam ir para a escola, participar em reuniões de cunho social, político e cultural etc. Os núcleos possuem uma concentração maior de moradias que formam uma espécie de vila, apresentando timidamente um aspecto urbano.

Nem todas as comunidades-núcleo desfrutam de igual importância. As comunidades núcleos geograficamente mais próximas da cidade têm um menor valor funcional para as pessoas que moram nela e nos seus entornos, porque estas têm opções e possibilidade de sanar suas necessidades emergenciais na cidade, caso não seja possível fazê-lo na comunidade-núcleo. O mesmo não acontece com as pessoas que habitam os entornos das *comunidades núcleos*, geograficamente mais distantes da cidade, como aquelas que ficam no norte do município à aproximadamente 80 quilômetros de distância da sede do município (área urbana), com estradas de difícil acesso em função da má conservação, principalmente em dias chuvosos. As famílias destas comunidades se dirigem ao núcleo para tratar de suas necessidades emergenciais, principalmente as relacionadas à saúde. Estas sim, são comunidades núcleos que exercem um papel fundamental para atender às

necessidades básicas das comunidades dependentes e da própria comunidade núcleo.

Comparativamente, as comunidades núcleos apresentam entre elas uma estruturação praticamente semelhante, apresentando apenas pequenas variações de uma para outra. Os contrastes existem com maior expressividade entre as famílias. As famílias das comunidades geograficamente mais afastadas da cidade têm menores possibilidades de escolha e precisam, na maioria das vezes, serem atendidas nas suas próprias comunidades, mesmo precariamente.

Este pequeno relato mostra, como dentro do município a estruturação espacial está diferenciada e divide-se em 4 níveis de importância, sede do município, sede de distrito, comunidade-núcleo (as vezes coincidindo com a sede do distrito) e comunidade simples. O uso dessa hierarquia tem influência no sistema social de forma que cria um acesso desigual aos recursos econômicos (comércio, serviços, infra-estrutura) e, diferencia também a estrutura social. Desta forma, o agrupamento das pessoas no sistema social – a sua integração social – depende basicamente do sistema da hierarquia dos lugares centrais. O afastamento garante, de uma certa forma, uma coesão maior de uma determinada comunidade.

5.5. A INTEGRAÇÃO SOCIAL NAS COMUNIDADES RURAIS

Devido aos seus padrões culturais e religiosos, as famílias rurais de ucraniano-brasileiros possuem um estilo de vida particular. Se a sua produção agrícola é familiar, seu lazer surge também do consenso familiar. Ambos estão tão entrelaçados que todos os membros da família não podem se ausentar da casa ao mesmo tempo. Ao menos um membro da família permanece em casa para tomar os

devidos cuidados com a criação e a propriedade. Nessa forma, o lazer está integrado no conjunto social.

Como acima referido, a organização do trabalho rural e dos recursos autoritários, está profundamente enraizada no sistema sínico da religião, que junto à língua ucraniana garante a coesão e integração social. Essa constatação torna o casamento um elemento fundamental na estruturação ucraniana (ANDREAZZA, 1999). Por isso, a vida dos jovens solteiros representa um ponto “fraco” na organização da vida cotidiana.

Nas comunidades, o lazer dos jovens solteiros é diferente dos pais ou jovens casados. Enquanto as normas de conduta moral e espiritual, ditadas pela igreja bem como pela cultura que rege as atividades dessas famílias, são cumpridas com seriedade, respeito e temor, pelos casais e pelos mais velhos, o mesmo não pode ser verificado, com a mesma intensidade, na vida dos jovens solteiros, mesmo aconselhados e monitorados pelos pais. A forma de participação social deles é radicalmente modificada. Normalmente, o filho ou a filha mudam-se após casados, de um mundo externo e adentram num mundo restrito às famílias. Este mundo externo pode se apresentar em festas e bailes, discotecas (principalmente no meio urbano ou semi-urbano), no sistema de educação ou mercado de trabalho externo. Observar essa “brecha”, que de fato significa uma integração sistêmica dos jovens à sociedade de lazer, é de maior importância para preservar o conjunto tradicional.

O que é mais significativo é que o maior lazer para as comunidades rurais são as visitas dominicais feitas pelos casais (ou individualmente) aos casais vizinhos ou aos parentes próximos. Pode-se dizer que este tipo de lazer está indiretamente vinculado à instituição do campesinato como um todo, dado que a visita entre famílias da comunidade ou de comunidades próximas resulta normalmente em

confiança, credibilidade e cooperação, que são os pilares que asseguram o bom andamento das atividades cotidianas da família. Este tipo de relação é bastante valorizado nas comunidades e se confirma com os depoimentos das pessoas entrevistadas. “*O vizinho é tudo, tudo o que eu preciso, eu corro no vizinho*” (Paulo, 34 anos), “*Graças à Deus nos damos muito bem com os vizinhos, quando fica doente alguém, a criança, primeira coisa é correr no vizinho*” (Rosa, 24 anos).

Estes exemplos mostram como a integração social é principalmente mantida através de interações sociais no âmbito da agricultura tradicional, da língua e religião.

5.6. A LÍNGUA UCRANIANA NAS COMUNIDADES RURAIS

Durante o isolamento espacial e social dos imigrantes, o meio de comunicação verbal era a língua ucraniana trazida do país de origem, enquanto o contato social com outros grupos étnicos se fez necessário através da língua portuguesa. Essa passou a ser uma necessidade, um recurso a ser buscado na vida dos imigrantes, na aculturação principalmente com os caboclos. Naturalmente, o imigrante ucraniano não teve como resistir no Brasil à influência da língua portuguesa. Embora ainda muito presente nas famílias, a língua ucraniana cedeu a favor dela que correspondia melhor às necessidades da vida, na adaptação e integração. Porém, deixa marcas na língua geral “imprimindo um toque particular à linguagem usada pelo grupo minoritário (WOUK, 1981, p. 66).

A língua ucraniana é um meio de integração social e um recurso de significação nas famílias ucraíno-brasileiras do município de Prudentópolis. Em se tratando de assuntos pertinentes à produção agrícola e à comercialização dessa

produção, o que significa uma integração econômica ao contexto brasileiro, a língua ucraniana praticamente desaparece. Nota-se que no desenrolar da conversa com agricultores ucraíno-brasileiros quando surgem questões relacionadas à produção agrícola, instantaneamente a língua ucraniana desaparece e só retorna quando o assunto é família, religião, comunidade, enfim, assuntos mais restritos a sua própria cultura social.

Mesmo dentro do campo temático da agricultura, a língua ucraniana cede lugar a língua portuguesa quando os lavradores falam da produção do fumo que é cultura comercial e produzido em quantidades maiores, dos produtos químicos utilizados, das técnicas e os cuidados utilizados no plantio. Também os contatos com os comerciantes da comunidade e da cidade são sempre feitos em língua portuguesa. Confirma-se desta forma que a língua é também um indicador de como o fator econômico interfere na cultura e ocasiona mudanças sociais nestas famílias.

A disseminação e a reprodução da língua ucraniana bem como sua preservação nas comunidades rurais de Prudentópolis dá-se sobre duas formas distintas, espontânea e planejada.

A preservação da língua acontece naturalmente em famílias de comunidades rurais mais homogêneas, ou seja, onde não encontram-se famílias de outras origens, e em comunidades distanciadas da cidade. Isso quer dizer que o isolamento geográfico é um dos fatores responsáveis pela manutenção espontânea e inconsciente da língua ucraniana. De acordo com a teoria da estruturação (GIDDENS 1989), essas famílias falando a língua ucraniana, ao mesmo tempo que falam reproduzem mesmo inconscientemente a coesão social do grupo através de interações comunicativas.

A segunda forma de manter a língua ucraniana é encampada por todos aqueles que reconhecem o valor da língua ucraniana e não aceitam deixá-la definhar. Nessa forma, ela não é apenas falada mas, lida, e escrita. Assim, ela é mantida pelas instituições religiosas e pelas famílias que desempenham alguma função na igreja. Estes membros das famílias que conhecem, escrevem e lêem em ucraniano, têm relevância na comunidade, tornando este uso da língua um recurso de significação social. Geralmente são pessoas bastante requisitadas quando há necessidade de organização de eventos culturais e religiosos, o que é privilégio de poucos membros das famílias. A língua ucraniana escrita é considerada pelos seus professores uma língua de grande complexidade e de difícil assimilação, criando uma categoria social que se sobressai na comunidade. Como a maioria das famílias nas comunidades não teve acesso ao ensino oficial ou escolar da língua ucraniana, as pessoas que lêem e escrevem a língua ucraniana são pessoas de um grau de instrução mais elevado.

A língua falada nas comunidades rurais é a língua materna, transmitida de geração para geração, de mães para os filhos. Alguns trabalhos científicos apontam que a língua ucraniana torna-se vítima de uma paulatina desvalorização e caminha para uma gradativa extinção. Essa hipótese não pode ser descartada mas, a língua materna ainda está bastante viva, basta conviver nas comunidades e sentir como ela está presente no dia a dia das famílias.

De forma geral pode-se dizer que os fatores que mantém a língua, que não apresenta poder político no sistema educativo brasileiro, são o isolamento geográfico e a homogeneização das famílias, juntamente com a ocupação de todos os membros da família em atividades agrícolas na própria unidade de produção, formando um campesinato íntegro. Por isso a língua ucraniana é mais intensamente

utilizada em famílias que não possuem filhos estudantes ou exercem profissões não-agrícolas nas cidades.

Já a língua escrita é privilégio de poucos, são em sua maioria pessoas que freqüentaram e freqüentam as aulas de sábados e catequeses dominicais ministradas pelas congregações de religiosas ou catequistas da comunidade. São geralmente pessoas da comunidade-núcleo, moradores das proximidades da escola e da igreja. Desta forma averigua-se que a língua ucraniana oficial é mantida e assegurada pelas instituições religiosas, com o objetivo de preservar a cultura ucraniana. Isto acontece numa maneira, planejada e dirigida, de manter a cultura. Com base em GEERTZ (1978), a língua ucraniana é na sua forma planejada um modelo de herança cultural, enquanto na sua forma espontânea e inconsciente um modelo para atender as necessidades sociais.

Desta forma, os sistemas de significação tornam-se meios de diferenciação e estruturação da sociedade camponesa ucraíno-brasileira, na integração social interna como também com a sociedade brasileira externa. A faculdade de utilizar os recursos lingüísticos em 4 formas (ucraniano falado, ucraniano escrito, português falado, português escrito), demonstra isso claramente.

5.7. A RELIGIÃO DO RITO UCRAÍNO-CATÓLICO E AS ATIVIDADES DAS FAMÍLIAS

Um outro recurso significativo é a especificidade do rito ucraniano. Os ucranianos receberam a fé cristã através dos missionários vindos de Bizâncio no primeiro milênio cristão. Por ele eram evangelizados e estes representavam os primeiros guias espirituais (HANEIKO, 1985, p.39).

Até hoje a maioria das famílias ucranianas é profundamente religiosa, onde a confiança em Deus e Nossa Senhora move-as, como se percebe em suas atividades. Devido a liberdade religiosa que os imigrantes viveram e vivem no Brasil, conservaram intactos o culto, o rito e outras tradições sínicas. Verifica-se que a religião guia e motiva principalmente as práticas diárias das famílias ucraíno-brasileiras de forma que elas procuram sempre ajustá-las da melhor maneira possível, respeitando e cumprindo as normas, regras e padrões definidos pela igreja e culturalmente.

É importante ressaltar que, segundo depoimentos de membros das famílias, “*a igreja ucraniana é boa porque dá liberdade para gente*”. “*Ela deixa a gente mais livre*”. Entretanto, a estruturação dessas famílias faz transparecer, como sutilmente a igreja incute nos seus membros seus valores e normas de conduta. Apesar dos membros não perceberem, a rigidez é marcante. A fidelidade dos ucraínos à sua fé destaca-se pela prática constante de atos a ela ligados. A sua vida é dirigida pelos mais rígidos princípios da moral cristã (HANEIKO 1985, p.40). O descumprimento da lei da igreja leva a severas penas sociais (como exclusão) aplicadas pela igreja e pelas pessoas da própria comunidade. Essas sanções sociais do grupo são tão rigorosas e temidas que uma conduta moral duvidosa raramente se verifica. Neste contexto, a igreja, representa uma forma de dominação que determina basicamente o sistema de legitimação das ações das pessoas.

Sob essas regras, nas comunidades a vida do sacerdote é também monitorada pelos fiéis. Quaisquer deslizes que o sacerdote venha a cometer, é severamente condenado pela comunidade. Normalmente tudo acaba quando o padre é substituído.

Em geral, o sacerdote desempenha papel importante na comunidade e ocupa um lugar de destaque. Suas idéias são incontestavelmente acatadas pelos fiéis. Cabe ressaltar que a missão do sacerdote não se restringe aos serviços religiosos e espirituais, mas estende-se a todas as atividades de seus paroquianos os quais recorrem a ele em suas dificuldades espirituais e materiais.

É interessante verificar como todas as atividades cotidianas das famílias são motivadas pela crença, pela fé numa força transcendental que é Deus. Isto influí consideravelmente na organização dos recursos autoritários no sistema de dominação. O mundo esta dividido entre o mundo terreno e o mundo celeste, ou o mundo do homem e o mundo de Deus. No mundo terreno, a família e seus pertences são governados pelo pai em casos excepcionais, pela mãe ou pelo filho mais velho. Simultaneamente, os governos e industria fumageira dominam esses recursos, sendo, todas essas estruturas do mundo do homem. Essa visão patriarcal se reproduz na imaginação do mundo de Deus ao qual segundo a ideologia da igreja ucraíno-católica, a alma do homem irá. Portanto, o dono do mundo divino – Deus – guia todas as ações da forma que achar mais justa e desperta uma crença de que “*tudo está nas mãos de Deus*” (Pedro, um entrevistado). Conforme essa fé, as desgraças do mundo terreno serão recompensadas no mundo de Deus.

A estruturação do imaginário sínico da fé se repete, consequentemente, no mundo do homem e derruba qualquer possibilidade de rejeição de inovações. Fatalmente, essa atitude permite a entrada de novas forças sociais, como do Estado ou do capitalismo moderno, resultando numa forte contradição entre a tradição e a modernização. Só recentemente, alguns padres se tocaram dessa problemática e tentam revalorizar os recursos sígnicos tradicionais como formas de resistência contra essas modificações sociais.

O exemplo da religião mostra, com base na teoria de GIDDENS (1989), como os sistemas de significação, de dominação e de legitimação são inter-relacionados.

6. A VIDA DAS COMUNIDADES PESQUISADAS – OS RESULTADOS EMPÍRICOS

6.1. AS COMUNIDADES ESTUDADAS

Foram pesquisadas 5 comunidades, onde 26 questionários foram aplicados contemplando todas as famílias produtoras de fumo estabelecidas nestas 5 comunidades. Foram escolhidas cinco comunidades, dentre elas quatro comunidades simples e uma comunidade núcleo. Essa escolha visa mostrar as funções e inter-relações espaciais que influenciam a estruturação das famílias. Trata-se das comunidades “Linha Esperança” (núcleo), Linha Paraná, Linha Ivaí, (2^a seção) e Linha Santos Andrade (todas em linhas) e Linha Paraná Faxinal (linha com espaço habitado no interior).

A localização da comunidade interfere diretamente no desempenho dos moradores, assim como muitas ações dessas famílias são frutos dessa localização. Neste conjunto as quatro comunidades são comunidades que limitam geograficamente com a comunidade núcleo (ver figura 07).

Nas comunidades estudadas, os limites oficiais entre as linhas não coincidem com os limites conhecidos pelas famílias. O limite entre uma comunidade a outra geralmente é definido por uma propriedade familiar, por um cruzamento ou por um mataburro (muito utilizado nas áreas de faxinais para impedir a passagem de cavalos, vacas para fora dessas áreas). Desta forma, as referências locais partem da própria vivência dos seus moradores que autodefinem socialmente a sua comunidade. Observa-se neste contexto que, as famílias das comunidades circunjacentes, muitas vezes sentem-se marginalizadas e inferiorizadas por

FIGURA 07 - MAPA DE POVOAMENTO



LEGENDA

- Principais Comunidades
- Distritos
- Estradas Municipais
- - - Estrada Municipal Asfaltada
- Principais Rodovias
- ~ Principais Rios
- Área Urbana

Escala Gráfica

0 5 10km

FONTE: Prefeitura Municipal de Prudentópolis PR.
Org. Cecilia Hauresko

habitarem-nas e por isso, mesmo não morando na comunidade-núcleos, indicam-se como habitantes da mesma.

A seguir temos uma breve apresentação das comunidades pesquisadas: Linha Esperança como “comunidade núcleo” e as demais: Linha Paraná (Anta Gorda), Linha Ivaí (2^a seção), Linha Santos Andrade e Linha Paraná Faxinal que são interligadas com essa comunidade-núcleo.

6.1.1. LINHA ESPERANÇA

Linha Esperança situa-se na região noroeste do município de Prudentópolis, limita-se ao norte com Linha Paraná, a leste com Linha Ivaí (2^a seção), a oeste com Linha 7 de Setembro e ao sul com Linha Tiradentes e dista a 14 quilômetros da cidade de Prudentópolis.

Não há registros de quem foram os pioneiros da Linha Esperança, mas sabe-se, no entanto, que no ano de 1899, três anos após a chegada das primeiras famílias ucranianas à Prudentópolis, surgiu uma pequena povoação chamada Esperança. Um total de 95 famílias está distribuído numa linha que mede aproximadamente 12 quilômetros.

Desde o início de sua formação Linha Esperança foi privilegiada pela sua localização, ocupando um ponto central em meio aos povoados menores, como Luís Xavier, Ivaí, Sete de Setembro, Santos Andrade e Paraná.

Foi neste local que os padres basilianos, alguns anos depois da imigração ucraniana, passaram a reunir as pessoas para as atividades religiosas e sociais, e foi nesta comunidade que surgiu a primeira escola de língua portuguesa. Passaram por esta escola professores que lecionaram o polonês, o ucraniano e o português.

Antes de 1922, a escola existente não era gratuita e pagava-se para estudar. Após essa década, as Irmãs Servas de Maria Imaculada deram início a organização escolar, unindo a educação religiosa e escolar. Acreditava-se que as pessoas consagradas dariam uma educação integral aos filhos. Segundo ZINKO (1960, p. 117), em 1914, existiam 22 escolas para imigrantes ucranianos com 630 alunos no município de Prudentópolis.

Em 1906 foi erguida a 1^a igreja. Com o passar do tempo, à medida que a comunidade crescia, o espaço da igreja contraía-se. Para tanto, em 1943, o Pe. José Martenetz deu início a construção de uma nova igreja (atual) que teve início em 1948 e ficou pronta em 1959, onde organiza-se a vida religiosa para atender as famílias desta localidade e dos arredores.

No ano de 1998, Linha Esperança completou 100 anos desde a vinda dos primeiros imigrantes ucranianos. Muitos membros natos desta comunidade já se destacaram politicamente no município, sendo eleitos vereadores, prefeito ou representantes ativos na administração do município. Até hoje a comunidade mantêm intensamente a tradição ucraniana. Adultos, jovens e crianças comunicam-se predominantemente no idioma ucraniano, com o uso coloquial de palavras portuguesas quando desconhecem o termo correspondente em ucraniano. Mas nota-se o quanto a modernidade na vida cotidiana, o aparecimento de novos objetos, instrumentos de trabalho, estão transformando continuamente a sua vida social.

Linha Esperança é uma colônia mista com imigrantes ucranianos e poloneses. Tanto os imigrantes poloneses, quanto os imigrantes ucranianos possuem igreja própria, a capela latina Exaltação da Santa Cruz e a Igreja ucraniana Nossa Senhora do Patrocínio. A localidade possui também um posto de saúde,

estabelecimento de ensino fundamental e médio, posto telefônico, serviços do correio, bares, armazéns e abriga o colégio das Irmãs Servas de Maria Imaculada. Na comunidade há 3 casas comerciais, as chamadas “vendas”, um estabelecimento de compra de milho e feijão, três açougues que são famosos pela produção da ‘lingüiça de Esperança” conhecida no território paranaense e fora dele.

É uma comunidade essencialmente agrícola, apesar de apresentar um aspecto de vila, com armazéns, correio, escolas, colégio de religiosas, moradias modernas e uma parte da linha é asfaltada com iluminação pública, o que é chamado de *centro*.

6.1.2. LINHA PARANÁ

Linha Paraná é uma comunidade que localiza-se a aproximadamente 17 quilômetros da cidade de Prudentópolis e pertence a Linha Esperança. É uma linha bastante extensa, com aproximadamente 15 quilômetros. A história desta comunidade não foi registrada por ser ela sempre dependente da comunidade-núcleo.

O povoamento não é muito denso e preserva características ainda da época da colonização européia. Possui nada mais que 16 famílias distribuídas em pequenos lotes de terra. Não possui escola de ensino médio, nem armazém onde possam as famílias comprar o necessário. Esta falta se justifica dado a proximidade da comunidade de Linha Esperança que fica a 3,5 quilômetros.

As famílias desta comunidade apresentam uma certa homogeneidade cultural no meio agrícola, cultivam o feijão, o milho para o comércio e autoconsumo e uma variedade de produtos produzidos em pequena quantidade para o

autoconsumo. Apenas duas famílias podem ser consideradas de classe social “superior”, por terem uma casa em melhores condições, um carro. Seus recursos provêm não apenas da agricultura, mas do comércio de produtos industrializados, tendo em vista que são donos das chamadas “vendas” e açougueiros.

Esta comunidade é bastante homogênea, ainda habitam-na dois imigrantes. As demais famílias da comunidade são descendentes de poloneses e ucranianos ou mistas, surgidas do casamento entre ucranianos e poloneses.

A religião católica prepondera nesta comunidade. Não se verifica nenhuma outra religião, salvo a presença de uma curandeira que atende a própria comunidade e as comunidades vizinhas. A cultura ucraniana de forma geral é bastante forte. Salvo algumas exceções as famílias mantêm conservadas as bases originais na estruturação das mesmas.

6.1.3. LINHA IVAÍ (2^a seção)

Linha Ivaí, fica a aproximadamente 15 quilômetros da cidade de Prudentópolis, é vizinha leste da Linha Esperança, ficando distante da estrada grande o que dificulta o escoamento dos produtos rurais. É habitada por 73 famílias bastante heterogêneas, tanto cultural quanto economicamente.

Nesta comunidade encontram-se estabelecidos descendentes de italianos, poloneses, alemães e ucranianos. Os alemães e italianos são famílias que se instalaram recentemente na comunidade, o que pode ser observado na paisagem, dado que suas casas atestam a presença de povos com culturas diferentes. Com a presença dessas famílias acontece uma certa reorganização do espaço na comunidade. Essas novas famílias por exemplo adquirem porções da área onde

domina o sistema faxinal, e passam a forçar o desmembramento. Percebe-se o quanto a chegada de novas famílias abala as estruturas sociais tradicionais na comunidade.

Esta linha possui um número comparativamente maior de famílias de poloneses, italianos e alemães, em relação com a Linha Esperança que apresenta maior homogeneidade. A maior heterogeneidade se confirma com a presença de uma igreja do rito latino e a ausência de uma igreja ucraniana. A ausência da igreja ucraniana é um forte indício da presença pouco significativa de famílias ucraíno-brasileiros. Os ucraíno-brasileiros desta comunidade precisam deslocar-se até a comunidade-núcleo para participar de celebrações religiosas. Todavia, tal fato resulta também numa aproximação e integração maior das comunidades.

Malgrado, a heterogeneidade cultural e econômica, as famílias, salvo casos isolados dos italianos e alemães, são estruturadas no sistema de produção camponesa, onde a mão-de-obra nas atividades agrícolas é basicamente familiar e segue uma hierarquia de funções específicas para cada membro que a compõe.

Praticamente a totalidade das famílias são lavradores e trabalham para a subsistência e para o mercado. Além disso, existem vários produtores de fumo, único produto exclusivamente comercial. O lucro da produção do fumo é revertida da mesma forma para a subsistência das famílias dos lavradores.

Nesta comunidade a forma de organização funcional das famílias se modifica grandemente, pois precisam deslocar-se até a comunidade-núcleo para as atividades religiosas. Por conta disso, a freqüência aos cultos diminui.

As famílias ucraíno-brasileiras desta comunidade ainda que conservadoras da cultura ucraniana e participantes ativas nas atividades culturais sofrem um lento processo de substituição da cultura ucraniana.

6.1.4 LINHA SANTOS ANDRADE

Linha Santos Andrade localiza-se a aproximadamente 12 quilômetros da cidade e a 5 quilômetros da comunidade núcleo. É uma comunidade bastante isolada, ficando à margem da “Estrada Grande”.

Esta linha é pouquíssimo movimentada por não moradores. Tal condição reduz as possibilidades de escoamento da produção com maior rapidez, assim como dificulta quaisquer socorros, principalmente em dias chuvosos.

A linha tem aproximadamente 10 quilômetros, no entanto, são 21 famílias que habitam-na. As famílias dessa comunidade revelam uma certa homogeneidade econômica, cultural e social. Devido o reduzido número de famílias que habitam essa linha e a falta de recursos financeiros, a comunidade enfrenta situações difíceis. Não tem escola na comunidade nem infra-estrutura básica. As crianças percorrem distâncias consideráveis a pé para a escola que fica na comunidade de Linha Guarapuava (comunidade limitante) ou então deslocam-se para a Linha Esperança tomando o ônibus escolar na “Estrada Grande”. Serviços como telefone e vendas não existem, também não há igreja. Como a igreja é uma organização voluntária e não recebe sustento do governo, precisa depender das doações de seus membros para os fundos operacionais, e a comunidade não dispõe destes recursos.

A atividade agrícola é preponderante nestas comunidades. Não há nem um caso de atividades não agrícolas. O nível sócio-econômico das famílias é bastante baixo, pode ser apreendido pela estrutura física da propriedade, no vestuário e no comportamento das pessoas que habitam-na.

Apesar da miscigenação entre ucranianos e poloneses, esta comunidade

guarda a característica de uma comunidade quase que absolutamente povoada por famílias de descendentes de ucranianos. É uma comunidade que vive sob os moldes da estrutura sócio-econômica semi-original e que não apresenta significativas mudanças. Mesmo com a considerável distância até a comunidade-núcleo, as famílias participam de todas as atividades ali desenvolvidas. Todas as famílias falam a língua ucraniana. Dificilmente ouve-se a língua portuguesa quando comunicam-se entre eles.

6.1.5. LINHA PARANÁ FAXINAL

Paraná Faxinal localiza-se à uma distância aproximada de 17 quilômetros da cidade de Prudentópolis e a aproximadamente 4 quilômetros da comunidade núcleo. É formada por 16 famílias. Recebeu este nome devido à presença do sistema de utilização dos faxinais pelas famílias moradoras. Os faxinais caracterizam-se em primeiro momento, segundo agrônomos, como terras riquíssimas, devido as propriedades físicas dos seus solos. Socialmente representam uma espécie de cooperação entre algumas famílias dado que o uso dos faxinais nas áreas contíguas acontece sem levar em conta o total de terras que cada um dos proprietários possui. Cada proprietário tem o direito de deixar seus animais soltos em toda a área e, o dever de colaborar com a manutenção e o zelo do cercado. Uma das causas da dissolução desse sistema hoje, ocorre pelo descumprimento desses deveres.

Ao contrário de outras linhas pesquisadas o povoamento aqui não aconteceu apenas nas margens da “Estrada Grande”, como é chamada a estrada principal, ou na linha, mas também nos próprios faxinais. As famílias povoam também o interior dos faxinais. Assim como as já apontadas comunidades, Linha Paraná Faxinal é

uma comunidade que depende dos serviços oferecidos na “comunidade núcleo”.

Assim como nas demais comunidades, aqui predomina a produção agrícola como base da economia familiar. A produção consiste no plantio de milho, feijão, fumo, verduras, legumes etc. Para o abastecimento da família, os agricultores ainda criam suínos, aves, bovinos em pequenas quantidades.

É uma comunidade que mantêm fortemente o estilo criado no período da colonização européia. Dificilmente vamos encontrar nesta comunidade moradias de alvenaria. Grande parte das casas são de madeira. Mesmo aquelas que foram construídas recentemente e sofreram algumas alterações, conservam o estilo semi-original. Nesta comunidade há presença de casas construídas ainda pelos próprios imigrantes ucranianos.

Interessante ressaltar que as relações entre vizinhos são bastante fortes. Diariamente mulheres trocam visitas para tomar o chimarrão, enquanto cuidam dos filhos pequenos e dos afazeres domésticos. O encontro dos homens diariamente acontece nos bares (bodegas) da comunidade, quando retornam do trabalho na roça.

Este fato não se verifica na Linha Esperança, onde a troca de visitas é feita somente aos domingos e dias santos. Mulheres que passam a fazer visitas nos dias úteis ao trabalho, são renegadas até que deixem de proceder desta forma.

Percebe-se que alguns hábitos diferenciam uma comunidade da outra. Nota-se pelo exemplo das “mulheres passeiadeiras”.

Em cada uma das comunidades há estruturas que direcionam as práticas dos seus habitantes onde todos aqueles que habitam esta comunidade devem encaixar-se nos padrões de organização social da própria comunidade.

6.2. APRESENTAÇÃO DE 5 FAMÍLIAS, PARTICIPANTES DA PESQUISA

A complexidade que permeia a estruturação das famílias ucraniano-brasileiras dificulta uma apresentação generalizada para entender as lógicas dessa estruturação. Por isso, tendo em vista a plasticidade, a variedade dos recursos alocativos e autoritários e as diferenças na motivação para as ações, que cada família apresenta na sua individualidade, procurou-se aqui fazer uma apresentação individualizada e interpretativa. Cada um dos casos mostra diferentes experiências vividas, porém, unanimemente todos buscam é melhorar de vida.

Para uma apresentação mais detalhada, foram sorteadas cinco famílias, uma de cada comunidade estudada. Todas caracterizadas pela produção agrícola familiar, baseada nos três produtos principais: feijão, milho e fumo.

6.2.1. Rosalina e Pedro – a vida com restrições

1. O primeiro caso é o da família de Rosalina e Pedro³. Esta família mora na comunidade de Linha Esperança. O casal tem 4 filhos e as decisões principais são majoritariamente tomadas pela Rosalina, assim contrariando um pouco as regras internas da comunidade ucraniano-brasileira com uma dominação patriarcal. È Rosalina quem encabeça quase todas as atividades na propriedade, enquanto Pedro a auxilia no encaminhamento das atividades, juntamente com seus filhos.

Dois dos filhos, Goreti (18 anos) e o filho José (10 anos) permaneceram em casa. A filha Maria (19 anos), mora e trabalha com seus tios numa comunidade próxima e só retorna para casa de seus pais na época da colheita de fumo. O filho

mais velho, Nestor (20 anos), mora na capital paranaense, Curitiba, onde casou-se e vive em uma casa alugada. Nestor pretende mais tarde voltar para a terra de seus pais para adquirir um terreno. Ele trabalha de 2^a à 6^a feiras como frentista num posto de abastecimento e, nos finais de semana trabalha como garçom numa churrascaria. Ele é o único filho a estender a rede familiar para mais longe, além dos limites municipais.

A família possui 6,5 hectares de terra. Parte desta terra é destinada para o jardim que fica a frente da casa e, para o pátio onde estão os chamados "paióis" (depósitos para guardar os produtos agrícolas), o galinheiro, o chiqueiro e o quintal onde são plantadas verduras e algumas árvores frutíferas. Uma pequena parte é área de pasto onde se cria o gado para o consumo. O restante do terreno é área reservada principalmente para o plantio do fumo. Como a família não consegue viver somente da produção do fumo no próprio terreno, arrenda terra de relevo fortemente ondulado, distante 5 quilômetros da moradia, onde planta feijão e milho. O terreno mede aproximadamente 5 hectares. A exploração do solo é paga com produto, ou melhor com o feijão e o milho.

A opção pela produção do fumo, produto exclusivamente comercial, é decorrente da dificuldade de sobrevivência com a produção de feijão e milho e a escassez de terra, tendo em vista que tanto o feijão, quanto o milho, são produtos que para serem economicamente viáveis exigem maior quantidade de terra. Por conta disso esses agricultores optaram pela produção de fumo que não necessita de muita terra, e assim eles deixaram de arrendar terras de outros, porque "*precisavam trabalhar bem mais para conseguir uma boa safra, porque tinham que dar ainda para o dono da terra uma parte. Não sobrava quase nada*" (Rosalina).

³ Os nomes das pessoas são fictícios.

O exemplo da família mostra como a organização dos recursos alocativos (seja dos produtos ou os empregos) influí na formação da vida social. A opção pela alocação de um produto comercial, o fumo, deve-se principalmente à disponibilidade restrita dos recursos tradicionais da agricultura camponesa.

Mesmo assim, a renda dessa produção cobre somente as necessidades básicas da família. A família produz em média 3 a 4 mil quilos de fumo por ano. O lucro da produção tanto do fumo quanto de outras culturas agrícolas não é dividido separadamente para cada membro da família de forma que ele possa aplicar o dinheiro para o que ele quiser. Isto é comum em todas as famílias. O lucro da produção é destinado para a alimentação e bens de uso comum. Já no caso do vestuário, os filhos normalmente ganham o seu próprio dinheiro trabalhando para outros. A soma da remuneração, por dia de trabalho, permite a compra de “roupas para sair” e um dinheiro para ter no bolso. “...principalmente os homens, eles têm vergonha de sair sem dinheiro no bolso, as meninas não” (Rosalina). Caso um membro da família queira ter o dinheiro exclusivo, precisa emancipar-se totalmente da família, perdendo alguns benefícios que possuía quando trabalhava junto. A questão do dinheiro mostra-se como uma questão básica na estrutura da família, dificultando a adaptação à sociedade da moda gerada. Quanto ao vestuário, as roupas novas são compradas apenas ao final da safra e principalmente para as maiores festas religiosas do ano, Natal e Páscoa.

Dona Rosalina, vindo do interior do município, mudou-se para esta comunidade após casar-se com Pedro. Ela prefere a comunidade por ser melhor localizada e mais próximo da cidade. A mobilidade da família não é intensa, devido um certo tradicionalismo campesino. A família não vê no mercado de trabalho não-agrícola, uma alternativa para incremento a renda. Essa negatividade que coincide

com uma certa rejeição pela vida urbana provêm da experiência de Nestor na grande cidade. A possibilidade de ter um filho trabalhando no meio urbano, permite à família visualizar melhor a realidade da vida nos grandes centros, muito diferente das idéias ilusórias veiculadas pelos meios de comunicação de massa. A manutenção da cultura ucraniana (língua e religião) resulta aqui principalmente de uma não-adequação à sociedade capitalista moderna.

A família pouco participa de festas. “*Não tem dinheiro para gastar em festa*” (Rosalina). Além disso, em termos festivos a vida dos pais da família é bem sedentária. Seus domingos são divididos em duas partes. Na parte da manhã a família vai à missa ucraniana ou à novena e na parte da tarde os pais (Rosalina e Pedro) visitam vizinhos ou parentes próximos, enquanto os filhos encontram-se com outros amigos.

A organização do tempo de lazer demonstra a forte dependência da família da integração social dentro da comunidade. Isto explica-se predominantemente pela falta de recursos financeiros.

Grande parte daquilo que caracteriza a cultura é mantido, dada a ínfima possibilidade de integração sistêmica, até porque não possui uma televisão em casa, meio responsável pela introdução de novos valores e desestruturação organizacional da família. A significativa freqüência dessa família à igreja ucraíno-católica provavelmente é responsável pelo equilíbrio emocional constante na família. E, segundo Rosalina é uma maneira de aceitar as condições pelas quais a família passa.

6.2.2. Mateus e Ana – uma história de sucesso com forte monetarização

2. Mateus e Ana moram na comunidade de Linha Ivaí - 2ª Seção, possuem 5 filhos.

A mais velha, Maria (28 anos), já é casada, tem dois filhos, mas trabalha com seu marido no terreno pertencendo aos seus pais e produz fumo em conjunto com eles. Elizeu (23 anos), Julia (21 anos), Ana Maria (19 anos) e Josélia (11 anos), são todos agricultores. Josélia mora parcialmente no Colégio Interno da cidade de Prudentópolis para estudar e retorna durante as férias para trabalhar com seus pais na lavoura, principalmente na colheita do fumo. Como na família de Rosalina e Pedro, a família está altamente integrada na sua atuação econômica como camponeses. Quase todo o trabalho se faz em conjunto ou na base de divisões individuais nos terrenos diferentes.

A família possui 24,20 hectares de terra, divididos em 4 terrenos pequenos. Todos estes localizam-se nas proximidades da casa e são de relevo com declives variando de suaves à fortes. Apenas a área destinada para o plantio do fumo é plana e localiza-se mais próximo da casa/moradia. O preparo do solo é feito pelo arado de tração animal. Toda a terra que a família explora é própria e foi adquirida principalmente por herança e compra. A família tinha ainda além da produção agrícola, durante aproximadamente 10 anos um ponto comercial, a venda. Com a reestruturação do espaço geográfico dinamizou-se mais a comunidade. Com o advento da linha de ônibus e a melhoria nas estradas, os fregueses de Mateus, passaram a fazer sua compra na cidade, obrigando Mateus a cerrar o ponto comercial que possuía.

Apesar de estar produzindo e alcançando benefícios, Mateus e Ana disseram estar preocupados com o futuro da vida deles. Por isso, para assegurar a vida no futuro, não deixam de pagar o sindicato dos trabalhadores rurais que encaminha o lavrador para a aposentadoria e fornece importantes informações.

A produção agrícola desta família gira em torno da produção para o autoconsumo, das culturas parcialmente comerciais, o feijão e o milho, e de uma cultura exclusivamente comercial, o fumo. As gerações passadas já artesanalmente produziam o fumo, exclusivamente para o autoconsumo ou como é dito aqui “pro gasto”. Este fumo é utilizado para a confecção do palheiro ou “paiêro” e, a opção por produzir o fumo comercial vem de encontro com a perspectiva de melhorar de vida, já que o feijão preto não tem boa aceitação no mercado. A idéia de integrar-se a indústria fumageira surgiu somente depois de uma tentativa frustrada de criação de suínos via agroindústria.

A opção pela produção de fumo comercial, resultou numa considerável alavancada na família. Como principal recurso alocativo da família. A produção anual de 4.000 quilos de fumo, durante 8 anos rendeu reformas na casa, investimentos na propriedade e um carro (uma camioneta) dentre outras coisas. Segundo a família, com o feijão isso nunca teria dado certo. Consequentemente a família não vê desvantagem nenhuma em produzir o fumo e diz que basta trabalhar como o instrutor manda. A produção em conjunto com a filha casada é consequência da falta de mão-de-obra ocasionada pelo problema de saúde de Mateus.

Este exemplo mostra como, quando os recursos alocativos como terreno, experiência agrícola e trabalho se juntam, a produção fumageira pode ter êxito, facilitando uma modificação do estilo de vida através da monetarização.

A família sente-se bem na Linha Ivaí, todavia, ainda não tiveram experiência em outros lugares. Apesar de algumas dificuldades em obter maiores recursos financeiros, tratar da saúde etc., a família não pretende “mudar de ninho”, disse Ana. “Aqui a gente tem liberdade, conhece todo mundo, aqui está o cemitério de nossos pais e fica difícil sair daqui”. Isto mostra que a vizinhança, a forma de integração

social é importante para fixar a família na comunidade. Verifica-se que o que integra socialmente as famílias não são apenas os bens materiais, mas os laços de parentesco e a vizinhança. Estas são as verdadeiras qualidades.

A religião é greco-católica. Nela se orienta o casal e os seus filhos. São participantes ativos dos movimentos religiosos da igreja e o casal fala e lê na língua ucraniana. O fato de serem bisnetos de ucranianos, ajuda a manter a cultura ucraniana que é bastante presente. Mateus e Ana são assinantes assíduos do "Missionário", uma revista editada em ucraniano pelos padres basilianos. Mateus ainda é membro ativo na igreja, sempre foi requisitado para as atividades comunitárias religiosas.

Esta família faz parte de alguns casos de famílias de ucraíno-brasileiros que mantêm a cultura ucraniana e modificam o estilo de vida através da monetarização proporcionada pelos maiores e melhores recursos alocativos que a família possui.

6.2.3 Marquiano e Gertrudez – agricultura marginal com forte monetarização

3. A terceira família é formada de 8 pessoas. Marquiano (47 anos), Gertrudes (34 anos) que têm os filhos Marcos (22 anos), Marcelo (20 anos), Mariana e Marinês (18 anos) filhas gêmeas da família e os dois filhos mais novos, Bernardo (14 anos) e Miguel (12 anos). Miguel é o único filho que ainda estuda na 4^a série do ensino fundamental. Outros filhos não continuaram os estudos, devido as necessidades de mão-de-obra agrícola familiar. Como as filhas gêmeas podem ser consideradas mão-de-obra excedente, elas trabalham como empregadas domésticas na sede do município e recebem cada uma um salário mínimo. Atualmente, os 4 filhos homens trabalham na plantação de fumo e feijão, sendo

que o último produto se restringe exclusivamente ao consumo da família. A família mora na Linha Santos Andrade.

A família se apresenta um pouco dispersa. Dada a escassez de terra, a atividade principal (base) da família e recurso alocativo, é a plantação do fumo que é feita numa pequena porção de terra, em torno de 5 hectares, a poucos metros da casa.

Com um total de 4 filhos mais pai e mãe, dependentes da terra para a sobrevivência, a família resolveu mandar a mão-de-obra excedente para a cidade a fim de aliviar a pressão econômica e também angariar recursos de outra forma. O trabalho desenvolvido pelas filhas minimiza a situação econômica da família.

A produção do fumo, em torno de 4000 quilos/ano, aumentou a expectativa da família em conseguir melhorar as condições de vida no campo. Juntando a contribuição das filhas e o lucro anual na produção do fumo, que gira em torno de 3 a 4 mil reais a família já sente grandes melhorias.

Conforme dito, as duas filhas gêmeas trabalham na sede do município de Prudentópolis e encaminham a metade do salário, para a sua família no meio rural, enquanto com a outra metade preparam o casamento, seguindo desta forma uma antiga tradição, mas tiram a família do contexto tradicional, através da integração na economia monetária e salarial. Apesar dos ganhos serem incipientes, buscam emprego para um dos irmãos. Assim, as filhas podem ser consideradas como elementos fortalecedores da rede dos recursos alocativos destinados à reprodução da família e do estabelecimento agrícola. Mas, em consequência elas assumem um destacado lugar também na esfera autoritária a medida que começam exercer controle sobre a organização do domicílio familiar, rompendo a estrutura tradicional.

Como o restante da família realiza fracas conexões com a cidade, as filhas trazem idéias e estilos urbanos, os quais não são bem aceitos pelos pais e pela vizinhança, que já faz dos pais vítimas de duras condenações. A constituição do trabalho pluriativo no domicílio em rede fez os recursos alocativos servirem para ampliar um dos cômodos da casa, adquirir uma geladeira e assegurar a permanência no campo de pelo menos uma parte da família. O preço social é uma certa segregação dos vizinhos devido ao estilo das filhas.

Ao contrário do caso de Marquiano e Gertrudez, onde a monetarização resultou num destaque na pirâmide social, um sucesso menos visível dessa inserção resultou numa condenação pela própria comunidade. O que provocou isto não foi o próprio negócio comercial, mas o rompimento de algumas regras sociais no sistema de legitimação. Conforme as regras numa sociedade camponesa, falhas de uma pessoa da unidade domiciliar geralmente resultam na condenação da família inteira.

A língua ucraniana é presente, embora as filhas já demonstrem uma certa resistência e desvalorização ou até mesmo vergonha.

A família participa esporadicamente das festas de igreja. Não tem uma efetiva participação na organização das mesmas, mas sempre auxilia em que pode, como doação de prendas (qualquer produto doado pela família para ser leiloado na festa) para o leilão. Para a família torna-se difícil participar por que “o dinheiro não é suficiente nem mesmo para coisas mais urgentes”. O modo conservador de agir de Mateus e Gertrudez, conflita com o modo de agir de seus filhos, principalmente de suas filhas que trabalham na cidade e que procuram mudar até a forma de agir e pensar de seus pais.

6.2.4 Uma propriedade familiar agrícola dividida – entre o campo e a cidade

4. A quarta família, assim como a primeira, estende suas relações sociais do meio rural para o meio urbano. Essa família é formada de 7 membros. O pai chama Alfredo (50 anos) a mãe Ana (45 anos) têm 5 filhos, Getúlio (22 anos) Mônica (20 anos), Rafael (17 anos), Augusto (12 anos) e Francisco (10 anos). A família mora na Linha Paraná Faxinal.

A família dispõe de apenas 5 hectares de terra para produzir produtos para a subsistência, comercialização, e para a criação de animais. A família produzia também o fumo, porém decorrente do baixo lucro obtido pela produção durante três anos consecutivos a família este ano deixou de produzi-lo.

A escassez de terra marca este domicílio, resultando em produção para a própria subsistência e criação de alguns animais para o próprio “gasto” ou seja, para consumo familiar. Devido a tal situação, Alfredo (pai) ao qual foi atribuído o recurso autoritário da rede familiar resolveu, devido a “pressão demográfica” (CHAYANOV citado por KERBLAY 1979), estimular a ida de seus filhos em busca de recursos alocativos para assegurar a família um tanto quanto numerosa no campo. Getúlio e Mônica foram trabalhar na cidade. Getulio trabalha numa oficina mecânica no município de Prudentópolis. Mônica empregou-se com a ajuda de sua vizinha na cidade de Curitiba em casa de uma família. A amizade de Mônica, com a vizinha, “política da boa vizinhança”, contribuiu para um melhor desfecho da situação em que se encontrava a família. Análogo ao caso do domicílio 3, os recursos alocativos desses filhos se destinam ao suprimento das necessidades básicas. Neste caso, são adquiridos materiais escolares para os irmãos estudantes, aumento dos cômodos para visitas e instalações sanitárias. Interessante neste fato é notar a preocupação

dos filhos em aumentar os cômodos para as visitas. Não é visado primeiramente o bem-estar da família, os espaços de repouso familiar continuam extremamente contraídos.

No terreno arrendado (6 hectares) foi construído um “paiol” onde o pai e um dos filhos permanecem durante a semana, plantando milho e feijão. Apenas nos finais de semana voltam para a casa. A mãe e seus filhos estudantes desenvolvem atividade agrícola próximo à residência. Pode-se considerar que o pai e um dos filhos participam de um tipo de “dupla moradia”. O espaço de produção agrícola do referido domicílio, se estende para além dos limites da sua propriedade e adentra as terras de outros. Os recursos autoritários desse espaço se dividem durante o período de arrendamento, onde arrendatário e proprietário exercem domínio sobre o mesmo terreno.

O que se verifica nesta família é que o emprego da mão-de-obra excedente fora da comunidade assegura a permanência da família no campo, e melhorias na casa. Essa divisão decorrente da falta de terra, passa a ser uma alternativa para a família. Entretanto, acontece a individualização da mão-de-obra, a descoletivização dos interesses familiares e a quebra do recurso autoritário do pai. Nesta situação o funcionamento interno das unidades familiares sofre uma reorganização e dissolve-se a antiga estrutura hierárquica familiar

Acontece uma inversão da autoridade dos pais e descentraliza-se o poder. Quem controla ou coíbe as decisões não é apenas o pai ou a mãe, mas também os filhos. Todos dividem a autoridade e contribuem com os recursos alocativos para a reprodução da unidade produtiva e da família. As decisões relacionadas aos recursos são tomadas geralmente em conjunto, o pai, a mãe e os filhos.

As famílias cultivam seus valores culturais e principalmente religiosos. A religião é um veículo de integração social. A língua, assim como nas demais comunidades, é aqui um veículo de integração social. Utilizam o ucraniano somente para comunicar-se na própria comunidade, igreja local ucraniana e atividades de cunho religioso. O contato social fora de suas comunidades dá-se através da língua veicular⁴ que é o português, uma forma de integração com moradores não ucranianos e com a sociedade em geral. Nestas famílias, ainda procura-se conservar o ucraniano, resistindo conscientemente ou inconscientemente ao seu desprestígio.

6.2.5 Mário e Maria – uma propriedade familiar exclusiva

5. O quinto exemplo vêm para demonstrar que comparativamente, as famílias de lavradores rurais possuem muitas coisas em comum dado o sistema em que se inserem. Propositadamente apresenta-se aqui, um exemplo de uma família de descendentes de polonês com brasileiro. Nesta família, apesar da descendência polonesa estar presente, em nenhum momento se manifestam traços que lembrem esta cultura. A perda de identidade é marcante.

A família é formada por Mario (50 anos) e Lúcia (48 anos) e seus 9 filhos, Mario (34 anos), Julio (32 anos), Celi (30 anos), José (28 anos) Leo (27 anos) Amélia (25 anos), Lúcio (23 anos), Tadeu (22 anos) e João (20 anos) dos quais 7 são casados. Todos os seus filhos são agricultores e cada qual já constitui família. O casal Mário e Lúcia possuem 121,10 hectares divididos em 5 terrenos e dividem

² RAFFESTIN(1993) vai chamar de língua veicular, utilizada pelas famílias para manter contatos com pessoas de fora do seu meio e principalmente para comercializar o excedente da produção.

essas terras com os 2 filhos solteiros e 7 filhos casados que já constituíram sete novas famílias.

Os 5 terrenos que estas famílias possuem e neles produzem, localizam-se em diferentes comunidades, alguns distantes 15 a 20 quilômetros da residência. Para esta família o trabalho nestas comunidades distantes cria um nova residência, um tipo de residência que pode ser chamada de “sazonal” dado, que os agricultores permanecem nela somente nos dias de trabalho, exigidos pelo tipo de cultura agrícola. Este fato nos retorna a WAIBEL (1949, p.241), quando falava que a ida e a vinda dos agricultores da lavoura para a moradia e da moradia para a lavoura acarretava uma considerável perda de tempo. Isto foi percebido e sentido pelas famílias e justamente para livrar-se de tal problema hoje constroem as “residências sazonais”.

Mãe e pai e seus filhos solteiros, são produtores de fumo, e recebem ajuda dos demais filhos nessa produção. Anualmente produzem em média 6000 quilos de fumo. A renda da produção do fumo já rendeu à família 20 alqueires de Terra. A família não está preocupada com o luxo e bens materiais para a casa. Segundo Maria, todo o lucro da produção é investido na compra de terra para os filhos, na construção das casas para os mesmos e na alimentação da família.

A família de Mário e Lúcia possuem uma diferenciada forma de organização espacial da propriedade. Ao contrário das famílias ucraíno-brasileiras, sua propriedade tem outras funções e padrões. A moradia não é cercada, a plantação de flores e árvores não possui espaço próprio. Verduras e legumes são plantados nas roças. A divisão interna da moradia também não segue padrões, não possui funções tão definidas quanto nas famílias de ucraíno-brasileiros. Provavelmente, essa forma diferente de organizar a propriedade mantém-se porque Lúcia é filha de brasileiros e

apenas sofreu parcialmente a aculturação, dado que vive bastante isolada da vizinhança.

A família participa de celebrações na igreja do rito-latino, apesar de entender a língua ucraniana e ter incorporado alguns costumes ucranianos. A religião é fundamental para Maria, e é no catolicismo que educou todos os seus filhos e agora, ainda participa na educação religiosa de seus netos.

O mais interessante é que mesmo não tendo origem ucraniana, a culinária ucraniana, a língua ucraniana são praticadas. Vale ressaltar que todos entendem a língua ucraniana, mas não falam.

A terra, nesta família, manteve a família toda na atividade agrícola. A rede familiar não se estendeu para diferentes espaços, ou melhor para fora do município. Os filhos casados se estabeleceram ao redor da casa dos pais. A separação espacial é pequena, e o contato entre as famílias é diário. Tanto os pais quanto os filhos, realizam atividades de lazer somente na própria comunidade.

7. A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA CAMPONES DAS FAMÍLIAS PESQUISADAS

Conforme a teoria de A. GIDDENS (1991), o sistema do camponês ucraíno-brasileiro pode ser visto como um complexo arranjo da agricultura familiar, reunindo estruturas de significação, dominação e legitimação, formando comunidades que vivem uma integração social entre duas forças e integração sistêmica, a da cultura étnica e a da modernização. A base deste arranjo é a terra, as formas de produção e a estrutura da moradia das pessoas.

Os resultados apresentados aqui foram levantados durante entrevistas na base de um questionário aplicado para 26 pessoas, geralmente chefes das propriedades rurais. Eles facilitam o entendimento avançado das estruturas já relatadas neste trabalho e dão um enfoque maior, como as pessoas conseguem trabalhar os conflitos existentes entre integração social e integração sistêmica no processo da modernização da agricultura camponesa brasileira.

7.1. A TERRA E OS TERRENOS COMO BASE DOS AGRICULTORES PESQUISADOS

Um recurso alocativo básico na vida do camponês é a disponibilidade de terra. Entre os entrevistados, 38,4% das famílias possuem apenas um pedaço de terreno, o qual é dividido pela família em parcelas com diferentes funções (figura 8). Do total de 26 famílias pesquisadas 53,4% possuem mais que uma parcela de terra (tabela 02), as demais geralmente localizadas a distâncias consideráveis da moradia.

TABELA 02 - A DISTRIBUIÇÃO DE TERRENOS NAS FAMÍLIAS PESQUISADAS

Descrição	Freqüência	Porcentagem
Quantos terrenos a família possui?		
1 pedaço (junto da moradia)	10	38,4
1 principal e mais 1	4	15,3
1 principal e mais 2	3	11,5
1 principal e mais 3	4	15,3
1 principal e mais 4	3	11,5
Não tenho	2	7,6

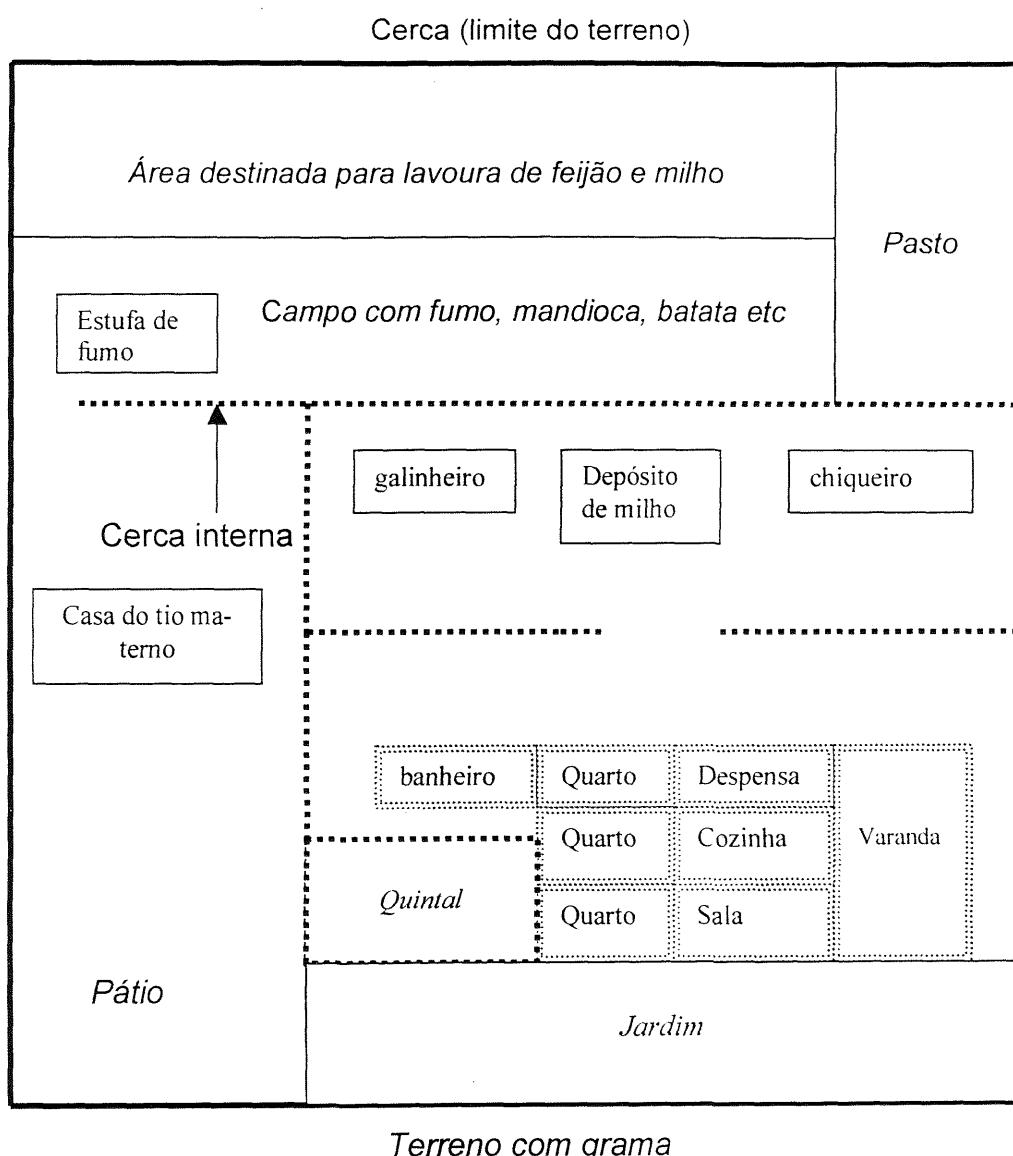
FONTE: Cecilia Hauresko, 2000

No caso em que existem diversos terrenos, na parcela principal, percebe-se uma divisão entre vários espaços. O espaço-núcleo ao redor da casa é reservado para o jardim, a horta e algumas árvores. Esse espaço é delimitado pela cerca para impedir a entrada de animais. O segundo espaço, também cercado, é destinado geralmente para o passeio e alimentação das galinhas, e é também neste espaço que se localizam os depósitos de alimentos. O terceiro espaço é restrito ao pasto, onde ficam soltos os animais de grande porte, exceto nas áreas de faxinais. Nas comunidades-núcleo principalmente o terceiro espaço é bastante utilizado porque há necessidade de fechamento dos animais.

Se a família possui apenas um terreno, no quarto espaço ou ainda em conjunto com o terceiro espaço faz-se a plantação de feijão, milho, fumo, arroz, mandioca etc. Cada proprietário precisa proteger a sua plantação do ataque dos animais por isso cerca a área destinada aos mesmos. Da mesma forma tem o dever de cuidar da plantação dos vizinhos, e também espera que eles façam o mesmo.

Devido as características herdadas durante a fase da colonização, no município de Prudentópolis não há concentração de terras em grande escala. 50%, ou

FIGURA 08 - EXEMPLO DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DAS PROPRIEDADES
DAS FAMÍLIAS UCRAÍNO-BRASILEIRAS



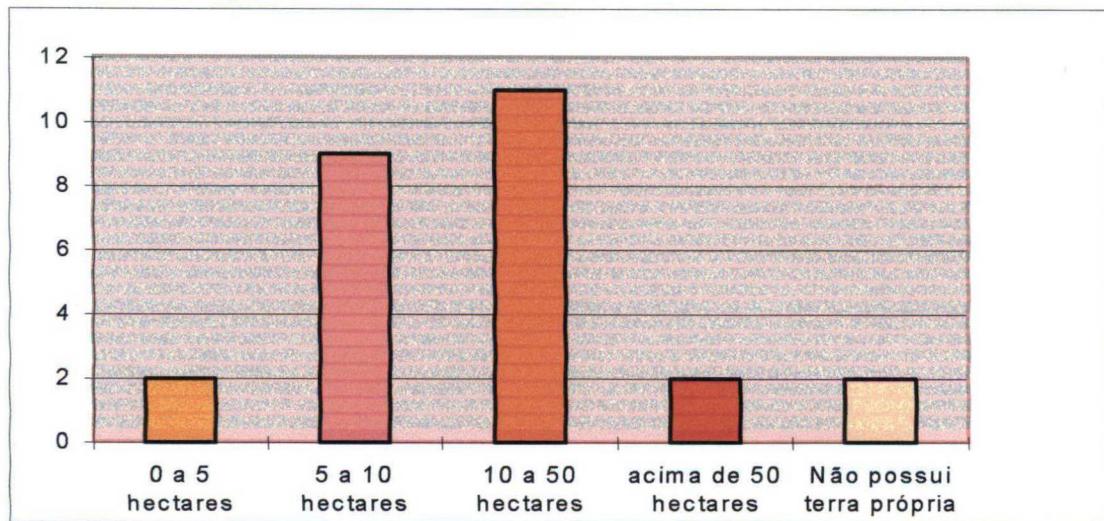
seja 13 das 26 unidades produtivas familiares que foram pesquisadas possuem em média, 18,29 hectares. A exposição (gráfico 01), mostra que há poucos hectares disponíveis para exploração agrícola, além do mais o agricultor precisa também dispor, ao lado do terreno para o plantio, de terreno para a pastagem, o quintal, o jardim e o pátio.

Conforme dados obtidos, 53,9%, das famílias trabalham em terras relativamente planas, 46,1% possuem os seus terrenos divididos, conforme a topografia, entre plano e ondulado. As famílias que possuem o terreno dividido nestas condições, plantam fumo no terreno plano e outros produtos agrícolas nos terrenos mais inclinados. Percebe-se que o relevo determina também as atividades do agricultor ou melhor o seu sistema de exploração da terra.

A condição topográfica dos terrenos reduz, em geral, o grau de mecanização da lavoura prudentopolitana. Os terrenos da área abrangida pela pesquisa caracterizam-se por um relevo de plano a suavemente ondulado e grande parte das famílias já produzem parcialmente em terras mecanizadas (veja gráfico 03). Todavia, tanto o sistema de mecanização, quanto o de queimada, dividem o espaço no tangente ao preparo da terra para as plantações.

GRÁFICO 01 - QUANTIDADE DE TERRA QUE AS FAMÍLIAS POSSUEM

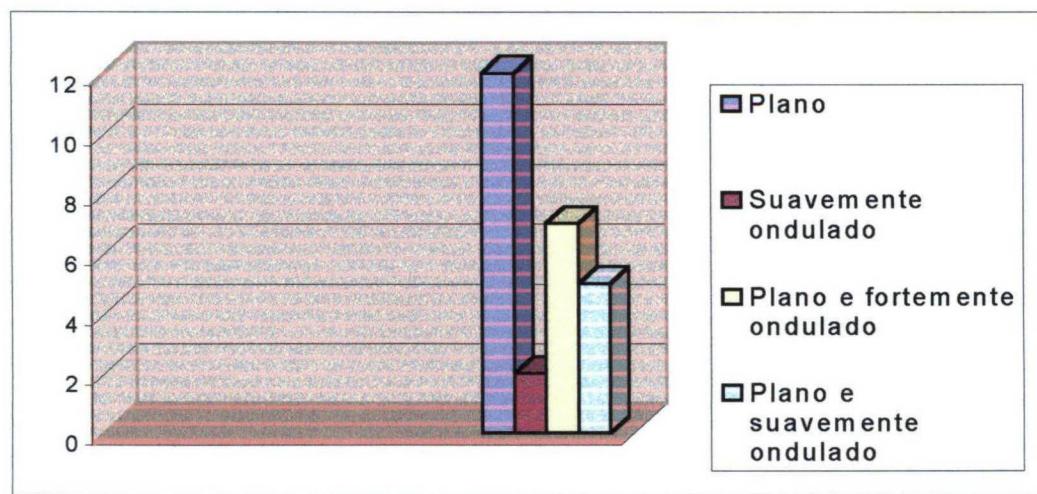
Número de famílias



FONTE: Cecilia Hauresko, 2000

GRÁFICO 02 - TOPOGRAFIA DO TERRENO UTILIZADO PELAS FAMÍLIAS

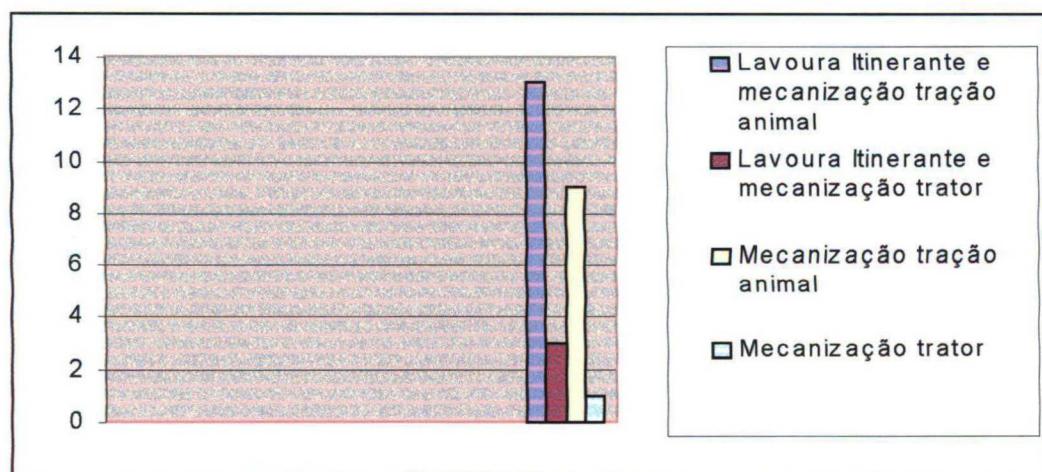
Número de famílias



FONTE: Cecilia Hauresko, 2000

GRÁFICO 03 - SISTEMA DE UTILIZAÇÃO DA TERRA PELAS FAMÍLIAS UCRAINO-BRASILEIRAS

Número de famílias



FONTE: Cecilia Hauresko 2000

Na área estudada, existem dois tipos de produção agrícola, geralmente baseadas nas condições ecológicas diferenciadas dos terrenos. O sistema de “roça” ou “queimada”, definido por WAIBEL (1949) de “lavoura itinerante”, existe ao lado da lavoura mecanizada. De certo modo, a produção de fumo provocou uma substituição mais forte do sistema itinerante pela lavoura mecanizada. Conforme verifica-se na pesquisa (veja gráfico 03), o preparo da terra é ainda feito por 50% das famílias, com a utilização do arado de tração animal. Apenas 15% das famílias utilizam o trator para fazer o preparo do solo, porém nenhuma família possui trator próprio. Neste caso, o serviço é feito mediante o pagamento ao proprietário do trator, de horas empregadas para o preparo do solo. Cada hora dispensada custa 40 reais em dinheiro ou em trabalho. Segundo as famílias, a utilização do trator resulta em economia de tempo e rapidez maior, para a conclusão do plantio. 34,7% das famílias produzem somente em terrenos mecanizados. Elas possuem terrenos planos locali-

zados nas proximidades da moradia, o que facilita todo o processo de produção agrícola. Geralmente, apenas as áreas destinadas para o plantio do fumo são mecanizadas com trator. A região, onde se encontra o núcleo urbano e as comunidades adjacentes possuem um relevo mais plano ou suavemente ondulado.

Só 11,5% das famílias ainda são exclusivos adeptos do sistema de lavoura itinerante, pois possuem parcelas de terras não-mecanizáveis. O sistema de "lavoura itinerante" é utilizado em terrenos fortemente ondulados que destinam-se ao plantio do feijão e do milho.

A maioria das famílias emprega o sistema roça e o sistema mecanizado paralelamente. Nestes casos, os terrenos planos são utilizados para a plantação do fumo, enquanto os terrenos de suave a fortemente ondulados são utilizados para a plantação de feijão e milho. Surpreendentemente, estas famílias reduziram significativamente a utilização do sistema "roça" para o plantio do milho e do feijão, resultado principalmente da escassez de mata para a produção de lenha no processo de secagem do fumo. Assim, a introdução da produção de fumo para a indústria pode ser interpretada, no caso destas famílias como uma modificação dos recursos ecológicos alocativos, o que obriga a diminuição do plantio do feijão e do milho antiga-mente cultivados neste sistema. Isso mostra claramente que as famílias deixam o sistema de "queimada" por terem adotado novas técnicas, participando de um pro-cesso de modernização. Percebe-se, uma substituição "forçada" pelo processo de produção do fumo.

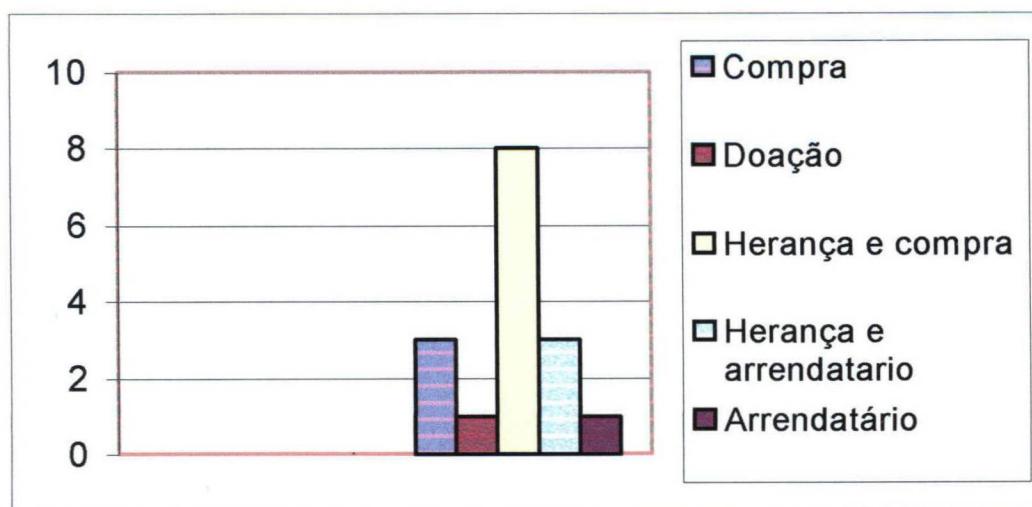
Essa realidade vem mostrar o quanto o terreno conforme sua topografia, sua qualidade do solo etc., interfere como recurso alocativo na ascensão econômica e social do camponês durante o processo de modernização.

Em outra forma, a disponibilidade do terreno entra também em jogo como

propriedade ou acessibilidade dos recursos alocativos, através de recursos autoritários como título, herança, doação etc. O uso e a posse das terras nas comunidades dá-se de formas diferenciadas (gráfico 04). Os agricultores que tiveram acesso a terra por herança e compra, são proprietários. Já aqueles que receberam a terra por herança e são arrendatários, além, de serem proprietários são também parceiros de safra, porque pagam o arrendamento com uma cota das safras. Em geral, os proprietários são consideravelmente mais velhos do que os arrendatários, sendo os últimos geralmente agricultores que constituíram família recentemente. Comumente, os proprietários têm situação mais vantajosa e ocupam um *status social* mais elevado do que arrendatários.

GRAFICO 04 - ACESSO A TERRA PELOS AGRICULTORES UCRAÍNO-BRASILEIROS

Número de famílias



FONTE: Cecilia Hauresko, 2000

Nota-se também no gráfico 04, que o acesso à posse e uso da terra na significativa maioria das famílias acontece pela herança. A instituição da herança fun-

ciona não só como uma forma de assegurar a propriedade da terra nas mãos da mesma família, mas como forma de repasse do recurso alocativo e autoritário que deve manter a reprodução dessas famílias. O direito do filho à propriedade da terra de seus pais assegura também um vínculo forte entre os membros que a compõe, mas também gera conflitos. Isso se verifica quando o filho, que sempre trabalhou na roça e colaborou com a família, recebe um pedaço de terra maior que os demais que saíram para trabalhar fora.

Nas comunidades pesquisadas, a terra produtiva em quantidade suficiente para a reprodução da família é um dos elementos chave da permanência dos filhos na agricultura. Evidentemente, o excedente de terra é o bloqueador da migração dos filhos para os centros urbanos e em contrapartida a escassez de terra e a consequente mão-de-obra excedente são ativadores dessa migração.

De forma geral, as estruturas agrárias, as formas de uso da terra e o acesso a ela, como recursos alocativos e autoritários, influem nas vidas e no bem-estar da população rural, não somente sob o ângulo econômico, mas também geram outros tipos de problemas. Por exemplo, os arrendamentos estão associados com as casas pobres e mal cuidadas, baixo nível de alfabetização e alimentação insuficiente nestas comunidades.

7.2. AS MORADIAS E OS MEIOS DE TRANSPORTE

As moradias funcionam, da mesma forma como os terrenos, como recursos alocativos dos agricultores. Principalmente a casa própria é um componente básico na constituição da propriedade familiar. Representa o centro das atividades produtivas, mas também pode ser interpretada como foco da estrutura social (a família) e

do elemento psicológico, garantindo o sentido da vida dos agricultores e simbolizando o centro quase místico e cósmico da vivência social. Tanto é que dificilmente acontece o casamento se o homem não construiu uma casa, ou ainda não a possui.

Nas comunidades pesquisadas coexistem, casas de alvenaria, consideradas "modernas", e casas de madeira construídas em estilo europeu da cultura ucraína-polonesa (casa de colono). 69,2% das famílias ainda moram em casas de madeira porém anseiam em algum dia construir uma "casa melhor" ou seja, uma casa de alvenaria. Quando não conseguem construir uma casa de alvenaria, efetuam pequenas emendas em suas casas para que ao menos parte de sua casa contenha aquilo que no momento é o "moderno". Acontece, desta forma, uma mistura do original com o moderno e uma certa transição de padrões culturais. Pode-se prever que, brevemente, ocorrerão muitas alterações nas moradias, caso o sistema econômico viabilize esta transformação, induzindo uma gradativa perda das padrões tradicionais.

Numa interpretação conforme à teoria da estruturação, as modificações das casas se inserem não só no sistema de dominação, garantindo a organização da família como unidade social ou produtiva, mas igualmente nos sistemas de significação, como também de legitimação (casamento). Assim, a própria casa e sua forma representa um indício de processos culturais que utilizam as duas integrações sistêmicas (ucraíno-brasileira e moderna), induzindo uma competição entre os moradores das comunidades para alcançar uma ascensão social maior.

A capacidade de locomover-se dentro da sociedade faz parte deste conjunto. Para locomover-se da sua moradia, 65,4% das famílias utiliza-se da bicicleta, do transporte coletivo, da carroça puxada por cavalos ou bois e da chamada "carona". Desta forma, a mobilidade fica relativamente reduzida.

A bicicleta é utilizada apenas quando algo pode ser resolvido por uma só pessoa da família numa distância dentro do município, principalmente quando não há necessidade de carregar cargas. Ao contrário da bicicleta, a carroça é utilizada para passeios familiares e para transporte de produtos agrícolas, igualmente só de alcance municipal. Neste contexto, a carroça é pouco utilizada para o transporte da produção até a cidade, já indicando que o sistema econômico serve como indutor de uma gradativa "modernização" e mobilidade. Todos estes meios são intra-municipais e intra-comunitários.

O transporte coletivo é utilizado com freqüência, porém está diretamente vinculado à carona, que ocupa o 1º lugar entre os entrevistados, desde que o proprietário do veículo não cobre a passagem ou cobre um valor inferior à passagem de ônibus. É comum encontrar pessoas à margem das estradas sinalizando para pedir carona. Este é recurso para retornar da cidade ou chegar até ela com antecedência. Carona e ônibus significam uma ampliação da mobilidade, não tanto em termos de distância, mas em termos de economizar tempo. Assim, eles facilitam principalmente a atuação do agricultor no plano dos seus trabalho e incentivam, em segundo plano, também um contato maior com a cidade como "cultural broker".

Não é expressiva a motorização individual. Apenas 26,9% das famílias possuem veículo próprio ou utilizam ônibus. Este fato mostra a ainda forte integração social das comunidades que ficam, na maioria das suas pessoas, restringidos nas distâncias de alcance entre os seu pares, conservando – ainda – a integração social. Uma modernização dos veículos, isto fica claro na base dos dados, seria seguida quase logicamente por uma mobilidade maior, tendo como consequência um enfraquecimento das forças coesivas da comunidade.

7.3. A PRODUÇÃO AGRÍCOLA

A produção agrícola representa, principalmente, uma inserção das famílias rurais num sistema de dominação. Dominação não só no sentido do controle dos seus recursos ecológicos alocativos, mas também como produtores e agentes no sistema de subsistência ou comercialização.

O cultivo do fumo não iniciou nas comunidades pesquisadas com a integração à indústria fumageira. Pode-se verificar em tabela 3, que já havia tradição de cultivar o fumo para a confecção do fumo em corda, destinado à venda no mercado local e para o consumo próprio. 65,4% das famílias já tiveram como antecedentes pais e avós que produziam o fumo nesta forma artesanal e com cuidados especiais. Esta produção e o uso do fumo estão culturalmente inseridos numa forma de integração social, com o consumo próprio que acontece geralmente em conjunto com outros agricultores ou membros da família, ou com a comercialização no mercado local que significa uma tímida integração sistêmica.

O fumo produzido via integração com a indústria possui um outro valor, um outro sentido social, pois o agricultor não o transforma em uma mercadoria utilizada no seu alcance social, como acontecia com o fumo artesanal, mas pronto para o uso e comércio de longa distância. Neste contexto, o fumicultor participa apenas de uma parte do processo de produção do fumo, submetido à uma divisão de trabalho e desconectado de uma negociação direta do uso e do preço da mercadoria.

Este processo é relativamente recente e gradativo, como mostram os dados revelados entre os 26 produtores da pesquisa. Nos últimos 3 anos observou-se uma certa intensificação deste processo. Conforme os dados, ele coincide com uma diminuição da variedade dos produtos produzidos pelos camponeses, dando somente

espaço aos dois principais produtos econômicos, o milho e o feijão, indicando uma especialização e comercialização maior da produção.

TABELA 03 – O SISTEMA DE DOMINAÇÃO E A ESTRUTURAÇÃO DA VIDA DOS CAMPONESES

continua

Descrição	Freqüência	Porcentagem
Alguém da família já tinha a tradição de plantar o fumo?		
Nossos pais	17	65,3
A própria família	3	11,5
Ninguém	2	7,6
Quanto tempo já trabalha para a indústria do fumo?		
1 a 3 anos	6	23
3 a 6 anos	4	15,3
6 a 9 anos	4	15,3
9 a 12 anos	5	19,2
12 a 16 anos	4	15,3
16 a 20 anos	3	11,5
Quantidade de fumo produz por ano?		
3000 a 4000 quilos	13	50
4000 a 5000 quilos	10	38,4
5000 a 7000 quilos	3	11,5
O que produz além do fumo		
Feijão e milho (consumo e comércio)	13	50
Arroz, feijão, batata, cebola, alho, milho, mandioca (na roça) e verduras no quintal da casa	6	23
A condição sócio-ecoômica mudou com a produção do fumo?		
Melhorou bastante	14	53,8
Melhorou um pouco	5	19,2

Não mudou	3	11,5
Ainda não sei dizer	3	11,5
Não respondeu	1	3,8

FONTE: Cecilia Hauresko, 2000

Conforme mostra a tabela 03, as famílias produzem de 3000 a 7000 quilos de fumo (matéria-prima) que, encaminhado para a indústria, é submetido a diferentes processos até tornar-se mercadoria. Assim, o agricultor não vê o resultado final de um produto que teve a sua participação, isso mostra como o produto (fumo) interrompe a integração social da comunidade também em termos econômicos.

A satisfação geral das famílias (poucas se dizem contrárias ao efeito da produção integrada) indica que, na avaliação subjetiva das pessoas, esta desintegração social não está percebida como um fator negativo na comunidade. Pelo contrário. Nota-se que, apesar da perda parcial do controle dos recursos autoritários na relação entre o agricultor e a industria do fumo, há uma grande satisfação do agricultor proveniente desta relação, dada a possibilidade de aquisição de recursos alocativos que proporcionam maior bem-estar e um melhor ajuste sócio-econômico dentro da família.

TABELA 04 - QUAIS OS BENEFÍCIOS ALCANÇADOS COM A PRODUÇÃO
DO FUMO

continua

Respostas dos entrevistados

-
- Ainda não sei, estou começando agora
 - Casa nova, móveis compra de 10 alqueires de terra
 - Móveis para a casa, remédios
 - Ponto de luz, terreno, cavalos

Eletrodomésticos, ponto de luz, casa
 Carro, melhorias na casa, móveis
 Pagamento da dívida que tenho com a indústria
 Eletrodomésticos, melhor alimentação
 Terreno, ponto de luz
 Carro
 Implementos agrícolas (carroça, cavalos, arado) e terreno
 Carro, cerca, melhorias na casa
 Maior lucro
 Carro, Casa, móveis
 Mais dinheiro
 Só pagamos a dívida

FONTE: Cecilia Hauresko 2000

Entre os resultados positivos apontados pelos entrevistados constam principalmente melhoramentos da casa (nova casa, móveis, eletrificação, eletrodomésticos etc.) e um fortalecimento da mobilidade (quatro carros particulares). Poucas pessoas utilizaram a renda da produção para investimentos produtivos, como carroça, arado, terrenos. Isto mostra um maior aumento do consumo e menor melhoria das condições produtivas nas famílias pesquisadas.

TABELA 05 - QUAIS AS DESVANTAGENS EM PRODUZIR O FUMO?

Respostas dos entrevistados	Número	Percentual
Saúde prejudicada	8	30,7
Não tem	16	61,5
Grande sacrifício	2	7,6

FONTE: Cecilia Hauresko, 2000

Perguntou-se também sobre as desvantagens de produzir o fumo, já que o agricultor deixa de ser autônomo e passa a ser chamado de fumicultor integrado a industria fumageira. Ele deixa também de diversificar a sua produção para dedicar-se melhor à produção do fumo. No entanto, estes agricultores, ainda que enfrentem problemas com a integração e são levados a modificar a sua forma de produção original, vêem poucas desvantagens na relação entre agricultor e indústria. Percebe-se na tabela 5, que as desvantagens apontadas pelos agricultores são poucas. Sabe-se que um grande sacrifício no trabalho e uma saúde prejudicada são consequências diretas, mas para os agricultores são de importância secundária.

7.4. O SISTEMA SOCIAL

As relações sociais dos agricultores ucraíno-brasileiros na unidade de produção agrícola acontecem, na maioria dos casos, através de três formas, a família, a comunidade local e o sindicato rural dos trabalhadores. A igreja greco-católica, também atua na construção da vida social dos agricultores, e será discutida no subcapítulo sobre os sistemas de significação.

O agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas de agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação acima indicada entre propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global (WANDERLEY 1996, p.3). É um sistema específico de produção agrícola. Apesar de uma certa orientação pelo lado econômico, o sistema é ainda altamente integrado e fechado por ser bastante diversificado internamente e

consegue sobreviver por apresentar uma forte inter-relação entre o social e o econômico. Não se amarra apenas no setor da produção em si, mas mantém à sua estruturação de acordo com valores, normas e regras reproduzidas na comunidade onde mora o agricultor.

A unidade principal pela conservação de valores e costumes, da língua ucraniana, da religião e de outros elementos, que são funcionais e assim responsável pela manutenção da estruturação, é a família do camponês. Em 50% dos casos, a família compõe-se de mais de 5 pessoas (mais de 3 filhos) e a metade dos jovens permanece no campo (veja tabela 5). Só um terço das famílias perdeu todos os filhos saindo para a cidade em busca do emprego ou com o objetivo de estudar. Assim, mantém-se ainda a estrutura de uma família extensa no próprio campo.

Neste contexto, não é surpreendente que a maioria dos chefes entrevistados (os pais) somando um total de 46% (ver tabela 6), não quer sair da comunidade e têm preferência pelo estilo de vida na colônia. Eles querem ficar porque possuem a propriedade de imóveis, outros destacam a vizinhança, outros preferem ali porque seus pais e seus avôs estão sepultados na comunidade. Muitos sentem também que a vivência nestas comunidades mantém normas e regras estabelecidas, o que funciona harmonicamente.

TABELA 6 - ESTRUTURA SOCIAL DAS FAMILIAS DE UCRAÍNO-BRASILEIROS

Descrição	Freqüência	Porcentagem
Sua família compõe-se de		
Nenhum	1	3,8
1 à 3 filhos	9	34,6
3 a 6 filhos	13	50,0

6 a 10 filhos	3	11,5
Quantos filhos trabalham na agricultura?		
Nenhum	8	30,7
1 a 3 filhos	8	30,7
3 a 6 filhos	5	19,2
6 a 9 filhos	5	19,2
Por que saíram para os lugares onde eles moram?		
Estudo	3	11,5
Emprego na cidade	7	26,9
Casamento	2	7,6
Não saíram	13	50,0
Preferem a cidade ou a colônia		
Colônia	26	100
Cidade	0	0
Pretende mudar para a cidade		
Já pensei	6	23,0
Não	12	46,0
Sim	8	30,7
Como se sente morando na comunidade		
Muito bem	15	57,6
Bem, nasci aqui	5	19,2
Mais ou menos	1	3,8
Não tenho outra opção	5	19,2
Como é o relacionamento com a vizinhança		
Muito bom	15	57,6
Bom	5	19,2
Regular	6	23,0

FONTE: Cecilia Hauresko, 2000

Estando satisfeitas ou não, as famílias enfrentam também dificuldades ao nível local. As prioridades não sanadas ainda são a falta de transporte para seus filhos à escola, um posto de saúde na comunidade, a falta de melhorias nas estradas e, a principal preocupação, dificuldades no escoamento da produção agrícola e falta

de apoio para a agricultura do sistema familiar, todos fatores que partem mais de uma visão técnica da organização de vida do que de uma visão comunitária propriamente dita.

As famílias agem embutidas nas suas comunidades, reunindo e compartilhando dos mesmos códigos, o que facilita alianças e camaradagens no campo do trabalho e da defesa cultural. Segundo CLAVAL (1999, p.109), a institucionalização de laços regulares atribui-lhes uma força que garante uma coerência necessária para assegurar o bom andamento da comunidade e prevenir os conflitos. A família e a comunidade local constituem, assim, as matrizes que asseguram a permanência de uma parte essencial da vida social.

Embora o estilo de vida rural predomine nas comunidades, pode se dizer que, nas famílias dos agricultores ucraniano-brasileiros e no campo de modo geral, são dois estilos de vida que se intercruzam, o estilo rural, que é o predominante, e o estilo urbano. Observa-se que, nas famílias pesquisadas, a resistência ao estilo urbano provém principalmente das pessoas mais idosas ou mais conservadoras, enquanto os mais jovens começam a substituir em parte seu estilo rural pelo urbano, ou por uma espécie de “síncrese cultural” (BRANDENBURG 1999, p.57), onde não há inspiração nem no campo e nem na cidade.

Consequentemente, uma parte dos entrevistados (30,7%) vê na cidade uma alternativa de vida, dada a baixa rentabilidade econômica conseguida nas atividades agrícolas. O principal tipo de atividade neste sentido é o trabalho assalariado. Aqui, a remuneração mensal é o chamariz para as famílias do campo.

Para outras famílias (19,2%), a cidade não se mostra como local de emprego, e por isso a comunidade rural é a única alternativa, mesmo esta situação não correspondendo as suas expectativas. 23% dos entrevistados tomam a cidade

como sinônimo de desemprego, porque ouviram experiências de muitos agricultores que partem para a cidade e empobrecem mais. Através dessas experiências formulam suas concepções e estão convencidos de que “*Agricultor é para a agricultura, na cidade o que é que a gente vai fazer*” ou “*Na cidade é bom para quem tem bom emprego*”. Para estes, a cidade não se apresenta como alternativa de vida.

Para 30,7% dos entrevistados, a concentração da população, do agito e de automóveis cria um ambiente denominado pelos agricultores “do Barulho”. Este barulho provoca, na visão deles, mal-estar, certamente pela falta de hábito dessas pessoas e pelo fato de habitarem o campo e apenas esporadicamente se deslocarem para a cidade. Em geral, observa-se uma forte rejeição da vida urbana em termos de qualidade de vida dos agricultores.

A vida familiar e comunitária representa a base da estruturação social. Isto significa que outras instituições “modernas”, como por exemplo sindicatos ou as companhias internacionais de fumo, são vistos como de segundo plano. Por exemplo, 84,6% das famílias entrevistadas são associados ao sindicato de trabalhadores rurais do município. Ocorre que o agricultor não se associa ao sindicato visando o fortalecimento de suas reivindicações através de uma representatividade sólida, mas para conseguir assegurar o benefício do INSS. Desta forma, o sindicato dos trabalhadores rurais na tem uma forte expressão na vida cotidiana e, poucas vezes, movimenta seus associados.

A estruturação social mostra claramente a opção dos agricultores, que permanecem no campo, pela integração social. Ambientes, como o meio urbano, são fortemente rejeitados como não sendo uma parte dessa integração, mas de uma integração sistêmica alheia, só aceita pelas necessidades econômicas das pessoas.

7.5. SISTEMAS DE SIGNIFICAÇÃO: IDENTIDADE, EDUCAÇÃO E MEIOS DE COMUNICAÇÃO

A opção pelo campo está associada ao sistema de vida ao qual as famílias estão habituadas, formando as suas identidades. A natureza particular do sistema de produção familiar e da vida em comunidades rurais é sinônimo de liberdade, tranquilidade, silêncio, garantia de alimentação e autonomia em produzir.

Importante chamar atenção que a autodenominação dos agricultores camponeses parte, hoje em dia, pouco do conceito do “colono”, termo muito utilizado no período da colonização européia, por não identificá-lo como trabalhador agrícola que produz na terra. Quando se trata de trabalho na terra, o morador do campo identifica-se mais com o termo lavrador com 65,4%, ao passo que o termo agricultor é aceito só por 23% dos entrevistados. Desta forma, a associação do trabalho e da terra dá um enfoque principal nos processos identitários dos camponeses.

Isto influí diretamente no comportamento em relação com a educação formal. Somente 11,5% dos agricultores ucraíno-brasileiros das comunidades estudadas possuem 2º grau completo, enquanto 88,5% não chegaram ao 1º grau (veja tabela 7). Geralmente, seus estudos se limitaram ao antigo primário, hoje ensino fundamental. O total de 11,5% que possui 2º grau completo, é formado por mulheres agricultoras que abdicaram involuntariamente da sua profissão de professora, ou já são aposentadas da categoria, voltando-se a agricultura em tempo integral. Nota-se que os agricultores dão pouca importância ao conhecimento formal ou escolar. Ainda persiste a idéia, principalmente nos pais, de que para trabalhar na roça não há necessidade de estudo. “*Esse filho aqui não quis estudar, vai trabalhar na roça.*” (palavras de um agricultor entrevistado). Em contrapartida, aqueles filhos que

possuem níveis mais elevados de instrução escolar em comparação com seus pais, esperam não trabalhar na agricultura após concluírem seus estudos.

TABELA 07 - ESTRUTURA DE SIGNIFICAÇÃO: Identidade, Grau de Instrução, Meios de Comunicação

Descrição	Freqüência	Porcentagem
Grau de instrução		
Primeiro grau incompleto	23	88,5
Segundo grau completo	3	11,5
Identidade profissional		
Agricultor	6	23,0
Fumicultor	3	11,5
Lavrador	17	65,4
Colono	0	0
Meios de comunicação		
Reuniões, palestras, tv e rádio	13	50
Revistas e jornal	2	7,6
P.S telefone, reuniões, palestras, rádio	7	27,0
Rádio	4	15,4
Procura informações sobre os meios mais eficazes de produção, onde?		
Em casa	14	53,8
Em casa e com os vizinhos	1	3,8
Em casa e indústria do fumo	8	30,7
Em casa e na Emater	3	11,5

FONTE: Cecília Hauresko, 2000

Observa-se que a influência do ensino formal representa uma certa ameaça para a coesão da comunidade, porque refere-se muito mais ao estilo de vida urbano do que ao meio rural. Consequentemente, os formados desenvolvem uma atitude de sair do campo, fragilizando, assim, as telas familiares necessárias para a manutenção do complexo sistema rural.

Também os meios de comunicação exercem um papel neste sentido. Conforme já mencionado, a quantidade de TVs significa a substituição das bases que fundamentam essas famílias e que a permuta de valores e hábitos dessas famílias resulta em mudanças e é rigidamente criticada não só pelos mais velhos, mas também pela igreja ucraíno-católica. Aquelas famílias que seguem rigorosamente as palavras de seus condutores (os padres) escolhem os programas a serem assistidos ou então recusam a compra do aparelho. Por isso, os meios de comunicação mais utilizados por 50% das famílias são o rádio ou reuniões. As reuniões com os técnicos da indústria fumageira acontecem nas famílias individualmente, ou em pequenos grupos formados por famílias vizinhas.

Meios de comunicação da imprensa são raros, devido a fraco grau de instrução dos agricultores. Em geral, pode se dizer que a juventude tem maior acesso às informações modernas e urbanas do que a geração mais velha, mostrando que atualmente acontece uma transformação da integração sistêmica, o que resulta, de novo, numa certa diminuição da coesão social dentro da comunidade.

7.6. SISTEMAS DE SIGNIFICAÇÃO: A RELIGIÃO E A CULTURA

Os elementos da educação e de meios da comunicação exercem um papel menos importante na vida dos agricultores do que a religião e os costumes de influência ucraniana, que se destacam como veículos fortes na estruturação das comunidades pesquisadas.

TABELA 08 - ESTRUTURA DE SIGNIFICAÇÃO E AS FAMILIAS DE UCRAÍNO-BRASILEIROS

Descrição	Freqüência	Porcentagem
Qual é a sua religião?		
Greco-católica	23	88,4
Católica-romana	2	7,6
Evangélica	1	3,8
Você pertence a algum movimento da Igreja Católica?		
Apostolado da Oração (homens)	7	26,9
Apostolado da Oração (mulheres)	9	34,6
Cruzada Eucarística(filhos)	3	11,5
Grupo de Reflexão	1	3,8
Pastoral Familiar	1	3,8
Não participam	5	19,2
Círculo Bíblico	3	11,5
Na língua ucraniana, você?		
Fala, lê, escreve e entende	7	26,9
Fala, lê e entende	1	3,8
Entende	2	7,6
Fala	15	57,7
Não	1	3,8
Sua família assina jornal ou revista em língua ucraniana?		
Sim	5	19,2
Não	21	81,0
Na sua casa faz-se sempre comida ucraniana?		
Sim	26	100
Não	0	0

FONTE: Cecilia Hauresko, 2000

A religião é uma instituição social que sempre desempenhou papel significativo na vida dos camponeses ucraíno-brasileiros. Logo da chegada dos imigrantes ucranianos para o Brasil, estes já enraizaram o seu rito e seu sistema religioso.

Como instituição social, a igreja tem uma esfera de ação bem definida, assim constata-se, nas comunidades pesquisadas, a predominância da igreja católica, sendo ela do rito ucraíno-católico ou, às vezes, latino. Isso mostra uma estabilidade religiosa, pois não verifica-se em lugar algum a presença de outros cultos religiosos. Um total de 96% das famílias (ver tabela 8) representa as famílias católicas, 88,4% são do rito-ucraíno católico e 7,6 % do rito latino.

A participação na igreja rural é mais comum entre residentes idosos do que entre os mais novos. Fatores geográficos e lugar de residência interferem na participação em igrejas. As famílias que vivem a consideráveis distâncias apresentam uma baixa freqüência aos cultos. As pessoas que participam em atividades da igreja também participam em outras organizações da comunidade. Este fenômeno indica uma forte relação entre liderança comunitária e liderança religiosa. Pessoas com rendas e *status* social mais elevados são mais ativas na igreja que as pessoas com renda mais baixa e *status* de classe social mais baixa. Essas últimas participam pouco das atividades comunitárias. Verifica-se, dessa forma, a auto-exclusão social de algumas famílias devido o fator renda, as quais deixam de participar ativamente por falta de recursos financeiros.

A participação das famílias nos diferentes movimentos religiosos da igreja mostra a forte interligação entre sistema de significação e sistema social, trabalhando, em conjunto, para a manutenção da integração social. Isto se refere não só para elementos da igreja grego-católica, mas inclui também atividades que são característicos do rito latino, como o círculo bíblico e pastoral familiar, e que hoje tem grande participação de famílias ucraíno-brasileiras. Anuncia-se, aqui, uma rápida aproximação de ambos os ritos.

Os ritos orientais coincidem com as duas maiores festas comunitárias nas comunidades, que celebram sempre com bastante colorido, o Natal e a Páscoa. Depois seguem, com menos destaque, as demais, como as celebrações do Ano Novo, dos Reis Magos, da Festa de Ramos, e de São Josafat, o padroeiro da Igreja grego-católica. Nas comunidades rurais, além destas comemorações, também comemora-se o dia do padroeiro da comunidade.

A Páscoa representa uma grande festa religiosa entre os ucranianos brâleiros e é muito esperada pelas famílias. Aqui se manifestam muitos costumes populares da Ucrânia, mostrando como a Páscoa é uma âncora no quotidiano e na memória dos agricultores. No sábado que antecede o domingo pascal, cada família leva uma cesta de alimento para serem abençoados pelos sacerdotes contendo a *paska*, um pão especial decorado com a própria massa; ovos cozidos e pintados (*krachankê*); requeijão, manteiga, lingüiça de porco, carne de porco assada, sal, tempero verde, raiz brava (*hrin*). Nos dias de hoje, acrescentam-se ainda os ovos de chocolate. Todos esses alimentos são consumidos somente no café da manhã do dia seguinte, domingo de Páscoa. Para tanto, são cuidadosamente guardados para que ninguém sinta vontade de comê-los antes da hora certa.

No domingo de Páscoa, após o almoço, acontecem no pátio da igreja as tradicionais *hailkas*¹, canções acompanhadas de coreografias, brincadeiras e danças, onde as melodias, as palavras e os movimentos formam um ritual utilizado pelos pagãos, para celebrar a chegada da primavera. Com a implantação do cristianismo no primeiro milênio na Ucrânia, associou-se também a idéia de ressurreição de Cristo de tal modo que hoje se unem nesta tradição popular dois elementos culturais – a chegada da primavera, que era o motivo original na época pagã para esta festa

e a ressurreição de Cristo, símbolo da vitória do cristianismo. Foram feitas adaptações sem destruir o passado, e outras vezes foram impostos motivos cristãos sobre textos originais pagãos, banindo-os do contexto cristão.

Entretanto, o entusiasmo pelas *haiikas* já mostra sinais de esfriamento. As brincadeiras diurnas estão sendo gradativamente substituídas pelos bailes gauchochescos que acontecem nos salões de particulares ou em salões das igrejas do rito-latino em sua maior parte. Dificilmente estes bailes acontecem nos salões das igrejas ucranianas, já que suas comissões administrativas são mais conservadoras e não permitem realizações de atividades deste cunho no período noturno. Desta forma acontece um embate entre as pessoas jovens e os mais idosos. Os últimos, privilegiam, conservam e preconizam o tradicional, enquanto os jovens se distanciam cada vez mais das atividades mantenedoras da cultura ucraniana.

O Natal reúne numa outra forma a comunidade. Ainda é prática entre os jovens e crianças visitar as famílias da comunidade para desejar-lhes um Feliz Natal e Ano Novo. Nestas visitas, canta-se um canto natalino e recita-se um pequeno verso com desejos de muita saúde, paz e fartura na lavoura. Cada família dá a sua contribuição em dinheiro para a igreja, enquanto os *Kolhadnekê* (os cantores) são recepcionados com bolo, bolachas caseiras, cerveja caseira e /ou industrial, carnes e outros mais. O grupo das crianças é sempre acompanhado por uma das Irmãs que dão assistência espiritual à comunidade.

O Ano Novo inicia com uma extensa celebração religiosa, na igreja da comunidade núcleo, e somente termina quando inicia o ano seguinte. Na madrugada as crianças (cianêkê) semeadoras visitam as casas das comunidades próximas, jogam trigo e centeio para desejar riquíssima safra agrícola, sorte, saúde para o ano

³ Informações fornecidas pelo Pe. Tarcisio Zalutskei da Paróquia Ucraniana de Prudentópolis.

que chegou. Um membro da família espera os *cianekê*, e em agradecimento aos desejos retribui-os, oferecendo à eles balas, pipocas, bombons.

Nestas festas, muito da tradição ucraniana ainda é preservado, porém, os recursos sígnicos da cultura ucraniana resistem à uma forte desvalorização e a paulatina incorporação de outros valores. Desta forma, a função dessas festas para a integração sistêmica do ambiente rural é de fundamental importância. Elas garantem e dão destaque, de certa forma, à cultura rural religiosa reunindo não só elementos religiosos, mas também sociais e culturais em várias formas.

As festas religiosas reproduzem também outros recursos culturais que são subsídios da comunidade e da sua integração social como, por exemplo, a língua ucraniana que, apesar da grande mistura do português, persiste muito no meio rural. O uso da língua ucraniana nas comunidades varia conforme o momento e o interlocutor, sendo utilizado num sistema bilingual. Ela representa um recurso sígnico de maior importância, mas mostra-se também como um recurso autoritário, dado que pessoas que dominam a língua ucraniana recebem funções que as privilegiam e que lhes dão posição de destaque nas comunidades.

As colocações acima demonstram claramente que o sistema do produtor rural de ascendência ucraniana em Prudentópolis ultrapassa, em múltiplos aspectos, a idéia de um sistema produtivo, restrito aos termos econômicos. Recursos alocativos e autoritários se misturam com recursos sígnicos e de legitimação, integrando (e defendendo) a comunidade socialmente. A invasão do sistema produtivo através de uma maior integração sistêmica, como no caso da produção fumageira, significa, neste sentido, não só uma perda em termos de autonomia e auto-subsistência do pequeno produtor – operação muito arriscada numa época de um capitalismo altamente volátil - mas também uma transformação forte do sistema de legitimação e

de significação com graves consequências na vida dos camponeses. Mostrar como estas interligações funcionam foi o objetivo deste trabalho.

CONCLUSÃO

No Brasil, o estabelecimento de colônias de pequenos proprietários no século XIX rompeu com o padrão da agricultura dominante até então, que se processava na base da exclusividade e importância da exportação. Este modelo tinha se tornado, desde o período colonial, o único modelo oficialmente reconhecido, criando uma alta concentração de renda e terra. As colônias de camponeses do século XIX redesenharam o espaço geográfico brasileiro, mais especificamente a sua parte meridional, através de novas práticas sócio-econômicas e culturais. Entretanto, ficou completamente despercebido que o espaço geográfico da agricultura brasileira já era muito mais variado antigamente. Existiam formas de agricultura itinerante, de agricultura coletiva e sistemas mistos de extrativismo e agropecuária, principalmente entre as faixas marginalizadas da população.

Até hoje, a Região Sul do Brasil caracteriza-se pela multiplicidade de culturas e das suas agriculturas. Além das agriculturas indígenas, hoje extintas, da produção do caboclo e da criação do gado nas fazendas, os colonos que para cá vieram imprimiram um novo visual às terras do Estado do Paraná; cada povo imigrante (alemanes, italianos, ucranianos e poloneses) trazendo as suas experiências de produção agrícola. Desta forma, eles se enraizaram num novo espaço, preservando de um lado a sua própria cultura e do outro lado incorporando uma parte considerável da cultura brasileira.

O município de Prudentópolis é formado na base destas experiências e atualmente dispõe de uma estrutura fundiária quase homogênea, com predomínio de pequenas propriedades com menos de 50 hectares, resultado da política colonizadora do século XIX. Os imigrantes, principalmente de descendência ucraniana, eram

estabelecidos nesta área bastante isolada e despovoada do Estado do Paraná. Como resultado desse isolamento geográfico temos a parcial manutenção da cultura ucraniana. Devido à segregação do grupo ucraniano no começo e porque poucos contatos foram mantidos com pessoas brasileiras ou com outros imigrantes, a estruturação das famílias ucranianas acontecia, no início, segundo bases sócio-culturais que trouxeram da Galícia.

A aculturação desse grupo vai acontecer a partir do momento que eles passam a ter contato com os caboclos, dos quais herdaram parte considerável de conhecimentos agrícolas e de extrativismo, além de alguns hábitos alimentares e do curandeirismo. Pouco depois, estabeleceram também contatos com a economia regional. Dessa forma, entende-se os novos colonos no Brasil como indivíduos e famílias divididas entre o Brasil tradicional e a Galícia tradicional, seja em termos econômicos, sociais e culturais.

Com base na teoria da estruturação vê-se que os imigrantes ucranianos trabalharam as suas estruturas sociais exatamente nesta duplicidade. Assim, a sua organização surge de uma combinação de duas integrações sistêmicas, uma relativa à tradição ucraniana, a outra relativa aos novos conhecimentos adquiridos no Brasil. Este processo se dá principalmente através de uma convivência, uma integração social, dividido entre os próprios imigrantes e com a população já residente.

Somente no final dos anos 80 a reprodução econômica do sistema capitalista moderno provoca um desajuste no sistema de integração social das famílias desses camponeses. Devido à desvalorização da profissão de agricultor e às dificuldades crescentes da agricultura familiar camponesa em geral, teve início a produção do fumo comercial nos anos 80, quando as indústrias fumageiras, visando o merca-

do para seus produtos, encontraram na pequena propriedade um solo fértil para expandir-se. Os agricultores adotaram este sistema para garantir o ganho necessário à reprodução social das suas famílias.

Na perspectiva de melhorar as condições de vida, as famílias prudentopolitanas resolveram então inserir o seu sistema de produção diversificada em um sistema produtor de matéria-prima exclusivamente comercial, fato ainda nunca ocorrido nas suas propriedades (salvo a erva-mate produzida logo no início da vinda dos imigrantes a Prudentópolis). A partir daí, um processo de transformação intenso vem ocorrendo, decorrente da mudança dos sistemas técnicos de produção e de uma modernização da infra-estrutura regional. Essa modernização desvaloriza, em termos relativos, a produção diversificada e leva os agricultores a tentar buscar saída para a sua propriedade com o encaminhamento dos filhos para o emprego nas cidades, desestruturando, assim, as formas tradicionais de trabalho comunitário e familiar na propriedade. Paralelamente, tentam com a integração à indústria do fumo uma melhora do seu nível de vida através de uma maior inserção no sistema econômico global e monetarizado, a fim de sobreviver e manter-se no meio rural como agricultor.

Constatou-se, que as transformações provocadas pela política de modernização agrícola e a ida dos jovens para os centros urbanos abalaram o fundamento das unidades domésticas não só em termos econômicos, mas também em termos sócio-culturais. Enquanto a família tradicional era rigidamente hierarquizada, dando base nesta forma para a organização social da exploração agrícola e a manutenção das tradições, este êxodo contribuiu para fragilizar as formas de socialização e de controle da família sobre o seu destino. Disso resulta uma crise de auto-entendimento

das famílias ucraniano-brasileiras, criando conflitos nas relações entre as gerações e induzindo um processo de forte transformação da sua cultura .

Conseqüentemente, a perspectiva metodológica desse trabalho centrou na família, não como unidade de produção agrícola apenas, mas como conjunto social e produtora de cultura. A intensa interligação entre os campos de significação (cultura), de dominação (economia e política) e de legitimação (sociologia) não permite uma restrição, nas análises, aos aspectos técnicos e econômicos do processo produtivo, mas sim necessita de uma inclusão dos outros aspectos.

O que se apresenta é a importância de buscar o sentido das novas práticas sociais na análise da família de pequenos agricultores que, na reprodução social de seus membros em contextos sócio-econômicos distintos, não pode ser visto sob o ângulo de um sistema supostamente homogêneo, mas como produto dinâmico de influências de diversas integrações sistêmicas simultâneas.

Neste sentido, é necessário levar em conta não apenas os aspectos materiais, mas também os conteúdos culturais e ideológicos que passam a ser incorporados pelos filhos e filhas migrantes trazendo novos conhecimentos e renegando todas aquelas atividades comunitárias das quais faziam parte anteriormente. A evidente entrada de forças externas (agroindústria e filhos ocupados nas atividades não-agrícolas) causa um intenso embate com as forças internas representadas pelos pais e avós na comunidade.

Esse embate aparece, no campo da organização do trabalho (integração sistêmica no sistema capitalista moderno) por duas forças: o trabalho assalariado dos "emigrantes", ou seja com recursos provenientes de outras atividades econômicas, e a contribuição e dependência das companhias do fumo no sistema produtivo. Assim,

instala-se uma espécie de "crise" no sistema de dominação dos recursos alocativos e autoritários na pequena propriedade, que se traduz também em crise das normas e valores tradicionais mantidos pela família, enfim numa crise no sistema de legitimação interna.

Neste contexto entra, como terceira variante desta "crise", a valorização da cultura da modernidade e o gradativo desuso das formas tradicionais (ambos da cultura ucraniana e também da cultura cabocla), como preservação da língua, de costumes e da religião. Este conflito transborda as próprias famílias, afetando também as suas instituições sociais envolvidas na manutenção da comunidade tradicional, como, por exemplo, a igreja ucraíno-católica e outras formas de organização comunitária, como a escola, os pontos comerciais e de lazer. Desta forma, a crise pode ser vista como um processo de individualização e "modernização".

O estudo das famílias indica que a decomposição das estruturas de produção criadas pelo processo de integração do agricultor à indústria fumageira tem efeito ambíguo, porque, de um lado faz desaparecer aquele sentido de propriedade familiar onde reina a autonomia da família na sua integração econômica, social e cultural. Por outro lado, essa integração assegura muitas famílias no campo, dando aos agricultores uma garantia para uma qualidade de vida e bem-estar maiores, favorecendo fatores econômicos aos demais na estruturação das famílias.

Na base desta afirmação, a família ucraíno-brasileira, caracteristicamente mantenedora do sistema camponês de produção principalmente através de referências culturais, busca na medida do possível manter-se em parte no campo, enquanto alguns membros partem para atividades não-agrícolas. Desta forma, a família adapta a sua estrutura familiar às necessidades individualizadoras da modernidade,

preservando ainda alguns traços de tradição, mas sentindo gradativamente a sua transformação para uma nova estruturação social.

A busca de alternativas de sobrevivência pelas famílias de camponeses resulta numa maior monetarização e minimiza, assim, as dificuldades financeiras dos camponeses. Proporciona igualmente melhorias materiais e bem-estar econômico, mas, por outro lado, cria inúmeros conflitos sociais dentre das famílias, mostrando como as regras e valores enraizados encontram-se em processo de desenraizamento.

A incorporação de valores alheios à ucranidade brasileira pelos filhos migrantes gera, na verdade, uma perda de identidade. O jovem rural, nos grandes centros urbanos, não participa de movimentos religiosos, não freqüenta a igreja ucraniana, muitas vezes nem mesmo sabe onde fica. Quando volta à passeio para a casa de seus pais nega e renega todos as formas de organização social da comunidade e da própria família. Mesmo assim, a teia das famílias mostra-se bastante eficiente em discutir e negociar essa contradições nos seus vários campos de estruturação, caminhando gradativamente para uma nova identidade, não mais ligado às tradições da Ucrânia, mas construindo um certo "sincretismo" não só no campo econômico, mas também social e cultural.

A instabilidade econômica, o sistema capitalista, a sociedade de consumo e as novas técnicas exigidas no processo produtivo agrícola do camponês, praticamente obrigam o agricultor a familiarizar-se com as novas formas de trabalhar, pensar e agir, conforme as determinações do sistema. Essa estruturação mostra-se como um processo amplo e muito contraditório. As diferenciações entre várias integrações sistêmicas têm que ser trabalhados e retrabalhados, conforme as necessi-

dades sociais e as aspirações individuais dos agentes sociais. Neste contexto, o campesinato ucraíno-brasileiro e a sua estruturação enfrentam, mesmo sendo ameaçados em sua persistência tradicional, com bastante agilidade os desafios da modernidade mediante à intensa ligação entre o fator econômico, social, cultural e religioso no seu sistema da pequena lavoura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão.** 2^a ed. São Paulo: UNICAMP, 1998.

ANDREAZZA, Maria Luiza. **O Paraíso das Delícias. Um estudo da imigração ucraniana 1895 –1995.** Curitiba: Aos quatro ventos, 1999.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado. A organização da irmandade cabocla.** Florianópolis: UFSC, 2001.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná – 1º Volume.** Curitiba: Ed. Paraná Cultural, 1969.

BERTRAND, A L. **Sociologia Rural: Uma análise da Vida rural contemporânea.** São Paulo: Atlas, 1973.

BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura Familiar: ONGs e Desenvolvimento sustentável.** Curitiba: UFPR, 1999.

BURKO, Valdomiro OSBM. **Os Padres Basílianios no Brasil.** Prudentópolis: Editora dos Padres Basílianios, 1984. (em ucraniano).

BURKO, Nicolau (О. ВОЛОДИМИР МИКОЛА БУРКО ЧСВВ). **Отці Василіяни у Бразилії.** Виданцто Отців Василіян, Прудентопль, 1984.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade.** Rio de Janeiro: Contra Capa livraria, 1998.

CASSIRER, Ernst: **Ensaio sobre o homem.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CHAYANOV, A V. **The Theory of Peasant Economy.** Edited by THORNER, Basile Kerblay. Illinois: American Economic Association, 1966.

STOLCKE, V.. Sobre a teoria dos sistemas não capitalistas. In: SILVA. J.G e **A Questão Agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

CIGOLINI, Adilar, MELLO, Laércio e LOPES, Nelá. **Paraná. Quadro Natural, transformações territoriais e economia.** Renascer. Curitiba, 1998.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural.** tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro F. Pimenta. Florianópolis: UFSC, 1999.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno e BRANDENBURG, Alfio. **Para Pensar Outra Agricultura.** Curitiba: UFPR, 1998.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Agricultores e Agroindústrias: Estratégias, Adaptações e Conflitos. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. N.º 3 e 2 – vol. 25, maio /dezembro 1995.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. Maringá: Memória Brasileira, 1996.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 78.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. Tradução Álvaro Cabral – São Paulo: Martins Fontes, 1989. (Coleção Ensino Superior).

_____. As consequências da Modernidade. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: editora UNESP, 1991.

_____. **Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade**. Tradução Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GEHLEN, Ivaldo. Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e instituição social. In FERREIRA, Angela Duarte Damasceno; e BRANDENBURG, Álfio. **Para pensar em agricultura**. Curitiba, UFPR, 1998.

GODOI, Emilia Pietrafesa de. **O trabalho da memória. Cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas: UNICAMP

GOMES, Neonila de. **Prudentópolis sua terra e sua gente**. Prudentópolis: 1972.

GUSE, Sueli R.; ZUBACZ, Maria de Lurdes; GALVÃO, Nelita. **Resgate histórico do município de Ivaí**. Ponta Grossa: Planeta, 2001.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 4^a ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

HAURESKO, Julia B. **Estudo sócio-linguístico da comunidade ucraniana de Linha Esperança – Prudentópolis. PR** (Coletânea de falares ucranianos em Linha Esperança. Trabalho de Pós-graduação-Especialização – UNICENTRO Guarapuava 1999.

HORBATIUK, Paulo. **Imigração ucraniana no Paraná**. Porto União: Uniporto, Curitiba, 1972

HRYNIUK, Stella. **Peasants with Promise: Ukrainians in Southeastern Galicia 1880-1900**. Canadian Institute of Ukrainian Studies Press University of Alberta. Edmonton, 1991.

IPEA, et.al . **Redes Urbanas Regionais: Sul**. Brasília: IPEA, 2000.

KAPUCINSKI, Cecilia. **O trabalho infanto-juvenil na Cultura fumageira no Município de Prudentópolis**. Monografia de Especialização – Pós – Graduação em

Políticas de Atendimento para a Área da Criança e do Adolescente da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG – Ponta Grossa ,1999.

KERBLAY, Basile. CHAYANOV y la teoría del campesinado como un tipo específico de economía. In: SHANIN, **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

KOTZELOUSKI, Januário (Януарій Коциловський, ЧСВВ) **Дешо про Прудентополіс** (опис з 1933 року) Ювілейний Калейдар, 1997.

LAMARCHE. H. **A agricultura familiar**. Trad. TIJIMA, A M N. Campinas: UNICAMP, 1993..

LIMA, Arlindo Prestes de, et al. **Administração da unidade de produção familiar**. Ijuí: UNIJUI, 1995.

MAACK, Reinhard. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1981.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos editores, 1995.

MIRANDA, Nego; URBAN, Teresa. **Engenhos e Barbaquás**. Curitiba: Posigraf 1998.

MOSER, José Marcos. Solos. IBGE (org.): **Geologia do Brasil**. Volume 2 , 1990.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma visão históricas**. São Paulo: Ática, 1994.

NERONE, Madalena. **Terras de plantar, terras de criar. O Faxinal de Rebouças 1950-1997**. Assis: 2000 (Tese de Doutorado em História e Sociedade) Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, UNESP.

OLIVEIRA, Ariovaldo. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **A Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1989

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS: INVENTÁRIO TURÍSTICO DE PRUDENTOPOLIS. Prudentópolis: Município de Prudentopolis, 1996.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social** (A guerra sertaneja do Contestado: 1912 –1916). São Paulo: Ática, 1981.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução M. Cecília FRANÇA. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Darcy (1997): **O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras.

SAHR, W. Dietrich. **Em meio aos mundos um mundo no meio: vivência e significado da migração nas sociedades caribenhas.** Em, SKOCZEK, Maria & MERTINS, Günter (orgs.): *Migraciones y su rol en el desarollo local y regional en América latina*. Varsóvia: CESLA, 1998.

_____. Formas de migração no Caribe Oriental Divisão Familiar do Trabalho e redes de comunicação. Uma interpretação pós-moderna. In: CESLA (orgs.): **Atas do terceiro Congreso Latinoamericano de la Universidad da Varsóvia**. Varsóvia: CESLA, p. 221 –223. 1996.

SALAMUNI, Riad. **Fundamentos geológicos do Paraná.** EL-KHATIB, Faissol (org.): História do Paraná. 2º volume. Curitiba: Grafipar, 1969, p.11-128.

SANTOS, Carlos R. Antunes dos. As regras do jogo Capitalista: O Processo de Colonização e a busca da Modernidade. In: **História da Alimentação no Paraná**. Fundação Cultural, 1995.

SANTOS. J.V.T. **Colonos do Vinho.** São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. 3.ed. São Paulo: Nobel, 1996.

SHEMTIV, Doroteu OSBM (Доротей Шимчай, ЧСВВ) **Перший мій рік у Бразилії** Виданцто Отців Василіян, Прудентопіль 1983.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura Familiar e industrialização. Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas.** México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

SILVA, José Grazino da. **Tecnologia e agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SILVA, José Grazino da. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1982.

SILVA, Solange Tietzmann. Agricultura. In: **Geografia do Brasil.** Vol.2 Região Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

SZEWCIW, I. **O milênio do cristianismo na Ucrânia.** Curitiba, Vicentina, 1988.

SZMRECSANYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1900.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família. Racionalidade produtiva e ethos camponês.** Passo Fundo: EDIUPF, 1999

THORNER, Daniel. La economía campesina como una categoría en la historia económica. In SHANIN, T. **Campesinos e sociedade campesina**. México, Fondo de Cultura Económica, 1979.

VOGT, O Paulo. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

WACHOWICZ, Ruy Christowan. **História do Paraná**. Curitiba: Vicentina, 1995.

_____. **1939 - Paraná Sudoeste: Ocupação e colonização**. Curitiba: Lítero Técnica, 1985.

_____. **O Camponês Polonês no Brasil**. Curitiba: Fund. Cultural Casa Romário Martins, 1981.

WAIBEL, Leo. **Princípios da colonização européia no Sul do Brasil**. In: Revista Brasileira de Geografia. Vol.11 nº 2. 1979.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro in: **XX Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, MG. Outubro 1996.

WESTPHALEN, Cecília M. **Contribuição ao estudo da História Agrária do Paraná**. Boletim da Universidade Federal do Paraná n.º 7, Curitiba: 1968.

WOUK, Miguel. **Estudo etnográfico-linguístico da comunidade ucraína de Dorizon**. Curitiba: Projeto, 1981.

WOORTTMANN, Ellen F; & WOORTTMANN, Klass. **O trabalho da terra. A lógica e a simbologia da lavoura camponesa**. Brasília: UNB, 1997.

ANEXO 1

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- 1.1 Data de nascimento:
- 1.2 Sexo:
- 1.2 Nome:
- 1.3 Linha
- 1.5 Identidade profissional: () agricultor () lavrador () colono () produtor fumicultor ()

2. LOCALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE

- 2.1 Distância da sede da localidade
- 2.2 Distância da sede do município.

3. GRAU DE INSTRUÇÃO

- 3.1 O seu mais alto grau de estudo é _____
- 3.2 E de seus filhos?

4. RELAÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO COM O MEIO

- 4.1 É associado à cooperativa? () sim () não
- 4.2 Sindicatos ? () sim () não
- 4.2 É integrado à outra indústria?
- 4.3 Procura informação sobre os melhores e mais eficazes meios de produção, onde? Com quem?

5. ESTRUTURA DA UNIDADE DE PRODUÇÃO

- 5.1 Quantos terrenos você tem?
- 5.2 A quantos quilômetros da casa situam-se esses terrenos?
- 5.3 Como medem os terrenos?
- 5.4 Qual é o tamanho aproximado desses terrenos?

5.5 Como é o terreno que utiliza para plantação (de encosta, vale etc..), relevo de declives acentuados, planos ou pouco inclinados?

5.6 Qual é o sistema de uso da terra? (roça, mecanizada). O qual sistema é mais utilizado?

5.7 Qual é a área total de terra própria?

5.8 Meio através do qual adquiriu essa terra(herança, compra, outros)

6. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FAMILIAR E MÃO-DE-OBRA

6.1 Sua família compõe-se de :

6.2 Quantos filhos trabalham na agricultura?

6.2 Qual é a idade dos filhos?

6.4 Quem trabalha fora de casa? Filhas _____ Filhos _____ onde? _____

6.3 Qual é a profissão deles? _____

6.4 Porque saíram para os lugares onde hoje eles moram?

7. NIVEL DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO LUGAR QUE MORAM

7.1 Preferem a cidade ou a colônia?

7.2 O que a colônia significa para você?

7.3 Quais são as dificuldades que enfrenta no município de Prudentópolis.?

8. A COMUNIDADE QUE MORA

8.2 Como você se sente morando na comunidade?

8.3 Participla das festas que acontecem na comunidade, escola?

8.4 Como é o relacionamento com os vizinhos?

8.5 Tem vontade de sair daqui? Para onde pretende ir ?

9. ASPECTOS CULTURAIS E RELIGIOSOS

9.1 Qual é a sua religião?

9.2 O que representa religião, para você?

9.3 Você pertence a algum movimento da Igreja Católica como Apostolado da Oração
 Congregação Mariana Outros _____

9.4 Na língua ucraniana você: fala lê escreve entende

9.5 A sua família assina jornal ou revista em língua ucraniana. Sim Não .

9.6 O que lembra a Páscoa? Pêssankas Hrin Bênção de alimentos ovos de chocolate outros? _____

9.7 Na sua casa usa-se com freqüência alimentos como Borstch, holubtsy, pirohê?
 Sim Não

9.8. O que lembra o Natal? kolhadê didux papai noel outros

9.9. Qual é o meio de comunicação que possui em sua casa?
 Rádio Televisão

10 RESGATE DA TRAJETÓRIA DO COLONO

10.1 Você morou aqui (nesta comunidade) desde criança? sim não

10.2 O que fez com que mudasse de lugar?

10.3. Você é filho neto bisneto de ucranianos ? Outro _____

10.4 Como aconteceu a vinda dos imigrantes para o Brasil?

10.5 Por que vieram? E como foi o inicio de vida no Brasil?

10.6 Quando para cá vieram quem eles encontraram e qual era o relacionamento deles com outros povos?

10.7 Quem são os caboclos para você?

10.8 Qual a diferença entre o caboclo e o colono ucraniano?

10.9 Como trabalhavam e viviam os caboclos? Hoje eles ainda existem?

11. O que eles plantavam e como plantavam?

11. A PRODUÇÃO DO FUMO

- 11.1 Em que ano integrou-se a industria fumageira? _____
- 11.2 Alguém da família já possuía tradição de plantar fumo (em corda)?
- 11.3 Porque optou pela produção do fumo?
- 11.4 O que produz além do fumo?
- 11.5 Quais os benefícios alcançados com a produção de fumo?
- 11.6 Quais são as desvantagens de produzir o fumo?
- 11.7 O que mudou com a integração?
- 11.8 O uso de agrotóxicos já ocasionou problemas de saúde para a sua família?
- 11.9 Quanto de fumo produz por ano?
12. Qual a porcentagem de fumo obtida em comparação com outras culturas?

13. A TERRA

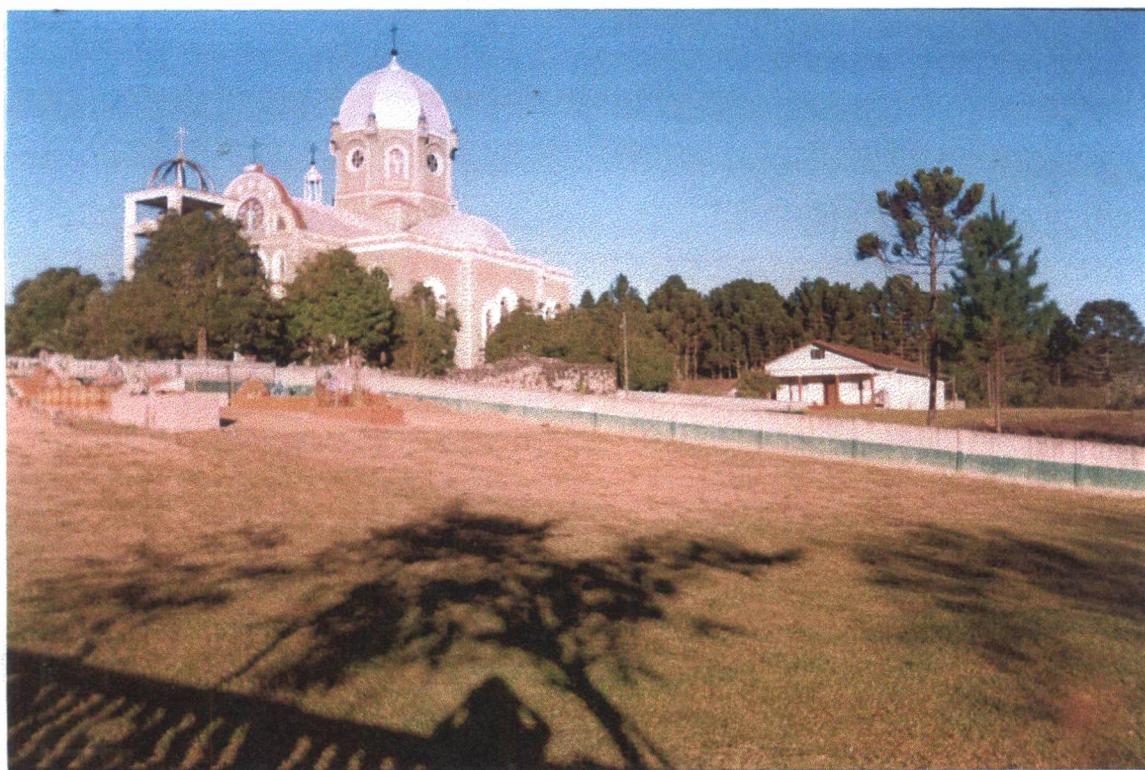
- 13.1 O que representa a terra para você?
- 13.2 A terra que possui é suficiente para a reprodução da família?
- 13.3 Trabalhando na terra o que pretende alcançar?

ANEXO 2



Fonte: Cecilia Hauresko, 2000

Moradia “sazonal” – Paiol



Fonte: Cecilia Hauresko, 2000.

Vista parcial da igreja ucraíno-católica – Linha Esperança



Fonte: Cecilia Hauresko, 2000

Exemplo de uma “comunidade-núcleo”



Fonte: Cecilia Hauresko, 2000.

Casa de uma família de camponeses ucraíno-brasileiros



Fonte: Cecilia Hauresko, 2000

Colheita de fumo



Fonte: Cecilia Hauresko, 2000.

**Plantação de milho e feijão à esquerda, à direita fumo
ao fundo uma grande propriedade**